



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO
CURSO DE MESTRADO**

EVILY LIMA MENEZES

**AS CHAMAS DA FÉ: A AÇÃO DA LIGA CATÓLICA CONTRA
O PROTESTANTISMO NO CAMPO RELIGIOSO RECIFENSE
(1902-1910)**

**Recife
2024**

EVILY LIMA MENEZES

**AS CHAMAS DA FÉ: A AÇÃO DA LIGA CATÓLICA CONTRA
O PROTESTANTISMO NO CAMPO RELIGIOSO RECIFENSE
(1902-1910)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Católica de Pernambuco, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Religião, elaborada sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Carlos Luz Marques.

**Recife
2024**

M543c

Menezes, Evily Lima.

As chamas da fé : a ação da Liga Católica contra o protestantismo no campo religioso recifense (1902-1910) / Evily Lima Menezes, 2024.

124 f. : il.

Orientador: Luiz Carlos Luz Marques.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião. Mestrado em Ciências da Religião, 2024.

1. Igreja e Estado. 2. Igreja Católica - Brasil - História.
3. Poder. 4. Conflito social - Aspectos religiosos.
5. Protestantismo. I. Título.

CDU 282(81)

Luciana Vidal - CRB 4/1338

EVILY LIMA MENEZES

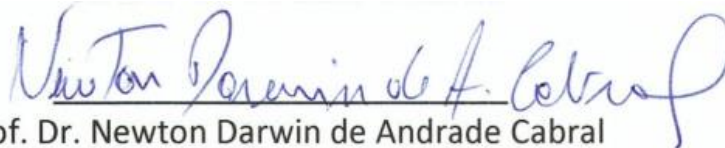
**AS CHAMAS DA FÉ: A AÇÃO DA LIGA CATÓLICA CONTRA
O PROTESTANTISMO NO CAMPO RELIGIOSO RECIFENSE
(1902-10)**

Aprovada em 05 de abril de 2024

Banca Examinadora



Prof. Dr. Luiz Carlos Luz Marques
Universidade Católica de Pernambuco, UNICAP
Titular interno



Prof. Dr. Newton Darwin de Andrade Cabral
Universidade Católica de Pernambuco, UNICAP
Titular interno



Prof. Dr. Carlos André Silva de Moura
Universidade do Estado de Pernambuco, UPE
Titular externo

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus caros avós, vovô Cau e vovó Lala. Os quais tiveram a leitura e escrita limitadas pelas circunstâncias, mas fizeram da sua voz, memória e vida a principal fonte deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

“Graças dou a Jesus Cristo, que morreu em meu lugar, pela paz que é sem medida e me ajuda a caminhar. Graças dou por meus amigos e o consolo no chorar, pelo amparo nos perigos, sempre graças hei de dar!” (Storm/Hultman). Louvo a Deus pela sua graça constante na minha vida, que me resgatou das trevas para sua maravilhosa luz.

Agradeço a Deus por minha família. Meus pais, Edno e Sara, que viram em mim uma vocação que eu nem sabia que tinha. Por minha irmã Emily, que com grande estima apoiou e apoia minha jornada acadêmica. Por Felipe, que na jornada da graduação até o mestrado tornou-se amigo, namorado, noivo e agora meu esposo, sem seu apoio, incentivo, e acolhimento eu não teria conseguido, meu melhor amigo e companheiro. Agradeço pelos meus avós, Cláudio e Áurea, por suas histórias, que me levaram a iniciar essa pesquisa.

Agradeço ao meu orientador, Luiz Carlos, por desde o início da minha jornada na Iniciação Científica ter me apoiado e visto um potencial que eu não sabia que eu poderia atingir. Seus conselhos, apoios foram muito além de orientação acadêmica, mas um cuidado. Agradeço a todo o PPGCR, toda equipe de professores e funcionários, especialmente a Danielle. Assim como a Universidade Católica de Pernambuco, que tem sido meu lar desde a graduação. Agradeço a CAPES pelo financiamento que me deu a oportunidade de realizar este meu sonho.

Agradeço aos meus amigos, meus irmãos na fé, que sustentaram esse trabalho em oração. Especialmente a Marcondes, a Sandra, a família Andrade, meus tios, primas e colegas de turma. Agradeço a denominação Batista, a minha igreja, que foi um dos motores para a realização desse trabalho.

Graças dou a Cristo, por tudo.

RESUMO

O Brasil do século XIX passou por diversas mudanças, e a religião foi uma entre tantas áreas que foi notoriamente alterada. A Instituição Católica foi a única guia religiosa na formação sociopolítica da colônia lusa, gerando assim um grande impasse com as chegadas de outras igrejas de matriz cristã no país, graças às pequenas liberações da Constituição de 1824. Quando em 1889 ocorre o golpe da República, e consequentemente em janeiro de 1890 é oficializado o estado Laico no artigo 119-A, a liberdade legal às religiões leva a uma reação mais enfática por parte do episcopado brasileiro, já embebedos do Concílio Vaticano I (1869-70) e das sequenciais encíclicas papais. Se estabelece uma reação católica, com publicações de cartas pastorais e congressos católicos diocesanos. Essas Ações visavam diversas áreas, como imprensa, educação, festas, missões e Combate ao Protestantismo. Este trabalho dedica-se a estudar a reação católica na capital pernambucana no início do século XX, após o Congresso Católico Pernambucano de 1902. Pernambuco é o único estado do país que organiza um órgão oficial contra o protestantíssimo, nomeado de “Liga contra o protestantismo”, fundada em setembro do mesmo ano, tendo por base a Igreja de Nossa Senhora da Penha, no bairro de São José no Recife. A Liga publicava com periodicidade nos principais jornais circulantes do Recife, principalmente em *A Província*: órgão do Partido Liberal. As publicações tratavam de temas pilares da fé católica a fim de alcançar os fiéis e blindá-los das heresias dos protestantes. A liga ganha destaque no seu período pela manifestação do seu combate através de queimas de bíblias protestantes, incitando debates sobre limites e tolerância religiosa. Utilizaremos a visão do sociólogo Pierre Bourdieu sobre os métodos de manutenção da Igreja Romana e a luta pelo domínio do campo religioso no Recife, entendendo a Liga tanto como uma ação quanto como uma reação à conjectura religiosa e ideológica da época.

Palavras-chave: Igreja; Estado; Poder; Movimentos de Resistência; Conflitos religiosos.

ABSTRACT

The Brazil of the 19th century went through several changes, and religion was one of the areas that was notably altered. The Catholic institution was the only religious guide in the socio-political formation of the Portuguese colony, thus generating a great impasse with the arrival of other Christian churches in the country, thanks to the small liberations of the 1824 Constitution. When the Republic coup occurred in 1889, and consequently in January 1890, the secular state was officially established in article 119-A. The legal freedom given to religions led to a more emphatic reaction from the Brazilian episcopate, already imbued with the First Vatican Council (1869-70) and subsequent papal encyclicals. A Catholic reaction was established, with the publication of pastoral letters and diocesan Catholic congresses. These actions targeted various areas, such as the press, education, festivals, missions, and the fight against Protestantism. This work is dedicated to studying the Catholic reaction in the capital of Pernambuco at the beginning of the 20th century, after the Pernambuco Catholic Congress of 1902. Pernambuco is the only state in the country that organizes an official body against Protestantism, named "League against Protestantism," founded in September of the same year, based at Our Lady of Penha Church in the São José neighborhood of Recife. The League regularly published in the main circulating newspapers of Recife, especially in *A Província: órgão do Partido Liberal*. The publications addressed key pillars of the Catholic faith to reach believers and shield them from Protestant heresies. The league gained prominence in its period for its manifestation of its fight through burning Protestant Bibles inciting debates about religious limits and tolerance. We will use sociologist Pierre Bourdieu's view on methods for maintaining the Roman Church and the struggle for dominance in the religious field in Recife, understanding the League both as an action and as a reaction to the religious and ideological conjecture of that time.

Keywords: Church; State; Power; Resistance movements; Religious conflicts.

Índice das imagens

Figura 1: Quadro de publicadores católicos e protestantes nos últimos 4 meses de 1902	75
Figura 2: Quadro de postagens católicas e protestantes nos últimos 4 meses de 1902	76
Figura 3: Quadro de tipos de publicação católicas e protestantes nos últimos 4 meses de 1902	80
Figura 4: Charge do jornal Tagarela (RJ) de 08 de outubro de 1903	96
Figura 5: Publicação do dia 10 de outubro de 1903 do Jornal Batista em revolta a segunda queima de bíblias mostrando a imagem de uma das bíblias salva do incêndio	100

Sumário

1. INTRODUÇÃO	11
2. LENHA, FÓSFORO E ROMA: OS PREPARATIVOS DA REAÇÃO CATÓLICA À LAICIDADE BRASILEIRA.....	22
2.1 Novidades do Velho Continente	Erro! Indicador não definido.
2.2 O Antigo no Novo Continente.....	26
2.2.1 Revoluções e Ações	28
2.3 Antiga religião, novos desafios.....	34
2.3.1 Antiga religião, velhos inimigos.....	43
2.4 Pernambuco, a nova Roma de bravos fiéis.....	49
3. A PROVA DE FOGO: A AÇÃO DA LIGA CONTRA O PROTESTANTISMO...	53
3.1 A faísca.....	53
3.1.1 As leigas	63
3.2 A lenha.....	65
3.2.1 Frei Celestino, o combatente	67
3.3 A liga.....	70
3.3.1 Os protestantes	72
3.3.2 Os incendiários	74
4. A CHAMA DA FÉ	85
4.1 A queima.....	86
4.2 A segunda queima.....	95
4.3 Em defesa da fé	103
4.3.1 A terceira queima.....	105
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
5. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	115

1. INTRODUÇÃO

O Recife do século XX passava por grandes transformações com obras no centro da cidade: criação de avenidas, construção de prédios e reformas em igrejas. No entanto, além das mudanças físicas, algo significativo ocorria na religiosidade dos recifenses. A cidade abrigava mais igrejas, porém, essas não possuíam templos grandiosos, paredes repletas de pinturas e imagens; eram mais simples, assemelhando-se a casas, e seus líderes não usavam batina e podiam se casar. Eram igrejas reformadas, não pela prefeitura, mas por Lutero. Essa "ameaça" herege da "Nova Seita"¹ impulsionou atos flamejantes dos clérigos, queimando o que os "bodes"² chamavam de Bíblia. O embate entre católicos e protestantes, evidenciado no conflito, era figurativamente as *CHAMAS DA FÉ*. Para explicar esse conflito, utilizamos a vertente teórica guiada pelas teorias de *habitus* e *campo* do sociólogo Pierre Bourdieu. A filósofa Evânia Reich sintetiza este conceito de Bourdieu: "o *habitus* de um agente social, no momento de sua tomada de decisão, possibilita que sua escolha não se dê através de um simples cálculo racional, mas leve em conta uma formação e um aprendizado no interior de uma sociedade." (2017, p. 88). Portanto, é necessário entender que os agentes religiosos objetos da pesquisa, os recifenses, não possuíam o *habitus* religioso por total consciência; se nascia católico, isso se devia a imposições e manifestações religiosas-culturais secularmente estabelecidas ao longo da história do país. Assim, apesar da laicidade do Estado brasileiro ter sido estabelecida desde janeiro de 1890, com o Decreto 119-A, a religião "oficial" do país permanecia, na prática, sendo a católica. A antropóloga holandesa Marjo de Theije destaca que "Em Recife, os monumentos católicos no antigo centro da cidade testemunham uma longa e rica história de devoção e dominação" (2006, p. 66). Sobre a mudança de cenário, Theije explica:

A religião foi, assim, um divisor primário do espaço e lugar na cidade do século XX, com o catolicismo monopolizando a marcação religiosa do espaço urbano. No decorrer do século XX, entretanto, esse monopólio foi quebrado pelas igrejas protestantes construídas nos bairros de classe média (2006, p. 66).

¹ Termo pejorativo utilizado no período para se referenciar aos protestantes

² Outro termo pejorativo utilizado para menosprezar os protestantes fazendo referência ao texto do livro bíblico de Mateus no capítulo 25 "E colocará as ovelhas à sua direita e os bodes à sua esquerda" (v. 33), em que os bodes são os falsos cristãos que não herdaram o Reino dos Céus

Essa história de dominação em todo território brasileiro, mas especificamente no Recife, começa a sofrer, de forma mais efetiva, interferências com a chegada de outras organizações religiosas de matriz cristã no fim do século XIX, trazendo consigo outros *habitus* que igualmente pretendiam impor-se como única forma possível de relação com a divindade. Este trabalho dedica-se a estudar a reação católica à permeação dos *habitus* protestantes na capital pernambucana no início do século XX. O campo nada mais é do que o *locus* onde se revela criticamente o capital religioso. Obter o poder do capital é o meio de conquistar o campo. Nesse caso, o campo religioso recifense. Por isso as trocas públicas, potencializadas após a criação da Liga Contra o Protestantismo (1902), de cartas entre os representantes de cada religião, justamente para ganharem o capital em questão: os fiéis recifenses.

A principal fonte da pesquisa são os periódicos recifenses do início do século XX, mais especificamente o Jornal de Recife, Diário de Pernambuco, A Província: órgão do partido liberal e o Jornal Pequeno. Esses quatro periódicos concentravam o embate publicitário entre os agentes católicos e protestantes. Os conflitos eram publicados para envolver o recifense na discussão e assim conquistá-lo para outra religião ou firmá-lo na sua, já que o jornal era lido/visto pela maioria da população letrada da capital. A historiadora Tânia Regina de Luca nos convida a analisar as diferentes linguagens do jornal para perceber como a materialidade do jornal/revista poderia atrair o público, mesmo o pouco letrado. Os quatro jornais possuíam tamanhos parecidos, e na maioria das vezes possuíam quatro páginas e apenas uma edição por dia. O valor dos jornais era o mesmo, 100 réis, mas quanto ao valor semestral, O Pequeno era mais barato custando 10 mil réis, enquanto A Província custava 12 mil réis, e o Jornal de Recife e o Diário custavam 15 mil réis e 16 mil réis, respectivamente.

O *Diário* era propriedade de Francisco de Assis Rosa e Silva, um político republicano, e tinha como redator-chefe Arthur Orlando da Silva, membro da Academia Brasileira de Letras (ABL). Apesar de haver mais publicações de cunho protestante no jornal, também se encontravam publicações católicas. É um jornal que possui poucas imagens e transmitia tradição.

O *Pequeno Jornal* foi fundado em 1898 e era propriedade do jornalista Tomé Gibson. O jornal possuía charges e letras grandes, era descontraído em comparação

aos outros periódicos da época, com colunas como “*A comédia do dia*” e “*Humorismo*”. Nos embates nele publicados vemos sempre um teor de sarcasmo por parte do redator, e em seu jornal havia espaço para publicações de ambas as religiões.

A *Província*, no período estudado, era propriedade dos filhos de José Maria de Albuquerque e Mello, falecido político, que chegara a assumir, por menos de um ano, o governo pernambucano. O jornal, frequentemente, em suas edições, vinha estampado com uma charge ou imagem. Este periódico era o perpetuador do catolicismo, e por isso não possuía nenhuma publicação protestante. A Liga foi tão importante que gerou uma coluna sobre religião, que antes não existia no periódico, chamada *Coluna Religiosa*.

O *Jornal de Recife* foi fundado pelo professor José de Vasconcelos, e tinha como redatores Oswaldo Machado, Domingos Gonçalves, Alfredo Vanthier e Eurico Chaves. O jornal trazia em sua primeira folha uma coluna com um poema, possuía frequentemente algum tipo de imagem. E era predominante em publicações protestantes, sendo quase exclusiva a presença de autores protestantes em sua coluna *Questão Religiosa*.

Luca afirma que “É importante estar alerta para os aspectos que envolvem a materialidade dos impressos e seus suportes, que nada têm de natural” (Luca, 2015, p.132). O fato de a Coluna Religiosa da Província ser publicada, em sua grande maioria, na primeira página, ressalta ainda mais o vínculo dos proprietários com a organização religiosa. Luca prossegue afirmando que “Historicizar a fonte requer ter em conta, portanto, as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e o porquê” (Luca, 2015, p.132). O *Jornal de Recife*, ao publicar, basicamente, textos de cunho protestante, mostra um favorecimento a essa religião ou um desprezo a outra.

Baseado nisto o capítulo II dedica-se a abordar sobre o cenário mundial e nacional politicamente e religiosamente. Afinal, a Liga tinha a proposta de combater o protestantismo e não podemos analisar tal intenção com mera finalidade. O embate entre protestantes e católicos surge no movimento da Reforma Protestante, no século XVI. Paralelamente, o catolicismo realiza um dos Concílios mais importantes da era pós-medieval, o Concílio de Trento (1545-1563), que baseou a postura da Igreja Romana nos séculos seguintes e norteou diante das grandes mudanças do século,

principalmente na colonização ibérica no continente americano. Visando lançar bases da fé nas novas terras a ordem religiosa Jesuíta tem a missão de doutrinar, catequizar e catolizar a população, desde indígenas até os filhos dos senhores.

Assim nasciam as nações católicas sob domínio espanhol e português. Alderi Matos (2011) explica:

Portanto, a descoberta e colonização do Brasil foi um empreendimento conjunto do Estado português e da Igreja Católica, no qual a coroa desempenhou o papel predominante. O estado forneceu os navios, custeou as despesas, construiu as igrejas e pagou o clero, mas também teve o direito de nomear os bispos, recolher os dízimos, aprovar documentos e interferir em quase todas as áreas da vida da igreja. (p. 2)

Entretanto, esse catolicismo brasileiro não seguia os moldes exigidos pelo papado e por Trento. Matos explica que havia catolicismos na colônia. O mais vivenciado era dos colonos, focado na devoção aos santos, principalmente à Maria, enquanto uma minoria, localizada nos centros urbanos, era mais dogmática e “alinhada a Roma” (p. 3). Não podemos entender essa construção religiosa como plena dominação católica, pois o Estado controlava as ações da Igreja por causa da instituição do Padroado. Uma via de mão dupla, que fazia o monarca um expansionista do catolicismo por suas terras ao mesmo tempo que limitava o poder espiritual ao querer do Rei, um departamento de administração civil. (DE SOUZA, 2014)

Os protestantes até se fixam no Brasil no início da colônia, os franceses na Guanabara (1555-67) e os Holandeses no Nordeste (1630-54), contudo o foco da chegada desses grupos não foi visando inicialmente nem exclusivamente a evangelização dos nativos, mas sim os domínios das terras para as respectivas coroas. Demoraria séculos para de fato o protestantismo se assentar no Brasil. E assim foi crescendo o catolicismo na colônia lusa em estatura, mas com muitas deficiências. Falta de investimento devido nos clérigos, poucas circunscrições eclesiásticas. A situação se complica graças aos eventos na Europa. A Revolução Francesa e a Revolução Industrial na Inglaterra, ambas no final do século XVIII, desencadeiam mudanças impregnadas por ideais liberais, secularistas e modernistas que colocavam os dogmas da Igreja em risco. As ideias europeias se perpetuaram no Brasil graças às ações do primeiro-ministro português Sebastião José, o Marquês de

Pombal. Uma de suas ações mais características foi a expulsão dos Jesuítas no Brasil. Afinal, parte do pensamento moderno era um poder mais autônomo do estado, tanto que as sequenciais independências na América Espanhola levaram a uma unanimidade de estabelecimento de Repúblicas. Os Jesuítas eram vistos como um obstáculo desse pensamento, pois detinham terras e se submetiam diretamente ao papado, sinal de insubordinação à Coroa. Apesar deste grupo retornar na década de 1840 ao Brasil, tal expulsão já configurava desavenças conjugais neste casamento entre Igreja e Estado.

A ação do francês Napoleão Bonaparte com o Bloqueio Continental (1806) forçou a coroa lusa a rumar para sua colônia, devido à sua alta dependência com a coroa saxã. A família real adentrou as terras brasileiras em 1808 e tornou o Rio de Janeiro capital do Reino Unido de Brasil e Algarves. Já não éramos mais uma colônia e podíamos comprar e vender para as nações amigas. Além dos produtos ingleses, grupos de anglicanos chegaram ao Brasil, mas sem a intenção de fazer prosélitos. Os grupos destinados à missão só chegariam após a independência do Brasil e a consequente Constituição que dava uma leve abertura para a chegada de protestantes, contudo, os limitando bastante. Podiam viver aqui, mas não podiam construir templos, apenas realizar cultos em suas casas. Viviam Geier explica que:

Assim, muitos desses primeiros templos tornaram-se possivelmente indiferenciáveis na paisagem urbana em que se inseriam – tanto em relação ao seu porte quanto à tipologia. Em alguns casos, eles chegavam mesmo a alugar imóveis para servir os serviços religiosos nos anos iniciais de formação do trabalho em novas localidades (2012, p.42).

Em meados de 1850, diversos grupos protestantes haviam chegado e se estabelecido em regiões centrais onde havia facilidade de transporte. Pernambuco, especificamente Recife, foi um desses locais escolhidos, graças à linha de trem "Great Western do Brasil", que inicialmente detinha um ramal que ia do Forte do Brum até Limoeiro, início do Agreste (Souza, 2013, p. 4-5). A igreja Congregacional chegou em 1873. Ela, de certa forma, era uma denominação original no Brasil, pois não estava ligada ao congregacionalismo britânico. Tinha à frente o missionário Dr. Robert Reid Kalley, um escocês que teve laços com o presbiterianismo, mas não se considerava parte de nenhuma denominação específica. Ao chegar no Brasil, fundou a "Igreja Evangélica", que hoje chamamos de "Igreja Congregacional.

A segunda igreja a ser estabelecida foi a Presbiteriana, em 1878, tendo à frente o missionário John Rockwell Smith, norte-americano. E a terceira e última estabelecida no período da pesquisa foi a Batista, em 1886, tendo à frente o missionário Salomão Luiz Ginsburg, um polonês de família judaica que havia se convertido ao congregacionalismo britânico e ido morar na Inglaterra. De lá, mudou-se para Portugal com função missionária, onde aprendeu o português. Contudo, foi expulso pelos católicos lusos devido à polêmica gerada por seus escritos, sendo encaminhado então para o ávido campo brasileiro. Ao chegar no Brasil, conheceu o missionário batista Zacarias Taylor e aliou-se ao trabalho missionário batista.

Enquanto o protestantismo ganhava espaço, o catolicismo passava por algumas reformas internas. O Concílio Vaticano I (1869-70) lançava as bases diante da nova realidade, estabelecendo a infalibilidade papal. O episcopado brasileiro buscava implementar as diretrizes do Concílio, porém sem o apoio da Coroa, o que levou a um impasse com Pedro II, resultando na prisão dos Bispos de Olinda e Belém, conhecido como a Questão Religiosa (1870). Com o golpe da República em 1889, a Laicidade foi logo estabelecida. Na prática, a realidade não mudou muito, o catolicismo continuava sendo a religião predominante entre o povo. Mesmo com os protestantes podendo construir templos, muitas igrejas não seguiram o padrão arquitetônico de seus países de origem, optando por uma arquitetura mais moderna devido aos custos mais baixos. Vivian Geier afirma que "suas práticas religiosas exigiam apenas uma sala com paredes lisas, o que era mais acessível economicamente" (2012, p. 46). Geier também menciona que os protestantes, apesar da arquitetura moderna, buscavam incorporar elementos históricos da tradição cristã, como torres ou arcos ogivais (lembrando as catedrais góticas), sendo esses elementos visíveis na Igreja Presbiteriana da Boa Vista e na Primeira Igreja Batista do Recife, ambas localizadas no centro do Recife.

O episcopado brasileiro reagiu à nova lei e estabeleceu ações para fortalecer a Igreja brasileira. Cada diocese deveria realizar um Congresso Católico a fim de estabelecer métodos e ações. O segundo capítulo se propõe a abordar a reação do catolicismo à Laicidade. O Congresso diocesano pernambucano ocorreu em 1902 e estabeleceu ações nas áreas de educação, romarias, apostolado de oração, serviço social, questão operária e combate ao protestantismo. O responsável por esta última ação foi o conhecido Frei Celestino de Pedávoli, capuchinho italiano famoso por sua

oratória. Quando ele faleceu em 1910, foi reconhecido por sua "vasta erudição e serviços prestados à religião, da qual era ardoroso ministro". Ele fundou a Liga Contra o Protestantismo no mesmo ano. A Liga realizava reuniões na igreja sede, a Igreja de Nossa Senhora da Penha, e publicava artigos nos periódicos recifenses, principalmente no já citado *A Província*. Ela foi anunciada pela primeira vez no Jornal de Recife do dia 26 de junho de 1902:

Em seguida concedeu a palavra o *revdm.* Frei Celestino de Pedavoli que tomando por thema <O protestantismo> falou durante 90 minutos, terminando por apresentar uma proposta cujo fim é a criação duma liga contra o protestantismo, a qual foi unanimemente aprovada³

Pedávoli, mesmo antes da liga, já era um polemista. Perpetuando acusações aos protestantismos, utilizando apelidos bastante pejorativos e preconceituosos como: *Nova seita, bode, hydra de satanás*. Havia toda uma cosmovisão de como era atuação dos missionários reformados. Sobre isso Émile Léonard afirma que:

Dizia-se também que as conversões a protestantismo eram feitas a peso de dinheiro: vinte cruzeiros para um branco, quinze para um mulato e dez para um negro (coisa semelhante aconteceu na província francesa de Auverge, em fins do século XIX, em que se dizia que um evangelista presenteava um guarda-chuva a cada convertido). Mas era preciso não esquecer que o dinheiro dos protestantes lhes era enviado pelo diabo e se transformava em carvão nas mãos de quem o aceitasse" (2002, p. 120)

O protestantismo se via permeado dessas informações chamativas, e desmenti-las não era uma função fácil. Principalmente por ser uma religião do outro, do estranho, Vicente Ferrer (1906), um católico, ao analisar o funcionamento das *seitas protestantes* em Pernambuco, conclui que:

Perdidos no meio de uma população, nas totalidade catholica, se não convictamente ao menos por habito, comprehende-se que esforços, que pertinácia precisam os protestantes brasileiros para conservar uma religião, não recebida no berço, nem herdada, não imposta por circunstancias extraordinárias, mas aceita e mantida pelo ouvido, na frase de S. Paulo, a despeito das injurias e perseguições dos ignorantes e fanáticos. (p. 8)

³ PEDÁVOLI, Celestino. Congresso Catholico. *Jornal de Recife*. Recife, ano XLV, 26/06/1902, n. 142, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/705110/44634>

Esse grupo sofre violências, tem seus templos apedrejados, e por vezes queimados. Mesmo com frequentes intolerâncias, não recebem apoio dos políticos. Em 1900, ocorreu uma perseguição na cidade do agreste Bom Jardim. De acordo com A.R. Crabtree, uma congregação batista foi aberta na cidade pelo pastor Antônio Marques, o que desagradou o fazendeiro Nicolau Duarte e o chefe político local, o Dr. Mota Silveira. Ambos organizaram grupos para invadir a congregação durante o culto, que era realizado na casa do fiel Primo Fonseca. No entanto, ambos planejaram os ataques para o mesmo dia sem saber:

O grupo que representava o fazendeiro, sob a direção de José Cabral, chegou primeiro em frente da casa onde se realizava o culto. Logo em seguida chegou o segundo que representava o Dr. Mota Silveira, dirigido pelo inspetor de polícia, Manoel Joaquim. Supondo o inspetor de polícia que os homens em frente da casa do Sr. Primo fossem um grupo de crentes, mandou fulminá-los a bala. O grupo de José Cabral, supondo que estava sendo atacado por crentes, respondeu com fogo. Travou-se o tiroteio entre os dois grupos de perseguidores enquanto os crentes lograram fugir pelos fundos da casa. Só no dia seguinte verificou-se o engano de que em vez de atacar os crentes, como pensavam, atiraram fogo uns contra os outros. (p. 147-148)

Começaram a acusar os protestantes pelas mortes, e durante quatro anos foram indiciados:

forjaram a tôrpe calúnia de serem os próprios perseguidos os autores desse monstruoso crime, e, contra eles, instauraram processo judicial. Na madrugada do dia seguinte, a polícia local estava no encalço dos 12 batistas de Bom Jardim, inclusive do Pastor Marques, a fim de efetuar lhes a prisão. Quatro deles, que se haviam conservado em suas casas, nada suspeitando, foram presos e horivelmente maltratados para se lhes extorquir a confissão do delito. Especialmente contra o Pastor Marques e Primo Fonseca, em cuja casa se realizavam os cultos, explodiu a fúria desses sanguinários. Um a um eram levados perante o tribunal do júri de Bom Jardim e pronunciados. Através de quatro longos anos essa manobra continuou, até que, afinal, todos os acusados foram absolvidos. Nesse iníquo processo, o então missionário do campo, Rev. Salomão Ginsburg, tomou parte saliente, esforçando-se heroicamente em prol desses mártires. E, além do trabalho insano que isso lhe acarretou, viu-se obrigado a despende nada menos de quinze mil cruzeiros, com a defesa (p. 149)

Este caso é um dos muitos desse período em que os protestantes se viam sem apoio das autoridades competentes. O apoio era visto por parte dos liberais, que, mesmo sendo católicos, teciam críticas ao clericalismo. O Jornal de Recife, de teor

liberal, dava permissividade para as publicações protestantes, que eram muito menos frequentes do que as da Liga, afinal precisavam pagar para anunciar suas ideias. Havia também mais publicadores protestantes do que católicos, pois havia mais denominações (Batista, Presbiteriana e Congregacional). Entretanto, vale ressaltar que o poder de crítica da Liga ficava monopolizado nas mãos dos clérigos, especificamente Frei Celestino e Padre Hermeto, e por vezes algum leigo católico influente também publicava.

Durante o final de 1902 e início de 1903, as trocas de artigos e cartas públicas efervesciam nos periódicos, tratando de assuntos da base dogmática de ambas as crenças. No entanto, quando a Liga se propôs a queimar bíblias protestantes em fevereiro e depois em setembro de 1903, as discussões a favor e contra tal ato focaram no limite da liberdade de expressão religiosa e na intolerância. Férrer Araújo (1906) fala:

Queimar bíblias!? Que acto brutal! Seus autores e cúmplices que idéa fazem de nossa religião!? A bíblia dos *evangélicos* é o código religioso de muitos povos civilizados, que nella se inspirando têm praticado os mais alevantados feitos! [...] Devemos respeitá-la, porque nella, apesar do *truncamento*, encontram-se muitas verdades do credo catholico. Tal livro, pode dizer-se, também é nosso [...] (p. 10)

É sobre as queimas e ações da Liga pós 1903 que o terceiro capítulo se foca. Os católicos consideravam a bíblia protestante falsa. Micheline Vasconcelos (2005) afirma:

Estas não eram consideradas exemplares do livro sagrado do cristianismo. mas uma obra protestante, falsificada, truncada e adulterada, sendo sua leitura proibida. [...] A referência constata pela prédica oficial católica à 'adulteração' sofrida pela Bíblia nas mãos dos protestantes diz respeito à ausência dos sete livros do Velho Testamento, considerado apócrifos pelos protestantes: Baruc, dois livros de Macabeus, Judite, Tobias, Eclesiásticos e Sabedoria (p. 57-58).

Para os protestantes, a Bíblia é uma das bases de sua fé, e por isso dedicavam-se à venda e distribuição deste livro. Todos os exemplares queimados em 1903 eram Bíblias e livros que os fiéis católicos de Recife haviam ganhado ou comprado dos protestantes e entregado à liga. Outras queimas ocorreram pelo país, e novamente em 1906 em Pernambuco, agora na cidade de Caruaru. Todas as queimas, apesar da discussão, não tiveram seus agentes penalizados.

Com o decorrer dos anos, o embate vai se enfraquecendo, tendo outros personagens como liberais, conservadores e espíritas que aproveitavam as polêmicas a fim de expor suas opiniões político-religiosas, ressurgindo por temáticas específicas, como a questão da maçonaria ou conversões. Como o caso de Antônio Ferreira Campos, ex-pastor batista, que se converte ao catolicismo e funda o Centro de Propaganda Católica, uma espécie de editora-livraria. Em contrapartida, os protestantes usam casos de ex-padres como Antônio Teixeira de Albuquerque, o primeiro pastor batista brasileiro, fundador de diversas igrejas como a Primeira Igreja Batista de Maceió, e que escreve uma sequência de artigos intitulada "Três razões pelas quais deixei a Igreja romana.

A liga se encerra no final da primeira década de 1900. Na perspectiva protestante o findar deste órgão é concomitante ao crescimento protestante, dando alusão há uma vitória protestante:

Não resta dúvida nenhuma de que os excessos d'A Liga Contra o Protestantismo na queima de Bíblias contribuiu afinal de contas para o progresso da Causa do evangelho em Pernambuco. Pouco tempo depois a Liga morreu, mas os evangélicos, inspirados e animados pela grande manifestação da liberalidade dos pernambucanos, entraram numa nova época de prosperidade. (Crabtree, 1962, p. 226)

A morte do Frei Celestino auxilia na conclusão deste órgão, em agosto de 1910. Apesar de não mais haver um órgão oficial para combater o protestantismo, isso não significava uma facilidade de inserção de religiões não-católicas. Tanto que o periódico pernambucano O Missionário: órgão da sociedade juvenil batista, de 1906, trazia em sua última página uma seção nomeada de Garantias constitucionais relativas à liberdade e crenças religiosas, em que havia trechos da constituição com a finalidade de que seus leitores decorassem ou tivessem em mãos os direitos para o culto, pois a realidade de perseguições ainda era presente.

Esse fenômeno, ocorrido no início do século XX, perpetua-se e, até mais, torna-se acirrado em nossos dias, através das redes sociais. É de extrema importância estudar esses acontecimentos, praticamente desprezados na historiografia do século XX, para conhecer a nossa história em geral, conscientizar e quem sabe modificar o olhar sobre a violência ocorrida hoje, especialmente contra as religiões afro e orientais, em nosso país, visualizando o que as estabelecidas religiões de matriz cristã (católica e não católica) já vivenciaram.

2. LENHA, FÓSFORO E ROMA: OS PREPARATIVOS DA REAÇÃO CATÓLICA À LAICIDADE BRASILEIRA

Um típico recifense do ano de 1902 que logo de manhã saía para trabalhar e comprava o seu jornal na mesma banca de sempre, se viu impactado quando leu a solene notícia que o convocava para uma guerra. Não é preciso ter um grande conhecimento histórico ou revisitar livros para saber que o Brasil não enfrentara nenhum grande conflito neste período, o que tornava a manchete da primeira página ainda mais intrigante. Uma leitura mais atenta responderia à aflição desse homem comum. O combate era incitado pelos portões de uma igreja perto do centro da cidade, lá na Basílica de Nossa Senhora da Penha, e os generais vestiam uma simples túnica e um chamativo Terço: eram os cordiais Capuchinhos. A batalha era pela "causa da santa religião e da pátria". A leitura básica deste cidadão, mesmo turva, era suficiente para causar temor no coração. Pois havia um mal que colocara os brasileiros em risco. Quem seriam esses? "Filhos espúrios do cristianismo [...] a religião protestante". De fato, apesar de ainda singela, um olhar mais cauteloso já percebia a presença de homens carregando um livro preto e falando um português carregado por um sotaque desconhecido. Era esse o inimigo? O redator deixa claro que não se deveria deixar enganar pelo discurso bíblico desses missionários, afinal estes alteraram a Bíblia, negavam a virgindade perpétua de Maria e a autoridade do Papa. Hereges! Como poderiam afirmar tão injúria? Mas não bastava ter raiva, a manchete encerra com um veredito, era necessário "nos pormos em ação"⁴!

A notícia anunciava os ideais por trás da recente fundação, em 27 de setembro, da Liga contra o protestantismo, um órgão organizado no Congresso Católico Pernambucano (1902) cujo principal intuito, já bem esclarecido pelo seu nome, era combater o protestantismo. O que pode ser interpretado como uma atitude radical ou extrema na verdade é uma (re)ação da instituição Católica brasileira perante as mudanças do século XIX. Iremos identificar os motivos macro e micro de sua criação.

⁴ Ibidem

2.1 NOVIDADES DO VELHO CONTINENTE

Quando, em 1517, um monge agostiniano pendura na parede do Castelo de Wittenberg suas opiniões e perspectivas bíblicas sobre a realidade do cristianismo do período em questão, não ocorre "apenas" uma revolução religiosa, mas desencadeia mudanças profundas no velho jeito europeu de governar um povo. Era indissociável a relação Igreja Católica e Estado e, com o passar dos anos, grandes nações como Inglaterra e França se veem tomadas pelo protestantismo, mesmo que com projeções demográficas e ramificações teológicas diferentes. Era necessário agir, a instituição Igreja precisava se reinventar, ou reafirmar seus ideais, que pareciam dissolutos. É planejada então uma reunião com o papado, um concílio, uma prática feita em tempos e tempos para resolver crises.

O Concílio de Trento (1545-1563) é estabelecido em um momento de grandes mudanças no cenário mundial e admiti-lo unicamente como uma reação ao protestantismo é diminuir seu propósito. Vale ressaltar que as críticas a certas posturas da igreja não foram exclusivamente dos reformadores protestantes após 1517. Antes, já havia protestos internos contra os abusos eclesiásticos e certas correntes teológicas difundidas pelo papado. Célio Costa e Anderson Oliveira (2016) explicam: "Foram movimentos anticlericais e antipapais que questionavam a autoridade papal, discutiam as leis, o governo e a própria organização da Igreja. A Cúria Romana, entretanto, só lenta e paulatinamente aceitou a ideia de uma reforma (Dickens, 1972)". Muitos bispos integraram esses movimentos influenciados por uma renovação espiritual, a *devotio moderna*, baseada no escrito do século XV "Imitação de Cristo" de Tomás de Kempis. Maria Martins e Teresinha Duarte (2010) explicam esta obra:

afirma temas caros à *devotio*, como a humildade, a obediência, a simplicidade, a devoção, a piedade, a oração individual e a meditação, entre outros. [...] Houve uma redescoberta das Sagradas Escrituras do Cristo dos Evangelhos e dos escritos dos Santos Padres, dando ênfase a uma religião mais intimista, menos ritualista, mas que não excluía totalmente o padre por ser ele ordenado para celebrar a missa e o único que poderia consagrar o corpo de Cristo.

Antes mesmo do Concílio de Trento, entre 1512-17, ocorreu o 5º Concílio de Latrão, visando acalmar os ânimos, mas sem grandes resultados. Ou seja,

movimentos dentro da própria Igreja expunham a necessidade de novas respostas; era então necessária uma Reforma Católica. É nesse cenário que o Concílio de Trento ocorre: problemas internos, mudanças socioeconômicas na Europa impulsionadas também pela chegada dos Europeus no continente americano. O protestantismo também foi uma importante pauta. Pedro Paiva (2014) explica que as teses luteranas incentivaram a elaboração de respostas por parte do papado. Não é à toa que o Concílio durou quase duas décadas. Josemar Modes e João Höring (2020) elencam algumas das respostas:

o papado era a representação visível de Cristo na terra, e a tradição estava em pé de igualdade com a Bíblia, questões fundamentais criticadas fortemente por Lutero. Da mesma forma a Justificação pela fé foi rejeitada, argumentando-se a partir da Epístola de Tiago que as obras também eram necessárias para a salvação. Assim também foi rejeitada a predestinação e reafirmaram o livre-arbítrio (questões criticadas e combatidas não somente por Lutero, mas também por João Calvino).(p. 83-84)

Diante disso, alguns pilares são estabelecidos de acordo com Paiva (2014): “A reorganização da doutrina católica e da Igreja a partir do centro Romano” (p. 16), uma das principais ênfases em relação à autoridade papal; “A interação profunda entre política e religião – uma das dimensões da noção de confessionalização” (p. 16), vista na prática na colonização do continente americano; “O disciplinamento e vigilância da experiência religiosa e do comportamento dos fiéis” (p. 16); “O encontro entre o catolicismo europeu e o resto do mundo” (p. 16). Este ponto é interessante, pois além do protestantismo, graças às grandes navegações, o catolicismo precisa lidar também com a fé dos ameríndios. Para isso, estabelece-se o último pilar: “renovação das ordens religiosas, o que incluiu a criação de algumas novas” (p. 16-17). A Companhia de Jesus, ou os Jesuítas, exemplifica bem a prática dos pilares tridentinos, aos quais nos dedicaremos mais adiante. Salienta-se também o revigoramento da vida conventual feminina no convívio com leigos de diferentes classes sociais (Prodi, 1996).

Como já mencionado, o Concílio surge por influência do momento, mas ele também é um dos motores para as futuras mudanças históricas, como no modernismo da igreja. Paiva diz: “Como referiu Wolfgang Reinhard, o Concílio e as políticas que nele inspiradas se concretizaram posteriormente modernizaram a Igreja, no sentido em que a dotaram de diversidade, racionalidade, individualismo e domesticação”

(2014, p. 13). Neste contexto católico do início do século XVI, para além das mudanças oficiais e legislativas, o sentimento de necessidade de mudança na vida prática de mais piedade crescia, ou seja, de uma vida de obediência, surgindo assim novas ordens religiosas, como os Jesuítas. Costa e Oliveira (2016) explicam: “Essas ordens, imbuídas pelos anseios populares daquela realidade, apresentavam uma proposta completamente oposta à vida do clero e das ordens mais antigas” (p. 54). Paiva também explica:

Era necessário que as populações aprendessem e assimilassem um credo, aspecto em que a catequese, pregação e missões foram imprescindíveis instrumentos, numa lógica em que a palavra divina devia ser servida ao crente por via da mediação clerical, contribuindo para um cristianismo vivido sem acesso direto ao livro sagrado por parte dos leigos, deixando marcas vincadas na sua experiência religiosa (2014, p. 18)

A Companhia de Jesus surge antes do concílio, por volta dos anos 1530, criada por Inácio de Loyola (1491-1558). O intuito da companhia era missões e ajuda ao próximo, reafirmando os dogmas católicos (Arnaut; Ruckstadter, 2002). Isso através do ensino “a qual, diferente das ordens monásticas, seria uma ordem missionária a anunciar ao mundo a palavra de Cristo pelo Logos do saber, em instituições formais de ensino e pela catequese como educação informal” (Mesquida, 2013, p. 238). Eles inicialmente visavam reconquistar Jerusalém dos Mouros através das pregações, mas graças às ações dos Ingleses e Franceses pela rota da especiaria o Mediterrâneo estava fechado (Costa; Oliveira, 2016). Acabam então se tornando um instrumento de Trento na reconquista de reinos “ex-católicos”.

Quando a Ordem chega a Portugal, por volta da década de 1540, ela se torna fundamental na ação católica local. Portugal também passava por uma reforma católica interna devido à incoerência e falhas eclesiásticas. O Reino luso foi o primeiro a se unificar, mas prosseguiu ligado à soberania da Igreja. Também foi o primeiro a se lançar ao mar e era potência comercial detentora de conhecimento de diversas rotas marítimas, graças à influência dos Mouros que dominaram parte da Península Ibérica entre os séculos VII-XV. Foi assim que conseguiram uma rota exclusiva para as Índias, fundaram diversas feitorias na costa Africana e mediante ao acordo do Tratado de Tordesilhas (1495) adquiriram, com a bênção do Papa Alexandre VI, as terras a 370 léguas de Cabo Verde, nomeada anos após como Brasil. Perante isto a

instituição católica cede o direito do Padroado a Portugal e “assim, competia ao Soberano a expansão da religião cristã em seus domínios” (Costa; Oliveira, 2016, p. 59-60). Em 1549, logo após a instalação do Governo Geral na sua colônia Brasil, os jesuítas chegam com a intenção de catequizar os velhos habitantes desta nova terra.

2.2 O Antigo no Novo Continente

“Cientes da missão de que estavam investidos, os jesuítas, ao chegarem ao Brasil, em 1549, iniciaram imediatamente a ação pedagógica, pela catequese, endereçada aos índios e pela fundação de colégios, visando os filhos dos colonos” (Mesquida, 2013, p. 244). Assim é iniciado o entrelaçamento histórico na construção do Brasil com o catolicismo. Apesar do foco dos missionários ser “salvar as almas” dos ameríndios, foi criada toda uma pedagogia jesuíta incluindo artes cênicas e até letramento.

O ensino das primeiras letras era fundamental não somente para que os índios pudessem ler os escritos da Companhia (não as Sagradas Escrituras, pois o seu acesso estava restrito aos religiosos e nem a todos!) e acompanhar os Cânticos escritos, entoando-os, mas também como uma forma de inculcar a cultura letrada do colonizador. Da mesma maneira, o ensino de ofícios, em particular nas reduções, fazia dos índios colaboradores indispensáveis dos jesuítas, nas fazendas e na construção de colégios (Mesquida, 2013, p. 245)

Muitos padres se tornaram "protetores" dos indígenas contra a escravidão de portugueses e espanhóis, e de possíveis invasores, como a França. "Essa amizade era compensada pela participação dos índios no combate aos 'hereges' protestantes invasores e na manutenção das fazendas" (Mesquida, 2013, p. 246). A palavra "protetores" foi colocada entre aspas porque a ideia repercutida na historiografia é no sentido burocrático. Não havia um exército de padres que lutavam fisicamente contra os colonizadores, até porque eles também faziam parte do projeto de colonização. Roma tinha muita influência na coroa e era através dessa relação que os Jesuítas limitavam a ação escravista: "a publicação da bula *Sublimis Deus*⁵, que afirma que os índios são verdadeiramente homens e que, além de serem perfeitamente capazes de compreender a fé católica, acham-se desejosos de recebê-la" (Heineberg, 2013, p. 105). Também é válido expressar que os indígenas não foram personagens

⁵ Publicada em 1537

paralisados nesta história, muitas sociedades não aceitaram a presença dos missionários, e por isso muitas vezes esses grupos de padres recorriam à ajuda militar para defenderem suas vidas (Souza, 2013).

Os indígenas convertidos desejosos de se tornarem clérigos não poderiam se tornar membros da Companhia de Jesus. "Diante da preocupação com a pureza europeia da Companhia, os índios foram desde o princípio tidos por ineptos para serem membros dela" (Kist, 2007, p. 2). Mesmo que um dos pontos da Companhia fosse seguir integralmente as ordens de Roma e da coroa lusa, mediante o padroado, ocorre uma "incorporação de alguns dos costumes da terra" (Kist, 2007, p. 4), como o uso da língua nativa. Alguns padres que se recusavam a aprender o Tupi em nome dessa pureza europeia acabavam atrapalhando a missão e geravam uma escassez de missionários no Brasil.

Entretanto, outra face dos Jesuítas deve ser relatada. Para estabelecer sua missão, a coroa doava terras a esses padres e lá estabeleciam engenhos e colégios. Um ponto interessante é a remuneração que os jesuítas recebiam, indo desde terras, comidas até dinheiro (Assunção, 2002). Pouco a pouco, os inácianos se interessaram na atividade agrícola, visando a construção de colégios e orfanatos. O Governador Geral ajudava neste projeto ao lhes dar: "alguns escravos d'el rei e umas vacas para criação". Ou seja, havia mão de obra escrava negra nas terras jesuítas. Contudo, eles pregavam uma relação caridosa entre senhor e escravos, o que não os isentava de castigar fisicamente os escravos rebeldes.

Este comportamento benevolente ou cristão, para com a escravaria, não excluía a aplicação de penas de acordo com o crime cometido, que deveriam ficar restritas a açoites moderados e prisões, sem maiores opressões para os sujeitados. Condenava o religioso os vários tipos de castigos corporais a que os senhores de engenho submetiam os negros, tais como lançá-los vivos nas fornalhas. (Assunção, 2002, p. 118)

Como lidar com a dualidade de impedir a escravidão indígena e aceitar e fazer uso da negra? O padre Francisco de Matos afirmou: "por que os índios não são para aturar o trabalho, como os negros, por serem de natureza mais débil que eles, o que tem mostrado a experiência" (Assunção, 2002, p. 120). Por isso, é necessário destacar que em nenhum momento os jesuítas se propuseram a ser contra a

escravidão; na verdade, eles a viam como essencial na sociedade brasileira, pois "sem ela o modelo produtivo não vingaria nem auferiria a lucratividade desejada" (p. 120).

A aculturação também é uma característica do projeto colonizador e foi repercutida pelos padres. "Os jesuítas deviam afastar os indígenas de seus antigos cultos e remodelá-los segundo os costumes e princípios católicos e colonizadores" (Souza, 2013, p. 31). A técnica pedagógica de aprender o idioma local não era para repercuti-lo, mas ser um meio mais eficaz de se ensinar o português. Obviamente, o idioma hoje falado no Brasil é fruto de um processo de miscigenação do português luso com diversos idiomas indígenas e africanos. Isso mostra a impossibilidade de não haver trocas de influência entre as culturas. Todavia, foram os indígenas e africanos que foram impedidos de perpetuar sua cultura e idioma de forma plena, e por isso existe uma predominância de palavras do idioma luso na língua brasileira em comparação às outras.

Segue-se então pelos séculos a ação católica no Brasil. Mas como era o catolicismo brasileiro? Sérgio Chahon explica:

Haveria, assim, um catolicismo típico do "povo" brasileiro, associado às massas oprimidas espalhadas pelas camadas inferiores da sociedade. Fortemente marcado pela herança cultural indígena e africana, tal catolicismo se define por seus atributos de originalidade, autenticidade e resistência, por oposição a um catolicismo das elites brancas ou definidas enquanto tais, de origem predominantemente europeia, mais identificado com a Igreja romana enquanto instituição (2014, p. 87).

Contudo, sob a ótica do período de implementação do catolicismo no Brasil, tem-se a conjuntura de Trento, que visava uma ligação próxima a Roma, um combate ao protestantismo e um conhecimento profundo dos dogmas católicos. Na prática, isso não ocorre, e o que é mais difundido no Brasil é o que era vivido pelos colonizadores em Portugal, um catolicismo pré-tridentino ainda muito marcado pelo pensamento medieval. Afinal, Portugal também estava no processo de Reforma Católica, mas não é uma ação rápida de ser difundida (Chahon, 2014).

Podemos então identificar um catolicismo tridentino vivido por um grupo de clérigos e um catolicismo miscigenado vivido pela população em geral (ricos e pobres, mas tendo suas diferenças como já listado acima), eles compartilhavam "o mesmo

universo básico de valores e tradições devotas – que incluíam, por exemplo, a relação familiar com os santos, a prática das promessas e o recurso a simpatias e sortilégios de toda ordem” (Chahon, 2014, p. 88). Chahon destaca que muitos clérigos viviam “bem distantes do modelo tridentino de retidão moral e embasamento doutrinário preconizado para os membros do clero” (p. 89).

A prática religiosa consistia mais na “devoção familiar aos santos do que pela participação nos sacramentos e na liturgia” (p. 90). E de acordo com o autor poderia ser vista em três âmbitos. O primeiro é no privado, marcado pela submissão da mulher, filhos e servos, bem identificada com as famílias de elite. O papel do homem chefe, o senhor de engenho, é de “autoridade espiritual do sacerdote encarregado de conduzir as celebrações familiares – assim como a casa-grande se destaca, na paisagem da grande propriedade, em relação à capela e demais construções situadas em suas redondezas” (p. 92). A segunda é a prática pública, ou comunitária, de grupos em manifestação de sua fé como novenas, romarias e festas. Este último elemento é essencial no ideal de sociabilidade, pois era um momento em que tanto escravos como os senhores participavam, em uma dualidade entre sagrado e profano.

A terceira forma de sociabilidade seria eclesial “desenvolvida sob o comando e a autoridade de um sacerdote, que atua como representante da instituição eclesiástica em sua respectiva jurisdição – seja a diocese, no caso dos bispos, seja a paróquia, no caso dos vigários” (p. 93), realizadas nas missas e eventos internos da igreja. Havia também a diferença da prática católica entre os sertões e as capitais. Em resumo, o Brasil é marcado por catolicismos plurais. E esta prática não só se perpetua durante a colônia, mas influência e muito no catolicismo brasileiro no império e na República.

2.2.1 Revoluções e Ações

No governo do Rei luso Pedro II (1648-1706), é estabelecido o Tratado de Methuen (1703), conhecido também como tratado de Panos e Vinhos, onde a economia portuguesa se subordinava à Inglaterra ao estipular a entrada dos produtos têxteis ingleses no país, e do vinho português na Inglaterra (Oliveira; Borges; Bortolossi; Marques; Costa, 2013, p. 4). Iniciava-se assim o controle econômico inglês em Portugal, o qual anos após se amarra em uma dependência a qual afetava

diretamente a economia da colônia. Com a morte de Pedro II, sobe ao poder João V (1706-1750). Seu governo é marcado por fortes instabilidades econômicas, colocando o seu país em emergência.

Após sua morte, o Rei José I (1750-1777) assumiu o poder com a proposta de melhorar a economia, principalmente depois da grande destruição causada pelo terremoto de 1755. Seu primeiro-ministro, Sebastião José, o Marquês de Pombal, foi o grande responsável por profundas mudanças que saíram da Europa e chegaram ao Brasil. Pombal visava centralizar o poder para assim conseguir mais autonomia em relação à Inglaterra e ter mais controle territorial. Ele via os Jesuítas como inimigos dessa reforma, pois eles tinham grande alcance, muitas terras e se subordinavam primeiro ao Papa, demonstrando uma insubordinação ao Rei. Alderi Matos explica:

Por causa de sua riqueza e influência, os jesuítas tinham muitos inimigos entre os líderes eclesiásticos, proprietários de terras e autoridades civis. Sua expulsão resultou tanto do anticlericalismo que se alastrava pela Europa quanto do “regalismo” de Pombal, isto é, a noção de que todas as instituições da sociedade, em especial a igreja, deviam ser inteiramente subservientes ao rei (2011, p. 2).

Os Jesuítas são expulsos em 1759 das terras lusitanas. Com a morte de D. José e a posse de sua filha Maria I (1777-1816) pouco a pouco se desmonta toda a ação iluminista de Pombal, que falece em 1782. Os Jesuítas voltam ao solo brasileiro apenas na década de 1840, quando havia se estabelecido a independência.

A Igreja lidava com o declínio de seu poder em uma das potências europeias e sua repercussão no contexto mundial. A nova era, a modernidade, colocaria a religião perante diversas críticas, não apenas teológicas como foi na Reforma Protestante, mas o seu papel na sociedade. O pensador iluminista francês Holbach (1725-1789) vê a religião como manipuladora da sociedade. Urbano Zilles discorre:

O barão de Holbach criou a expressão, que posteriormente se tornou popular, do efeito narcótico da religião (ópio do povo). Ela é, segundo ele, a arte de anestesiá-los os homens, para impedi-los de lutarem contra o mal que lhes causam os dominadores aqui na terra. Perante o tribunal da razão, a religião é usada, segundo ele, para legitimar a corrupção, para dominar, de acordo com uma moral contrária à natureza humana. A religião apenas serve para iludir o gênero humano. É uma instituição de repressão e corrupção, que organiza a ilusão das massas (Zilles, 2008, p. 41-42).

É importante salientar que esta era uma das críticas à religião. Isso ocorre pelo processo de secularização. Cesar Ranquetat (2009) explica: “A secularização se caracteriza fundamentalmente pelo declínio da religião, pela perda de sua posição axial e pela autonomização das diversas esferas da vida social da tutela e controle da hierocracia” (p. 68).

Outro grande fato importante modificador do modo de viver e, conseqüentemente, de se pensar no século XVIII foi o fortalecimento da burguesia, especialmente na Inglaterra. Após ter passado por revoluções liberais decorrentes da Revolução Industrial, torna-se a maior potência econômica mundial. Isso também desencadeou uma disputa pelo domínio do poder econômico no velho continente, principalmente por parte dos franceses, que ainda se encontravam bastante agrários e buscavam a industrialização. Liderados por Napoleão Bonaparte (1769-1821), estabelecem o Bloqueio Continental (1806), proibindo os países ao seu redor de comercializar com o Reino Unido sob a ameaça de invasão do seu grandioso exército. Portugal, que era extremamente dependente economicamente da Inglaterra desde o tratado de Panos e Vinhos, encontrava-se entre dois caminhos: obedecer à França e declinar financeiramente com uma dívida enorme ou receber o ataque de Napoleão sem tocar no seu acordo econômico. A coroa Lusa acaba recebendo apoio da coroa inglesa, implicando na desobediência da ordem de Napoleão.

A tática seria rumar para sua colônia, ideia já amadurecida pela coroa, entretanto planejada às pressas mediante a situação. Saíram no fim de novembro de 1807 e chegaram no Brasil no início de janeiro de 1808. Cerca de dezoito embarcações com aproximadamente dez mil pessoas, desde a família real, nobres, escolta inglesa e súditos. A capital Lisboa ficou em estado de fragilidade política e suscetível a sequenciais invasões de Napoleão, o que nos anos seguintes geraria revoltas.

A chegada da família implicaria em mudanças políticas em nosso país. Uma das primeiras foi a Abertura dos Portos às Nações Amigas (1808), quebrando o Pacto Colonial o qual limitava a colônia a comercializar exclusivamente com a metrópole, empacando a sua economia. Agora poderíamos comprar e vender diretamente com a Inglaterra, e mediante a isso os ingleses começaram a exercer papel de influência na política local, se envolvendo nas questões escravocratas e sociais.

Em 1815, deixamos de ser uma colônia e nos tornamos Reino Unido de Brasil e Algarves, sendo a capital no Rio de Janeiro. Por causa do novo título e da presença da família real, houve uma preocupação com a modernização do Brasil, principalmente no Rio. Construções de parques, Banco do Brasil, jardins botânicos são alguns exemplos do investimento da coroa. O Brasil se fortalecia, mas ainda entrelaçado com sua metrópole. O oposto acontecia nos países vizinhos, na América Espanhola. Mesmo após a morte de Napoleão em 1814, José Bonaparte, seu irmão, que havia invadido a Espanha em 1807, permanecia no poder no lugar do Rei, fragilizando a relação metrópole e colônia. Não havia mais coroa para obedecer e as reações de independência começaram a ocorrer desde o início da década de 1810. José Murilo de Carvalho explica (1993): “Desta data até 1824, ano da batalha de Ayacucho em que as tropas espanholas foram definitivamente derrotadas, toda a ex-colônia, exceto Cuba e Porto Rico, estava livre e se dividira em várias repúblicas independentes” (p. 5).

A Revolução do Porto (1820) estoura e muda o relacionamento “romântico” da coroa e o Brasil. Após anos de abandono, os lusos se revoltam exigindo a volta do Rei, o fim do Reino Unido e a restauração do Brasil como colônia, e um fator muito importante: uma constituição portuguesa.

Apesar de não ser uma conjuntura plenamente vitoriosa, ela possibilitou o surgimento de novas linguagens, novos vocabulários e imaginários que anunciavam um tempo de rutura e de aceleração, indicando a proposta de uma ordem liberal e constitucional, legitimada na vontade e na soberania da nação e dos povos e, não mais, na “figura simbólica do rei” ou em uma ordem imemorial sancionada por Deus (Neves; Campos; Motta, 2022, p. 2).

As correntes liberais chegavam a Portugal e brevemente causariam impacto na antiga colônia. D. João VI retorna à Europa e deixa seu primogênito, o futuro D. Pedro IV de Portugal, como príncipe regente no Brasil. Durante um certo tempo, a hipótese de continuar vinculado à coroa lusa ainda era uma opção para a elite brasileira. Entretanto, a volta do Rei não se mostra suficiente para os revoltosos, exigindo a volta de Pedro também:

Quando, em dezembro de 1821, as cortes exigiram a volta de D. Pedro, extinguiram o governo nacional e os tribunais criados a partir de 1808; quando nomearam governadores militares para as províncias, passando por cima das juntas, ordenando-lhes que se

reportassem diretamente a Lisboa, até mesmo os deputados brasileiros às cortes perceberam que a causa da união estava definitivamente comprometida. A solução da independência tornara-se a única viável (CARVALHO, 1993, p. 7).

Ao contrário dos modelos vizinhos, o Brasil não se torna um país independente e republicano. Ele permanece na monarquia, liderado por um membro da família colonial. Após sequenciais debates entre os lusos revoltados e a elite brasileira, o grito da Independência é ecoado em Sete de Setembro de 1822.

O Império brasileiro, liderado por D. Pedro I do Brasil, tem sua primeira constituição outorgada em 1824. Dentre suas características, destaca-se o estabelecimento de quatro poderes: Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador. Marco Casamasso (2013) explica:

De perfil híbrido, a Constituição do Império exhibe, de acordo com a análise de Paulo Bonavides e Paes de Andrade, uma dupla face: a liberal, presente na sua declaração de direitos e nas atribuições conferidas ao Poder Legislativo; e a autoritária, patenteada na concentração de poderes nas mãos do Imperador, o que contrariava os princípios liberais (p. 10).

O aspecto religioso também é notório. Em seu quinto artigo, é oficializado que no novo país a Religião Católica permaneceria sendo a oficial, entretanto, vê-se uma leve abertura a outras religiões: “A Religião Catholica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma algum exterior do Templo⁶. Vale destacar que estas outras religiões se resumem à matriz cristã, especificamente protestante, e que essa abertura ocorre graças às intervenções dos ingleses e da imigração suíça e alemã: “É de concordância entre os historiadores e pesquisadores que o incentivo do Estado brasileiro à imigração suíça e germânica era um fator das políticas, tanto de D. João VI quanto do Imperador D. Pedro I” (Oliveira, 2012, p. 3). Há também influência de ideias da Imperatriz Leopoldina. Apesar de simples, esta abertura mostrou um perfil da nova nação: O Rei era o moderador, e se fosse necessário o seu poder estava acima do domínio do Papa.

⁶ BRASIL. Constituição (1824). Lex: **Constituição Política do Império do Brasil**, de 25 de março de 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm.

2.3 Antiga religião, novos desafios

As mudanças introduzidas no tópico anterior são exemplos de como, ao longo do tempo, novas coisas, termos e perspectivas surgem, mudando, adicionando e até abolindo verdades antes de condicionantes. O campo dos acontecimentos não é estático, pois dia após dia seres humanos envelhecem na história. De forma sucinta, na perspectiva do sociólogo Pierre Bourdieu, o campo é o locus físico e/ou teórico no qual os agentes se estabelecem. Evânia Reich, explicando Bourdieu, fala que “Assim, o campo é um sistema dinâmico permeado por agentes e estruturas que sofrem mudanças. Agentes que lutam para aumentar seu capital e continuar no jogo do campo no qual estão inseridos” (2017, p. 90). O método de estabelecimento se dá por outro conceito bourdiano, o de capital. Capital é uma “moeda” para conseguir/conquistar um determinado campo. Quanto mais capital se tem, ou seja, quanto mais poder, mais previsto e possuidor do campo se é.

Se observarmos pelas óticas da religião, percebemos que naturalmente o catolicismo vive em constante atividade para garantir a fidelidade. Com os Jesuítas, vê-se a criação de toda uma pedagogia de catequização, adaptando-se a novos povos e novas culturas, por exemplo. Mas quanto maior o alcance de novas mudanças, como a influência da Reforma Protestante e da Revolução Francesa, mais palpável é a ação católica para fazer a manutenção do seu campo. Dadas as circunstâncias do século XIX, a manutenção era bastante necessária e visível.

Antes de continuarmos a compreender as ações do papado, é necessário entender mais um conceito bourdiano: Habitus. Na visão de Reich:

O conceito de habitus para Bourdieu propõe identificar a mediação entre indivíduo e sociedade, na medida em que o individual, o pessoal e o subjetivo são simultaneamente sociais e coletivamente orquestrados. O habitus é uma subjetividade socializada. É a noção de habitus que auxilia na apreensão de certa homogeneidade nas disposições, nos gostos e preferências de grupos ou de indivíduos que são frutos de uma mesma trajetória social (2017, p. 88).

O Brasil tem sua história costurada com as linhas católicas. Não tinha como separar ser brasileiro de ser católico. Até o golpe da República (1889), todos os registros, desde o nascimento até o óbito, foram feitos pela Igreja. Não era uma escolha participar dos ritos católicos, não era identidade um cálculo racional, era

exercer seu local. Entretanto, o surgimento do secularismo, o liberalismo e o aparecimento legalizado de outras religiões de matriz cristã, e certa permissividade da maçonaria e o poder moderador, mostraram que o domínio religioso católico não vivia mais seus tempos de plenitude, não somente nas terras tupiniquins, mas em todo o Globo.

Entre dezembro de 1869 e dezembro do ano seguinte, foi convocado por Pio IX (1792-1878), depois de um “vácuo” de três séculos, um concílio com todo o bispado, por isso chamado de ecumênico, no transepto norte da Basílica de São Pedro, em Roma, na região conhecida como Vaticano⁷. De acordo Ney de Souza o Concílio Vaticano I⁸: “propunha-se, além da condenação dos erros modernos, a definição da doutrina católica sobre a Igreja.” (1998, p. 31). Sem dúvida, a publicação do anexo Syllabus (1864) à encíclica *Quanta Cura* (1864) pelo Papa, que condenava certos pensamentos e afirmações do século XIX, impulsionou a formação do Concílio. Esta encíclica foi dividida em dez sessões, questionando verdades dos movimentos do racionalismo, socialismo, secularismo, laicidade, casamento civil e liberalismo político. Entre os 80 erros apontados, destaca-se:

44. A autoridade civil pode interferir em questões relativas à religião, à moral e ao governo espiritual: portanto, pode julgar as instruções emitidas para a orientação das consciências, em conformidade com a sua missão, pelos pastores da Igreja. Além disso, tem o direito de fazer decretos relativos à administração dos sacramentos divinos e às disposições necessárias para recebê-los. — Alocuções “In consistoriali”, 1º de novembro de 1850, e “Maxima quidem”, 9 de junho de 1862.

55. A Igreja deve ser separada do Estado, e o Estado da Igreja. — Alocução “Acerbissimum”, 27 de setembro de 1852.

77. Nos dias de hoje já não é conveniente que a religião católica seja considerada a única religião do Estado, com exclusão de todas as outras formas de culto. — Alocução “Nemo vestrum”, 26 de julho de 1855.

⁷ O estado Vaticano como estabelecido atualmente surge após o Tratado de Latrão, em 1929. Antes a Santa Sé se localizava nos Estados Papais, onde pontos centrais, como a Basílica de São Pedro, ficavam em uma região conhecida como Vaticano. Por isso o Concílio ganha o nome de Vaticano, mesmo ainda não sendo um Estado.

⁸ É válido ressaltar que quando o concílio ocorre ele era apenas chamado de Vaticano. O título de I se deu após outra reunião na região do vaticano na década de 1960, nomeada de “Vaticano II”.

80. O Romano Pontífice pode e deve reconciliar-se e chegar a um acordo com o progresso, o liberalismo e a civilização moderna. - - Alocução “Jamdudum cernimus”, 18 de março de 1861.⁹

Nesses trechos, percebemos a preocupação com a separação do Estado e da Igreja, agravada pelas sucessivas independências dos países americanos. Estas instauraram repúblicas e, conseqüentemente, romperam a exclusividade com o catolicismo. Mesmo que, majoritariamente, a grande maioria desses novos países ainda tenha tido boa parte da população confessando esta fé, já se sentiu uma notória presença de outras religiões (muitas já coexistentes antes da laicidade, porém silenciadas e reprimidas, como as religiões de origem africana e indígena). Tanto que o antigo Papa, Gregório XVI:

Na bula o continente é descrito como uma região que contém “‘miseros homines densissimis errorum nebulis advolutos’ (homens miseráveis, envolvidos em neblinas de erros muito densas), os quais ficam ‘sedentes in tenebris et in umbra mortis’ (sentados nas trevas e na sombra da morte)¹⁰ (2014, p. 194).

Outra ameaça destacada é o Galicanismo, herança francesa, que diminuía o poder central do papado, colocando sobre o Estado a arcada da responsabilidade religiosa.

De acordo com Rodrigo Caldeira (2023), o Papa teria utilizado a publicação da *Syllabus* para “apontar os rumos que o futuro concílio deveria seguir, confirmando as posições expressas no documento” (p. 277). A convocação oficial para o concílio ocorre em 1868, com a carta pastoral *Aeterni Patris*. Vale destacar que o Papa Pio IX utilizou bem sua influência no corpo episcopal:

Em 1869, quando se inicia o Concílio do Vaticano, de 739 bispos, restavam 81 dos eleitos na época de Gregório XVI, o que resultou numa rápida evolução da mentalidade, manifestando-se claramente nos sínodos provinciais – os bispos colocavam sempre menos obstáculos ao reconhecimento da Santa Sé o direito de controlar e eventualmente modificar as suas decisões (p. 278-279).

Assim inicia-se o processo de preparação para o concílio. A mentalidade da reunião envolvia o ideal de responsabilidade da Igreja em reagir e salvar o mundo perdido da modernidade:

⁹ PAPA PIO IX. *Syllabus*. 1864. Disponível em: < <https://www.papalencyclicals.net/pius09/p9syll.htm> >. Acesso em: 03 out. 2023 (Versão traduzida para o português).

¹⁰ *Apud* Hoornaert, 1994, p. 320

Considerando todas estas coisas, como podem as entranhas íntimas da Igreja não ser movidas? Pois assim como Deus deseja que todos os homens sejam salvos e conheçam a verdade; assim como Cristo veio salvar o que estava perdido para reunir em um só os filhos que estavam dispersos, assim a Igreja, constituída por Deus, Mãe e Mestra do povo, sabe bem que está em dívida com todos: por isso está sempre pronta a levantar os caídos, apoiar os vacilantes, abraçar os que regressam, confirmar o bem e orientá-los para coisas melhores¹¹.

Desse modo, o Concílio prometia ajustar e mudar o cenário do então catolicismo mundial:

A partir deste Concílio a disciplina eclesiástica foi restabelecida e consolidada com mais firmeza; o amor pela ciência e pela piedade foi promovido entre o clero; foram preparados colégios para formar adolescentes para a milícia sacerdotal; finalmente, os costumes do povo cristão foram restaurados com uma educação mais diligente dos fiéis e com o uso mais frequente dos Sacramentos¹².

É válido destacar que o Papa antecessor, Gregório XVI, também redigiu uma importante carta que embasou a ocorrência da Igreja: a encíclica *mirai vos* (1834). Ela tratou de uma análise dos homens possíveis decorrentes da modernidade. Mas é nas mãos de Pio IX que a realidade bate às portas, e por isso o tom de suas cartas era mais pesado e crítico. Era de tamanha urgência uma reestruturação, não somente doutrinária, mas também do papel da Igreja: “É um período no qual a Igreja se encontra sob ataque, não só discursivo, mas inclusive militar, quando da perda dos estados pontífices.” (Klauck, 2011, p. 141). David Barbosa explica uma certa preocupação graças à construção dos Estados Nacionais (principalmente o italiano, que lhe retirava territórios), pela defesa do poder temporal do papa (Barbosa, 1989, p. 11). Samuel Klauck (2011) explica:

O papa Pio IX ascende ao pontificado em meio à concretização dos erros condenados pelo antecessor. Grande parte dos estados nacionais europeus já haviam se laicizado, resultando na separação do estado e da Igreja que teve como consequência principal a secularização do ensino. É sob a égide de seu pontificado que a Igreja perde os Estados Pontífices, que reduz o papa a uma autoridade sem território, restringindo-o a cidade de Roma. Além de questões religiosas, teve que enfrentar a onda liberal que se instalava em todos os segmentos da sociedade (p. 140).

¹¹ PAPA PIO IX. DO FILIUS. *Vaticano*, 1870. Disponível em: <https://www.vatican.va/archive/hist_councils/i-vatican-council/documents/vat-i_const_18700424_dei-filius_it.html>. Acesso em: 16 out. 2023 (Versão traduzida para o português).

¹² *Ibidem*.

Apesar desta preocupação, não é correto crermos que o Papa convocaria tal reunião com apenas esse intuito: “Portanto, o concílio deve tentar superar as novas dificuldades postas à Igreja e lançar bases sólidas para que se processasse uma restauração espiritual na sociedade em geral” (Barbosa, 1989, p.11).

Como fruto das reuniões conciliais, foram emitidas constituições dogmáticas. *A Dei Filius* (1870) foi dividida em 4 capítulos: Deus, criador de todas as coisas; Uma Revelação; Fé; Da Fé e da Razão. Encerrando o documento com breves explicativas dos Cânones: De Deus, criador de todas as coisas; Do Apocalipse; Da fé; Fé e Razão. Já o *Pastor Aeternus*, também de 1870, se detém em falar do papel do Papa. É nesse documento que a questão da infalibilidade papal¹³, pilar importante deste Concílio, é abordado:

Portanto, permanecendo fiéis à tradição recebida desde os primórdios da fé cristã, para a glória de Deus nosso Salvador, para a exaltação da religião católica e para a salvação dos povos cristãos, com a aprovação do sagrado Concílio proclamamos e definimos dogma revelado por Deus que o Romano Pontífice, quando fala ex-cathedra, isto é, quando exerce o seu cargo supremo de Pastor e Doutor de todos os cristãos, e em virtude do seu supremo poder apostólico define uma doutrina relativa à fé e à moral, vincula o toda a Igreja, pela assistência divina que lhe foi prometida na pessoa do bem-aventurado Pedro, goza daquela infalibilidade com que o divino Redentor quis que a sua Igreja fosse acompanhada na definição da doutrina relativa à fé e aos costumes: portanto, estas definições do Romano Pontífice são imutáveis em si mesmos, e não pelo consentimento da Igreja. Se alguém tiver, portanto, a presunção de se opor a esta nossa definição, Deus me livre!: seja anátema¹⁴.

O concílio é marcado pela presença de bispos de diferentes lugares do mundo, sendo a primeira vez que o Brasil seria representado em um evento de tamanha importância. Dos onze bispos brasileiros, foram sete à Santa Sé (Souza, 1998). As ausências de quatro bispos resultaram graças às limitações de saúde, impedindo assim longas viagens. Comparado ao vasto tamanho do país o Brasil

¹³A teologia católica afirma que o Papa, em comunhão com o Sagrado Magistério, quando delibera e define solenemente algo em matéria de fé ou moral, ex cathedra, está sempre correto. (Fonte: Wikipedia)

¹⁴ PAPA PIO IX. *Pastor Aeternus*. Vaticano, 1870. Disponível em: <https://www.vatican.va/archive/hist_councils/i-vatican-council/documents/vati_const_18700718_pastor-aeternus_it.html. Acesso em: 16 de out. 2023 (Versão traduzida para o português).

possuía poucas circunscrições eclesiásticas¹⁵, problema herdado desde o período colonial. Os periódicos religiosos locais, como o *Apóstolo: Periódico religioso, moral e doutrinário, consagrado aos interesses da religião e da sociedade* (RJ), narravam com esperança e expectativa as novas rédeas lançadas por Roma: “A igreja Brasileira espera renascer depois do Concílio do Vaticano: a vida, que tem vivido, tem-lhe sido prejudicial, e causa única do desprezo que lhe voltam todos”¹⁶. Qual seria essas intempéries que a igreja brasileira passava? O Padre Ney (2014) explica que a permanência do Padroado, levou há um certo afastamento do catolicismo brasileiro do romano:

O catolicismo no Brasil Império, no seu primeiro período, terá um reconhecimento do papa como chefe honorífico, mas sem uma efetiva autoridade sobre a Igreja Nacional [...] O que se constata é que a Igreja católica é tratada como um departamento da administração civil e deve ser útil para o Estado (p. 130).

Os clérigos ficavam à mercê do estado, e era comum críticas a situação:

Voltemos agora os olhos para as necessidades, que com resignação sofre o Clero, em sua maioria pobre sem outros recursos quase, senão os que tiram do exercício de suas ordens [...] E terá razão para censura o Clero, lançar sobre elle acusações muitas vezes exageradas, o governo que lhe nega os recursos ainda os mais essenciais à vida, e que parece disposto a matá-lo a migoa? Não por certo. Mas nós esperamos que nossas palavras sejam ouvidas, e a classe clerical, que tantos serviços presta ao Estado, obtenha recursos, e seja equiparada com justiça às outras classes da sociedade. Nem outra cousa exigimos¹⁷.

Souza (1998) também ressalta a questão do nível intelectual do clero brasileiro, um ponto que afetava diretamente o contato com os fiéis. Era comum que muitos padres se envolvessem em escândalos, principalmente de vertente sexual, e comungarem com elementos não aprovados pelo pontífice, como a maçonaria.

¹⁵ “Circunscrições eclesiásticas são divisões territoriais e administrativas da Igreja Católica cujo objetivo é organizar e tornar mais eficaz a gestão e o controle das populações e do território. Seus modelos paradigmáticos são as paróquias, missões, prefeituras apostólicas, prelazias, dioceses e arquidioceses”. Disponível em: <https://editora.ufms.br/produto/circunscricoes-ecclesiasticas-catolicas-no-brasil-articulacoes-entre-igreja-estado-e-sociedade/#:~:text=Circunscri%C3%A7%C3%B5es%20eclesi%C3%A1sticas%20s%C3%A3o%20divis%C3%B5es%20territoriais,%2C%20prelacias%2C%20dioceses%20e%20arquidioceses>.

¹⁶ O APOSTOLO, O *Apóstolo*, p. 2, 16/05/1869, edição 20 do ano IV. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/343951/1238>. Acesso em: 10 out. 2023

¹⁷ O APOSTOLO, O *Apóstolo*, p. 1-2, 23/05/1869, edição 21 do ano IV. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/343951/1245>. Acesso em: 10 out. 2023

Ferdinand Azevedo (1988) ressalta que apesar do impulso religioso estabelecido na colonização ainda no século XVI, o Brasil acaba não recebendo muita influência do Concílio de Trento (1545-63), e construiu sua catolicidade, mas aos moldes medievais: “Religiosamente o Brasil Colônia teria todos os elementos da Idade Média: oratórios, ermidas, pregadores itinerantes, confrarias, casas de misericórdia, romarias, festas dos padroeiros e paróquias” (p. 202). Até porque, como relatado no início deste capítulo, a própria metrópole não aderiu rapidamente aos ideais tridentinos, refletindo aqui. Ao longo dos séculos o Brasil criou um abasileiramento da fé que se distanciava do modelo romano. A religião era amarrada ao querer da coroa e às políticas locais, principalmente dos engenhos, e isso, na visão do episcopado, fragilizava a Igreja brasileira.

Por isso o concílio é recebido com euforia, mudando uma reforma católica, ou recatolização, no país, buscando não somente implantar os novos elementos, mas lançar base de ideais tridentinos: “Com total apoio da Santa Sé o episcopado brasileiro decide implantar no Brasil a concepção tridentina da Igreja” (Souza, 2014, p. 138). O historiador Carlos André explica:

A Recatolização se fundamentava na reformulação das ações da Igreja Católica a partir das bases doutrinárias e disciplinares formuladas durante os debates do Concílio do Vaticano I, que levou em consideração a nova realidade do pensamento moderno. Com isso, defendeu-se o retorno ao catolicismo tridentino com a reafirmação da autoridade do Papa e a negação a qualquer tutela do Estado sobre a Igreja (2015, p. 43-44).

Os líderes desse movimento ficaram conhecidos como bispos reformadores. Alexandre Karsburg e Maíra Ines Vendrame os explicam:

Os bispos reformadores eram, em sua maioria, brasileiros formados na Europa sob a supervisão direta de Roma e do papa. Voltavam para o Brasil com uma proposta bem definida: reformar os costumes religiosos da população, submeter os fiéis à hierarquia, organizar irmandades, confrarias, devoções e procissões e, como princípio imediato, controlar o clero paroquial eliminando a sua autonomia. Esses bispos deviam obediência ao papa e às suas normas, e não ao imperador ou às leis brasileiras. Era o ultramontanismo em rota de colisão com o regalismo imperial e, principalmente, em choque com as práticas da modernidade (2021, p. 85).

Esses bispos enfrentaram grandes dificuldades em financiar tal reforma, pois era uma luta contra esse emaranhamento histórico, mas principalmente por confrontar

o poder imperial. Neste recorte temporal o Brasil foi comandado por D. Pedro II, desde a saída de seu pai para Portugal em 1831. Imperador diferente, mas a mesma constituição de 1824. Logo, o país permanece oficialmente católico e ainda ligado ao Padroado. Contudo, o que parecia uma exclusividade católica era muitas vezes um limitador da atuação da Igreja. Um grande exemplo foi a negação de D. Pedro II à ordem do papado de excomungar todos os fiéis católicos envolvidos na Maçonaria. Tal atitude culminou em uma revolta comandada pelos bispos de Belém, Dom Macedo, e Olinda-Recife, Dom Vital de Maria, contra o Imperador, na década de 1870. Os bispos acataram a ordem do Papa e excomungaram os fiéis na maçonaria. D. Vital buscou proibir seu clero de celebrar missas em capelas que abrigassem maçons, como bem comenta João Ramos André:

Não atendido em sua ordem, D. Vital interditou as capelas das irmandades rebeldes. Estas, inconformadas com a interdição, recorreram ao Imperador Pedro II, detentor do placet em matéria religiosa que, por força do poder que lhe conferia o instituto do Padroado, mandou reabrir as irmandades, ordem que D. Vital não acatou (Ramos André, 2020, p. 25-26).

Esse “movimento” foi nomeado de Questão Religiosa. Alexandre Costa (2017) cita João Fagundes Hauck (2008): “a Questão religiosa foi em primeiro lugar uma transplantação para o Brasil da controvérsia liberal e ultramontana, que agitava os países católicos na Europa. O que sucedia principalmente na França e Itália, se projetava como reflexo no Brasil imperial” (2008, p. 188). Ambos os bispos foram presos pela coroa. Apesar da repercussão, não possuiu muitos adeptos, pois, como já relatado, havia muitos clérigos e nobres maçons. Então, estar do lado dos bispos era ficar contra o próprio Império.

Nessa perspectiva estes bispos reformadores, tridentinos, se veem presos em um país legalmente católico:

Para as mentalidades secularizadas que defendiam o progresso e a atuação do governo no episódio revelou-se fraca e movida unicamente pelos interesses políticos do gabinete conservador. Para os fiéis tocados pelo ultramontanismo, majoritariamente urbanos e alfabetizados, a prisão dos bispos indicou o caráter arbitrário das instituições, distanciando-os do regime. Para a grande massa da população, ainda presa à religiosidade antiga, tudo aquilo não passara de uma impiedade. De todos os espíritos, retirava-se do cetro de D. Pedro II a aura mágica, que lhe tinha assegurado até então o exercício do poder (Souza, 2014, p. 137).

Essa dualidade de na monarquia o catolicismo ter assegurado seu local como religião oficial, mas ao mesmo tempo ser limitado, e podado ao querer do Rei, gera múltiplas linhas de pensamento dentro do próprio clero: Um movimento mais nacional e outro ultramontano. De acordo com Ítalo Santirocchi (2010) o ultramontanismo foi originado graças ao galicanismo, e defendia o pleno poder dos papas independentemente do Estado, e por isso se adequa bem ao panorama histórico do século XIX. Pois visava: o fortalecimento da autoridade pontifícia sobre as igrejas locais; a reafirmação da escolástica; a definição dos “perigos” que assolavam a Igreja (2010, p. 24). Assim, a “Igreja deu início à reforma do catolicismo, visando torná-la mais romana e menos nacional” (Karsburg, Vendrame, 2021, p. 88).

Os Bispos reformadores focavam em iniciar a reforma primeiro no clero, pois:

O objetivo era ter um padre douto e santo, de conduta reta e grave, um digno representante da ordem espiritual e inteiramente voltado para as coisas do alto. Uma constante preocupação é a estrita observância do celibato. Formado assim seria o ideal para a sua missão de evangelizar uma população de fiéis que vivenciava uma religiosidade popular classificada como fanatismo e superstição. A fé popular é vista como uma deturpação da verdadeira religião que só poderia ser encontrada no culto oficial que obedece às normas romanas (Souza, 2014, p. 137).

“O grande trabalho do episcopado era transformar um clero com alma política e amasiados, em sacerdotes piedosos e celibatários” (p. 139). Neste sentido, o Império se beneficia, pois o clero “retornaria” para o *locus* igreja e deixaria de interferir e apoiar em lutas sociais, como ocorreram durante o período regencial (1831-1840). Ney Souza destaca até certa distância nesse recorte temporal, pós Vaticano I e antes do golpe da República (1889), com temas como abolicionismo por parte da igreja brasileira: “este período o clero estava mais preocupado com os méritos para o céu do que com os problemas concretos da população na terra.” (p. 139).

Nesse momento uma das ferramentas utilizadas pela igreja para a propagação de suas visões foi a imprensa. Diego Silveira (2011) explica:

ao longo de todo esse período, a imprensa foi concebida como uma das principais “armas de combate” contra todas aquelas “heresias e erros [modernos], que, sendo contrários à divina fé, à doutrina da Igreja Católica, à honestidade dos costumes e à salvação dos homens”, frequentemente deram origem – na ótica dos ultramontanos

– às graves crises e “tempestades que de modo miserável funestaram a cristandade e a sociedade civil”¹⁸ (p. 1).

O Papa Leão XIII (1878-1903) é um dos precursores da utilização da imprensa para a divulgação dos “valores morais da verdadeira religião”. Por muito tempo, o papado não via com bons olhos a liberdade impressa, e este fato não mudara, contudo, novas perspectivas foram implantadas. A imprensa é dividida em boa, aquela que fosse usada aos moldes e querer da igreja, e a má. A má consistia nas publicações “corruptora dos valores mais essenciais da vida social e das verdades naturais [...] ações dessa forma de imprensa serão danosas à família e à escola” (Klauck, 2011, p. 143), esse tipo de publicação deveria ser combatido. Afinal, ao passo dos processos de laicidade, os clérigos não teriam mais o apoio do Estado no controle das publicações. Cabia e a liderança episcopal, como um todo e em cada região onde houvesse representação da Santa Sé, orientar os fiéis dos perigos da má imprensa que era “contra Deus, contra a Revelação, contra a verdade, contra a Igreja” (p. 144), e incentivá-los a comprar e a ler a boa imprensa, pois “letras precisam ser combatidas pelas letras” (p. 145).

2.3.1 Antiga religião, velhos inimigos

O protestantismo crescia paralelamente a todos esses acontecimentos no Brasil. Inicialmente, graças à Constituição de 1824, houve o grupo de protestantismo de imigração com ingleses/anglicanos e alemães/luteranos. Apesar da liberdade de culto ser oficializada na Constituição de Pedro I, antes mesmo, no governo joanino, esses grupos já gozavam de certa liberdade de culto, mas voltado para o seu próprio povo. Nesse momento não havia uma intenção explícita de um evangelismo protestante, mas apenas manter cultos na língua mãe para esses estrangeiros. O primeiro templo anglicano foi fundado na década de 1820 no Rio de Janeiro. Ramos André aborda a necessidade de policiamento na inauguração deste templo, o qual na verdade era uma casa, pois poderia gerar alguma agitação popular contrária. Os luteranos, por sua vez, se fixaram, mas na região sul, “onde foi organizada a comunidade em São Leopoldo, que em 1830 já contava com cerca de 5.000 alemães”

¹⁸ PIO IX. *Quanta Cura. Condenação e proscrição dos graves erros do tempo presente* (1864). In: COSTA, 1999, p. 248-249.

(Ramos André, 2020, p. 36). Contudo, foi o crescimento das sociedades bíblicas que impulsionou uma mudança de postura dos protestantes que chegavam ao novo país. A Sociedade Bíblica Britânica Estrangeira (SBBE) investiu na tradução do Novo Testamento em português, em 1809, por causa de grupos de lusos que fugiram para Londres decorrente das invasões de Napoleão em Portugal (Ramos André, 2020). A SBBE viu a abertura dos ingleses no Brasil como uma oportunidade para a distribuição de bíblias e para isso utilizaram a tradução do padre Antônio Pereira de Figueiredo, para obter a aceitação dos católicos. Ramos explica:

De início a literatura bíblica chegava ao Brasil através de imigrantes portugueses, de comerciantes, de capitães de navios que demandavam os nossos portos e de capelães que prestavam assistência espiritual à grande quantidade de marinheiros que vinham ao Brasil em virtude da abertura dos povos (2020, p. 42).

A Sociedade Bíblica Americana (SBA) também visava o Brasil e impulsionava ainda mais a distribuição e venda de bíblias, mandando agentes regionais.

Mesmo que ainda não fosse permitida a evangelização protestante, as leves aberturas da política nacional permitiam que missionários adentrassem ilegalmente nas terras brasileiras. O primeiro grupo com intenção explícita de missões foram os metodistas, tendo como destaque Daniel P. Kidder (1815-1891). Alderi Matos (2011) explica: "Eles fundaram no Rio de Janeiro a primeira escola dominical do Brasil. Também atuaram como capelães da Sociedade Americana dos Amigos dos Marinheiros, fundada em 1828" (p. 10). Os congregacionais, liderados pelo escocês Robert Kalley (1809-1888), também foram pioneiros nessa missão. São eles que fundaram a primeira igreja protestante no Brasil, a Igreja Evangélica Fluminense, em 1858. Vale ressaltar que no período em que este templo foi instituído ainda era proibido por lei a pregação protestante em português, mas ter um grupo de protestantes no país aparentava uma certa modernização e avanço no Brasil. Kalley usava isso a seu favor e mantinha laços estreitos com Pedro II, e assim conseguiu certas vitórias como a validação do casamento dos protestantes e ter espaços para protestantes serem enterrados nos cemitérios (Ramos André, 2020).

O segundo grupo desse protestantismo de missão foram os presbiterianos, de origem estadunidense. A motivação teria sido a abertura para estrangeiros, a ausência da denominação em solo brasileiro e o sentimento anticlerical nos EUA. O

primeiro missionário enviado foi Ashbel Green Simonton (1833-1867), em 1859, que acabou falecendo de febre amarela oito anos após sua chegada. Contudo, ele conseguiu fazer um trabalho singelo, mas com potencial para implantações de grupos de presbiterianos que, com o passar dos anos, se tornariam igrejas. A primeira igreja presbiteriana no Brasil foi fundada em 1862, no Rio de Janeiro.

Após a Guerra da Secessão (1861-65), muitos sulistas dos EUA fugiram para o Brasil, gerando um "boom" protestante, principalmente presbiterianos e batistas. Ailton Dias (2015) afirma:

Esta imigração iniciou-se a partir de 1866, após o fim da guerra da secessão nos Estados Unidos de América. Partindo dos portos de Galveston, Texas, New Orleans e, mais tarde, New York, a grande maioria dos imigrantes chegou em 1866; porém, alguns vieram até 1890. Não há dados precisos sobre o número destes imigrantes. Estima-se um número de 3.000 a 10.000 pessoas (p. 2).

A região foco desse grupo foi a região sudeste, principalmente Santa Bárbara d'Oeste, São Paulo. Pois o governo havia liberado terras para essas comunidades visando a 'mão de obra especializada no cultivo do algodão'" (2015, p. 5). A malha férrea São Paulo-Jundiaí, fundada em 1867, impulsionou o crescimento da colônia americana, facilitando o transporte de pessoas, do plantio e da fé para outras cidades. Um conglomerado de igrejas surgiu no início dos anos 1870 nesta região. Os próprios americanos fundaram em 1871 a primeira Igreja Batista no Brasil, a Igreja Batista de Santa Bárbara "com cerca de trinta membros, integrantes da Colônia de Santa Bárbara". Com o crescimento interno batista, foi enviado o casal William e Anne Bagby, no início de 1880, para liderar a missão batista brasileira. Eles foram responsáveis por fundar a Primeira Igreja Batista Brasileira, cujo culto era na língua portuguesa, localizada em Salvador – BA, em 1882.

Como essas ações protestantes não eram permitidas pela lei, diversos grupos de católicos se levantaram contratas construções de igrejas e a falta de postura do Imperador. O jornal O Apóstolo do Rio de Janeiro publicou a fala de D. Pedro Maria de Lacerda, bispo de São Sebastião (RJ), que demonstra bem este cenário:

No tom. 5, Pastoral XXXI de 20 de dezembro de 1738 S. EX. recomenda a tradução da celebre obra de Bossuet, Exposição da Doutrina da Igreja Catholica. Ahi muito clama S. Ex. contra a publicação de mãos livros e entre outras cousas diz: "Mas como poderemos ver com indiferença que no catholico Imperio do Brazil se

propaguem impunemente e sem a menor precaução doutrinas ofensivas à Religião do Estado, ou antes de toda a Religião?... Pasmoso contraste! Enquanto se teme e se procura repelir, como prejudicial, a admissão de Missionários estrangeiros, que vinhão avivar entre os povos de nossos sertões a mesma Fé e Moral que professamos... são tolerados e acolhidos... abrem suas casas de Missão e suas Escolas. introduzem suas Biblias... percorrem e visitão sem embaraço as nossas províncias, no intitula de nos descatholisarem, Predixantes de seita heterodixas e inimigas da Igreja de Jesus Christo seria em vão que se proclamou e garantiu na Lei Fundamental que a Religião Catholca Apostolica Romana continuaria a ser a Religião do Imperio: ou entender-se-lha que ella he apenas huma abstracção... ou que a fé a moral he indifferente á seguranã e prosperidade da nação? oh! como se enganão os que assim pensão! O povo que não respeita a sua Religião ou consete que ella seja ultrajada não está muito longe da sua ruína: quebra impudentemente o sagrado vínculos que prende a consciência do súbdito á authoridade do poder... Em huma palavra, da negação do Catholicismo e dos systemas de incredulidade não vai senão um passo às teorias da revolta e da anarchia.

[...]

Há poucos dias festejou-se nesta côrte o lançamento da primeira pedra para um novo templo protestante. Onde está a Constituição? Os conventos, porém, não podem receber noviços, o que a Constituição não proíbe de modo nenhum... ¹⁹

A situação religiosa brasileira se via permeada de mudanças. Apesar de a participação protestante ser muito pequena em comparação com o catolicismo, era notório que a Igreja Católica sofria interferências da política de Pedro II. Para Ivanessa Mancio (2020), fazendo citação ao texto de Carlos Gileno e Rodrigo Madeiros, Pedro II era "uma figura singular, que realmente não era ligado à religiosidade da igreja, tendo uma aproximação maior com o liberalismo da maçonaria, adorava a cultura, contudo, não podemos considerar o imperador um ateu, porém católico por tradição e ancestralidade familiar" (2018, p. 94). Com os episódios da Guerra do Paraguai (1864-70) e as sequências de leis de teor abolicionista por causa da pressão inglesa, como a Lei Eusébio de Queirós (1850), a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei dos Sexagenários (1885), levaram grupos de elites escravistas e militares a se insatisfazerem com o segundo reinado. Até entre a própria população, Pedro II perdia popularidade por ser um rei muito recluso. A abolição da escravatura em 13 de maio de 1888 foi o golpe final para uma revolta da elite brasileira.

¹⁹ LACERDA, Pedro Maria de. D. Pedro Maria de Lacerda. *O Apostolo*. Rio de Janeiro. N. 21, Ano VIII, 23/05/1873, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/343951/2632>

O Partido Republicano, fundado em 1870, recebeu apoio de diversos grupos e, no dia 15 de novembro de 1889, destituiu Pedro II, dando um golpe e estabelecendo uma República. Meses depois, foi estabelecido o Decreto 119-A, de janeiro de 1890, tornando o Brasil oficialmente laico. Com isso, a igreja se viu em uma urgência de criar métodos de manutenção do seu poder/capital, sobre o campo religioso. Não que a república em si tenha sido totalmente ruim para o catolicismo, na verdade ela trouxe benefícios com o fim das amarras do Padroado. Entretanto, assim como os pilares que sustentavam a monarquia, a escravidão abolida em 1888, e as forças militares sendo "convertidas" ao ideário republicano, a estabilização da política da Igreja Católica também ruiria. A laicidade era inevitável. Vanildo Zugno afirma:

Com o decreto de 7 de janeiro de 1890 se concretiza a separação (Art. 1º), o padroado é legalmente abolido (Art. 4º), reconhecida a liberdade de culto para os indivíduos (Art. 2º) e para as igrejas, associações e institutos (Art. 3º) e a todas as igrejas e confissões religiosas se reconhece a personalidade jurídica (Art. 5º). Três semanas depois será promulgado, através do Decreto nº 181 de 24 de janeiro de 1890, o casamento civil como o único válido em todo o território brasileiro (2014, p. 197).

Como reagir a tal situação? Pouco tempo depois do decreto, o episcopado brasileiro publicou uma Carta Pastoral Coletiva, em março de 1890, redigida após o encontro do bispado em São Paulo. De acordo com Zugno, a Pastoral Coletiva tinha como proposta tratar de três temas:

- [a] E primeiramente, que se há de pensar dessa separação da Igreja e do Estado, que infelizmente está consumada entre nós pelo decreto do governo provisório de 7 de janeiro do corrente ano? É porventura, em si, boa, e deve ser aceita e aplaudida por nós católicos?
- [b] Em segundo lugar, que havemos de pensar do decreto enquanto franqueia liberdade a todos os cultos?
- [c] Em terceiro lugar, enfim, que temos de fazer os católicos do Brasil em face da nova situação criada para a nossa Igreja? (Zugno, 2014, p. 198)²⁰.

Ou seja, não havia expectativa de se reverter o quadro, mas de lidar com ele. Até porque agora não havia mais o padroado que lhes prendiam:

Era uma proteção que nos abafava. Não eram só intrusões contínuas nos domínios da Igreja; era frieza sistemática, para não dizer desprezo, respondendo quase sempre a urgentíssimas reclamações

²⁰ PASTORAL Collectiva. O Episcopado Brasileiro ao Clero e aos fiéis da Egreja do Brazil. Rio de Janeiro, Typ. Montenegro, 1890. p. 6. A grafia foi atualizada por Zugno (2014) para facilitar a leitura.

dela; era a prática de deixar as dioceses por largos anos viúvas dos seus pastores, sem se atender ao clamor dos povos e à ruína das almas; era o apoio oficial dado a abusos que estabeleciam a abominação da desolação no lugar santo; era opressão férrea a pesar sobre os institutos religiosos – florescência necessária da vida cristã – vedando-se o noviciado, obstando-se a reforma e espiando-se com baixeza o momento em que expirasse o último frade para se pôr a mão viva sobre esse sagrado patrimônio chamado de mão morta (Zugno, 2014, p. 199)²¹.

Entretanto, isso não significava uma aceitação, a igreja declarava piamente ser isto um adultério por parte do Estado, como é visto na encíclica do Papa Leão XII, a *Immortale Dei* (1885):

Daí resulta ainda que o poder público só pode vir de Deus. Só Deus, com efeito, é o verdadeiro e soberano Senhor das coisas; todas, quaisquer que sejam, devem necessariamente ser-lhes sujeitas e obedecer-lhe; de tal sorte que todo aquele que tem o direito de mandar não recebe esse direito senão de Deus, Chefe supremo de todos. "Todo poder vem de Deus" (Rom 13,1) (Leão XIII, 1885, tópico 5º)²².

O clero brasileiro então tomou posição sobre o futuro da igreja. José Pereira de Sousa Júnior (2015) explica: "Sem dúvida, o final do século XIX se esboça para o episcopado como período de um despertar cristão a fim de defender, restaurar e fazer reflorescer a religião para que a pátria brasileira seja salva" (2015, p. 83). O condutor, o bispo primaz do Brasil, Dom Antônio Macedo Costa, focava em fortalecer a igreja em um país laico. Para isso, ele formou o clero, elaborou cartas pastorais e incentivou a criação de uma imprensa católica. Para o arcebispo, eram de extrema importância as visitas pastorais, o relacionamento mais próximo entre os clérigos e o povo, e para isso era "necessário ultrapassar os limites geográficos que separavam as dioceses das cidades e do povo" (2015, p. 82).

A igreja brasileira organizou projetos para "a manutenção da tradição e das suas doutrinas, com atividades contra os 'perigos' do processo de secularização do Estado e 'dos valores sociais', como o nascimento, a educação, o casamento e a morte" (Moura, 2015, p. 46). É marcado um congresso a nível nacional em Salvador – BA, e em 1900 ocorre o primeiro Congresso Católico Brasileiro. De acordo com Pierre Collier, leigo católico e influente empresário de Pernambuco entre final de 1800

²¹ PASTORAL..., 1890, p. 70.

²² XIII, P. L. Encíclicas. *IMMORTALE DEI*, 1885. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_01111885_immortale-dei.html>. Acesso em: 21 ago. 2023

e início de 1900, "os Congressos são o grande meio de levantamento da ideia cristã na atualidade, como tais preconizados e abençoados pelos soberanos pontífices Pio IX e Leão XIII e praticados no mundo católico com o maior êxito". O Congresso Brasileiro tinha por intuito estabelecer elaborações de Cartas Pastorais, fortalecer os valores morais, religiosos e familiares, criar uma imprensa católica, incentivar as visitas pastorais (a fim de ter contato com os fiéis dos sertões, área onde os protestantes focavam para evangelização) e receber congregações religiosas.

As congregações religiosas são uma ferramenta importante para a educação das crianças. Dr. Paula Leonardi (2009) explica que durante 1900-12 chegaram 34 congregações femininas e 11 masculinas, e exatamente neste período começam-se a surgir escolas das irmandades. Collier prossegue falando "O Congresso da Bahia estabeleceu que a Obra, por meio de seus delegados diocesanos, convocaria anualmente congressos na sede de cada diocese; que, de três em três anos, Congressos Gerais se reunirão em alguma de nossas grandes capitais". Cristina Romano (2007) explica:

Através desses congressos que podiam ser nacionais, regionais ou diocesanos, segundo Euclides March, a Igreja "pretendia criar uma forma de ação mais estável e constante, que garantisse um movimento e uma direção uniforme e eficaz", a partir de suas discussões temáticas que envolviam "conteúdos programáticos, questões teóricas e práticas, com problemas de ordem teológica, disciplinar, pastoral e outras"²³ (p. 54).

Como exemplo, vemos congressos ocorrendo em São Paulo (1901), em Minas Gerais e Rio de Janeiro (1902). Também é em 1902 que Pernambuco organiza seu congresso, o qual argumentaremos especificamente no capítulo seguinte.

2.4 Pernambuco, a nova Roma de bravos fiéis

Antes de iniciar a abordagem sobre a organização católica em reação à situação política-religiosa brasileira, é necessário compreender como estava o panorama religioso no estado. Os protestantes, antes mesmo da laicidade, pouco a pouco começam a se espalhar pelo país. Inicialmente instalados no Sul, veem no

²³ Cf. MARCH, Euclides. *A Igreja e a questão social – o discurso e a práxis do catolicismo no Brasil (1850- 1915)*. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989, p. 184-185, 1989.

Nordeste um campo frutífero. Pernambuco se destacava por causa da Ferrovia de Great Western, que ligava Recife (PE) a Campina Grande (PB), facilitando o transporte dos missionários e das Bíblias. A Igreja Evangélica Pernambucana, de vertente Congregacional, chega em 1873; A Igreja Presbiteriana do Recife em 1878 e a Primeira Igreja Batista do Recife em 1886. Todas sofreram atos explícitos de perseguições, que neste período tinham a lei para embasar tamanhas violências. Era comum o apedrejamento das casas de culto e insultos. O Jornal de Recife, no dia 05 de abril de 1869, narrou o seguinte episódio: “Houve um audaz o fanático padre jesuíta, que vociferou em um púlpito desta cidade contra o art. 5º da Constituição, lamentando que já não estivesse em ruínas o templo protestante da rua da Aurora”²⁴. Mesmo após a oficialização da laicidade atos de intolerância prosseguiram.

Novamente o jornal de Recife, agora em 27 de maio 1900, relata sequenciais atos de violências contra os protestantes:

Há pouco mais de um mês narramos as cenas de vandalismo de que foi teatro a cidade de Bonito quando fanáticos querendo penetrar no templo protestante para desacatar os evangelistas que se achavam entregues em orações, derramaram o terror entre os pacíficos habitantes daquela localidade, resultando o conflito por eles provocado três mortes e diversos ferimentos. Nestes dias chegou ao nosso conhecimento a perseguição que estava sendo movida contra os protestantes em Nazareth pelo vigário Deus-de-??t²⁵, facto de que nos ocupamos em artigo de fundo. Hoje temos de noticiar uma scena de vandalismo occorrida na Gloria de Goytá na noite de 24 do corrente. Estavam os protestantes daquela cidade reunidos em casa de Sr. Joaquim José da Costa, morador da propriedade Cachoeira do Sr. Hermenegildo Xavier de Britto Selva quando foram desacatados ´pr de 30 homens armados que dominados de uma ferocidade indescritivel espacaram até as mulheres e as crianças deixando-as gravemente feridas. Não ficou nisso a perversidade dos bandidos; de posse das mulheres tentaram contra o seu pudor, não conseguindo maculal-as devido a tenaz resistência que ella oppuzeram. Abandonando-as, mas victimas reduziram a cinza os moveis, e inutilizaram plantações, casas de farinha e alguns cubículos, evadindo-se em seguida. Hotem estiveram em nosso escriptorio tres victimas da perseguição religiosa, apresentando em diversas parte do

²⁴GUIMARÃES, Aprígio. Questão Jesuitica. *Jornal de Recife*. Recife, n. 76, 05/04/1869, ano XI, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/705110/4122>

²⁵ A edição disponível deste número do periódico *Jornal de Recife* encontra-se com falhas, impedindo a compreensão total dos textos.

corpo grandes contrusões, um deles com muitos ferimentos na cabeça e outro com o braço direito fracturado²⁶.

Os atos de violência eram mais comuns em todo o país, mas mais intensos nas cidades interioranas, e em Pernambuco não era diferente. Como foi o caso de Bom Jardim, cidade do Agreste pernambucano. A denominação batista havia fundado uma congregação nesta cidade na casa do irmão Primo Fonseca. De acordo com Crabtree (1962), que aborda a história dos batistas desde sua chegada no Brasil até o ano de 1906, a fundação da congregação teria desagradado ao fazendeiro Nicolau Antônio Duarte e ao chefe político local, o Dr. Mota Silveira. Eles teriam organizado, individualmente, um grupo de homens para “surrar os crentes na ocasião do culto na casa do Sr. Primo Fonseca.” (p. 158). Crabtree explica:

Nenhum dos dois sabia coisa alguma do plano do outro. O grupo que representava o fazendeiro, sob a direção de José Cabral, chegou primeiro em frente da casa onde se realizava o culto. Logo em seguida chegou o segundo que representava o Dr. Mota Silveira, dirigido pelo inspetor de polícia, Manoel Joaquim. Supondo o inspetor de polícia que os homens em frente da casa do Sr. Primo fossem um grupo de crentes, mandou fulminá-los a bala. O grupo de José Cabral, supondo que estava sendo atacado por crentes, respondeu com fogo. Travou-se o tiroteio entre os dois grupos de perseguidores enquanto os crentes lograram fugir pelos fundos da casa. Só no dia seguinte verificou-se o engano de que em vez de atacar os crentes, como pensavam, atiraram fogo uns contra os outros (p. 148).

Dentre as fontes disponíveis, seja periódico ou livros, não há provas de que a polícia prendeu algum desses agressores ou se houve alguma penalização. Pois apesar da lei testificar uma coisa, a prática era totalmente diferente. O catolicismo poderia não ser a religião legalmente oficial, mas se perpetuava como tal. Até mesmo publicações que se mostram contrárias a atos de *Selvageria*²⁷, retratam os protestantes como uma seita. Como na publicação do dia 18 de dezembro de 1902 do Jornal de Recife:

Hontem, as 7 horas da noite, na ocasião em que funcionava o culto evangélico, no templo protestante a rua Maequez do Herval, um numeroso grupo de garotos vaiava os sectários dessa seita, perturbando-os em sua oração. Não estando presenta a polícia, alguns populares tiveram a feliz ideia de dispersar o pernicioso grupo,

²⁶ PERSEGUIÇÃO RELIGIOSA, *Jornal de Recife*. Recife, n. 119, , 27/05/1900, ano XLIII, p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/705110/42083>

²⁷ Termos utilizado no período para abordar de atos de intolerância e balbúrdia.

evitando assim um desrespeito a uma religião que deve ser acatada como outra qualquer. Convém que a polícia providencie de modo a evitar a continuação de semelhante atentado à liberdade de crenças que aliás é assegurada pelas nossas instituições²⁸.

No início do século XIX, o sentimento em combate ao protestantismo prático cresce após o Congresso Católico brasileiro (1900), e os congressos estaduais. Imbuídos pelas ações propostas nesta reunião, e pelas publicações papais durante todo o século XIX. Na já citada constituição dogmática do Vaticano I *Pastor Aeternus*, fica claro como Pio IX compreendia que o protestantismo era a raiz dos males advindos daquele século:

Certamente ninguém ignora que as heresias, já condenadas pelos Padres do Concílio de Trento, foram divididas em várias seitas como consequência da rejeição do magistério divino da Igreja e com as verdades relativas à religião deixadas à mercê do julgamento de todos; e essas seitas, discordantes entre si e lutando entre si, fizeram com que muitos perdessem toda a fé em Cristo. Assim, as próprias Sagradas Escrituras, que antes eram proclamadas como a única fonte da verdade e o único código da doutrina cristã, acabaram deixando de ser consideradas livros divinos, a ponto de serem contadas entre os contos míticos²⁹.

á um cuidado especial nas dioceses, mas principalmente em Pernambuco, em instituir um órgão para o Combate ao Protestantismo: “Combateamos a religião protestante [...] nos ocupemos destes assuntos e dos mais, e teremos trabalhado para assegurar a paz dos nossos patrícios e o triunfo da nossa religião.” Era um convite para a guerra, tal qual os heróis das histórias de quadrinhos. Pela justiça e pela salvação do país.

²⁸ SEM AUTOR. Selvageria. *Jornal de Recife*. Recife, n 287, 18/12/1902, ano XLV, p. 1.

²⁹ PAPA PIO IX. *Pastor Aeternus*. Vaticano, 1870. Disponível em: <
https://www.vatican.va/archive/hist_councils/i-vatican-council/documents/vat-i_const_18700718_pastor-aeternus_it.html. Acesso em: 16 out. 2023 (Versão traduzida para o português).

3. A PROVA DE FOGO: A AÇÃO DA LIGA CONTRA O PROTESTANTISMO

3.1 A faísca

Catholicos pernambucanos! Uma negra, uma infame e temerosa insidia está se tramando contra vós [...] Unamo-nos, finalmente, em grupos, em legiões, em exército bem disciplinado: combatemos os bons combates do Senhor”³⁰.

O sociólogo Pierre Bourdieu, em seu livro *A economia das trocas simbólicas* (2007), dedica um capítulo inteiro para abordar o campo religioso. Em sua perspectiva, a religião é um meio de moralização de uma sociedade a partir de uma “referência autárquica ao saber religioso já acumulado e no esoterismo de uma produção quase acumulativa de início destinada aos produtores” (Bourdieu, 2007, p. 38). Ou seja, transpondo esta visão ao nosso objeto de pesquisa, podemos afirmar que o catolicismo se utilizava da engrenagem histórica construída desde a inserção lusa em solo americano para sua perpetuação, gerando assim um auto mecanismo de transmissão e assecuração da fé na sociedade. Por mais que destaquemos a preocupação e os métodos da Igreja em reagir às novas dificuldades do século XIX, e reparar suas deficiências internas, é notório como a própria população, mesmo leiga, e distante de uma consciência dogmática plena (graças ao baixo nível de educação e ao já citado “abrasileiramento” do catolicismo) era aliada ao movimento de manutenção do campo religioso. A lei da laicidade nada mudou a fé do povo, e os líderes eclesiásticos bem sabiam disso. Entretanto, a política e os meios legais da perpetuação, sim. Por isso, o uso do pânico das heresias, e a associação de um futuro sem a moral e bons costumes aguçavam, assustavam, mas principalmente incitavam a uma guerra, lutada não só com preces, mas com Ações³¹ dos braços do pai e da mãe da *verdadeira família brasileira*, em prol de um futuro justificado.

Neste ensejo, ocorre em 1902 o Congresso Católico Pernambucano, no Recife, dois anos após o congresso nacional. A demora de dois anos provavelmente se deu por problemas estruturais das igrejas, que estavam passando por reformas

³⁰ PEDÁVOLI, Celestino. Alma Religiosa. Diário de Pernambuco. Recife, n.220, 27/09/1902, ano LXXVIII, p.1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_08/3951

³¹ Utilizaremos Ações com o “A” maiúsculo se referindo ao nome das estratégias utilizadas pela igreja para se restaurar.

neste período, além da troca do bispo diocesano. O Bispo de Olinda, D. Manoel dos Santos Pereira, faleceu em 1900 e apenas no ano seguinte seria substituído por D. Luiz. A igreja sede escolhida foi a Igreja do Divino Espírito Santo, localizada no bairro de Santo Antônio, no Recife. Dom Luiz foi bem recebido e elogiado por seu empenho com a proposta do episcopado brasileiro: “felizmente o Senhor concedeu-nos, em boa hora, um Bispo que o sabe amar e honrar sua diocese, mostrando-se zeloso pela sustentação de seus foros de nobreza”³². O Bispo nomeia o Dr. Carlos Alberto de Menezes, que já havia sido nomeado vice-presidente da obra do Congresso Católico Brasileiro (1900), como delegado diocesano da Obra dos Congressos. Menezes era um leigo católico influente e dono da Fábrica de Tecidos de Camaragibe. Jaqueline Santos (2023) aborda em sua dissertação como jornais locais se referiam sobre a reputação deste doutor: “Segundo o jornal *A Província* “o dr. Carlos Alberto era um adepto ardoroso da religião católica e não se limitava a prestar-lhe o culto de sua fé, mas dedicava-se ardentemente a propagá-la entre os seus parentes, os seus amigos e seus subordinados”.³³(p. 14). Ela prossegue:

O esforço empreendido por Carlos Alberto de Menezes em promover o catolicismo de vertente Ultramontana em Pernambuco, levou-o a integrar a Liga Pernambucana contra a tuberculose, candidatar-se a deputado federal pelo partido católico brasileiro, organizar o primeiro congresso católico de Pernambuco, além de construir uma estátua de nossa senhora da Conceição em um morro da zona norte do Recife, na condição de projetista do monumento e promotor do culto que se formaria em seu entorno (2023, p. 15).

Ele também foi pioneiro na causa operária e trouxe diversas congregações religiosas para o estado de Pernambuco. Por isso, ele foi o escolhido para organizar tal evento e convocou o Monsenhor Augusto Franklin, vigário da Boa Vista, e o Dr. Pierre Collier, seu codiretor na Fábrica de Tecidos, para lhe auxiliar na comissão promotora. O congresso foi marcado para o dia 22 de junho de 1902. Nesse evento, foram estipulados onze estatutos, seguindo os parâmetros do congresso nacional:

Primeira secção - Obras de Ação Religiosa

- I. A Obra dos Congressos. Sua organização na Diocese. Sua acção permanente {Dr. Luiz Cavalcanti Lacerda de Almeida}
- II. O Apostolado da oração. Seu desenvolvimento e propagação {Monsenhor Marcolino Pacheco do Amaral}

³²COLLIER, Pierre. Congresso Cathólico. Diário de Pernambuco. Recife, n.108, 15/05/1902, ano LXXVIII, p.2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_08/3485

³³ Jornal A província, 3 de novembro de 1904.

- III. A Sociedade de S. Vicente de Paulo. Sua propagação {Joaquim da Silva Cabral}
- IV. Combate ao Protestantismo {Frei Celestino de Pedávoli}
- V. Culto Público. Romarias ou peregrinações. Festividades religiosas. Confrarias {Monsenhor José de Oliveira Lopes}

Segunda secção - Obras Sociais

- I. Questão social. A solução socialista e solução cristã {Padre Máximo}
- II. A organização operária cristã na grande indústria ou fábricas isoladas {Professor Custodio Pessoa}
- III. A organização operária cristã nas pequenas indústrias ou nas cidades {Dr. Pierre Collier}
- IV. A organização operária cristã na agricultura ou entre operários no campo {Dr. Luiz Correia de Britto}
- V. Federação operária Christa ou grande centro geral diocesano. Sua organização e fundação. {Dr. Carlos Alberto de Menezes}

Terceira secção - Educação, instrução e imprensa

- I. Instrução secundária cristã, seu estado atual. Necessidade e meio prático de estabelecê-la na Diocese {Dr. Manoel Netto Carneiro Campello}
- II. Obras de preservação da mocidade estudiosa. Círculos católicos. Congregações marianas {Monsenhor Alberto Pequeno}
- III. Complemento das instruções religiosas nas escolas primárias. Cathecismo paroquial, cathecismo voluntários. Obras geral de primeiras comunhões. Patrocínios ou oratório festivos {Salesiano Theophilo Theorz}
- IV. Auxílio às coações religiosas. Obulo Diocesano. {Padre Hermeto Pinheiro}
- V. Imprensa. Meio prático de fundação de um jornal catholico na Diocese {Cr. Albino Meira}³⁴.

Além desses, o Bispo Luiz estabeleceu treze estatutos para o funcionamento do Congresso. Eles definiram que o evento duraria o tempo necessário, ou seja, não havia um número de dias determinado; só poderiam participar os membros do congresso (os delegados das associações católicas, católicos conhecidos por sua fé, eclesiásticos seculares e regulares e pessoas convidadas pela comissão diretora). De acordo com as publicações dos relatórios nos periódicos circulantes do período, às onze e meia da manhã do dia marcado iniciou-se o Congresso. Esteve presente no primeiro dia o vice-governador do Estado, Antônio Pedro da Silva Marques, com representantes do 2º distrito militar do comando da brigada policial, os quais tocaram a música do 2º corpo de polícia. O Congresso encerrou no último dia do mês, 30 de junho, durando 8 dias.

³⁴ SEM AUTOR. Congresso Cathólico. A província. Recife, n.107, 13/05/1902, ano XXV, p.1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/128066_01/11859

Seguindo a organização proposta, a primeira seção tratava das obras bases para uma ação, aos moldes do Concílio Vaticano I, no campo religioso pernambucano. Englobando desde a organização geral do congresso, como o estabelecimento de um grupo de oração que ligava as questões papais:

O Apostolado da Oração é uma rede mundial de oração a serviço dos desafios da humanidade e da missão da Igreja, expressos nas intenções mensais de oração do Papa.³⁵

O Apostolado logo se espalhou por todo o mundo e chegou ao Brasil através de dois missionários jesuítas. O Pe. Bento Schembri, fundou em Recife o 1º centro do AO em 1867 e poucos anos depois em 1871, em Itu, o Pe. Bartolomeu Taddei fundou o centro do AO que espalhou ramos por todo o país. Por essa razão, o Pe. B. Taddei é considerado o fundador e o propagador no Brasil³⁶.

Cabe expor que assim como o apostolado já atuava no estado, outros órgãos, como a Sociedade de São Vicente de Paulo, também já eram consolidados e popularizados. Contudo, eles são pontuados nestas seções como forma de oficializar seus papéis nessa reestruturação. A grande novidade se dá na sessão Obras Sociais, influenciada pela encíclica *Rerum Novarum* (1891), do Papa Leão XIII. A carta foi uma resposta ao crescimento do capitalismo, ao socialismo e à situação dos trabalhadores decorrente da Revolução Industrial. O pontífice defende melhores salários e melhor qualidade de vida aos operários ao mesmo tempo que se posiciona contra a luta de classes, levantando um ponto central desse momento da igreja: a única solução moral, econômica e política só partia da Santa Sé.

Entre estes deveres, eis os que dizem respeito ao pobre e ao operário: deve fornecer integral e fielmente todo o trabalho a que se comprometeu por contrato livre e conforme à equidade; [...] quanto aos ricos e aos patrões, não devem tratar o operário como escravo, mas respeitar nele a dignidade do homem, realçada ainda pela do Cristão. [...] as, entre os deveres principais do patrão, é necessário colocar, em primeiro lugar, o de dar a cada um o salário que convém³⁷.

A Federação Operária Cristã assumiu essa representação da questão social. Seu líder e fundador foi Carlos Alberto de Menezes, que já era bem envolvido com a

³⁵ QUEM somos. *Apostolado da oração*. Disponível em: <https://aomej.org.br/quem-somos>. Acesso em: 19 out. 2023.

³⁶ HISTÓRIA. *Apostolado da oração*. Disponível em: <https://aomej.org.br/historia>. Acesso em: 19 out. 2023.

³⁷ PAPA LEÃO XIII. RERUM NOVARUM. Vaticano, 1891. Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html. Acesso em: 19 out. 2023

questão operária no Brasil. Antes mesmo da publicação da *Rerum*, ele já atuava com uma postura semelhante ao que a carta proporia.

De forma aguerrida e imbuído de muita fé (traço bem característico de sua vivência religiosa e dos preceitos inspirados na espiritualidade vicentina), ele “antecipou-se, cronologicamente”, às indicações postas pela encíclica *Rerum Novarum*. Dando suporte a essa conjectura, com cuidado, uma “antevisão” de Menezes com relação ao relevante documento papal. A Fábrica de Tecidos foi fundada em 23 de janeiro de 1891 e a encíclica *Rerum Novarum* foi promulgada em 15 de maio de 1891. (Sá, 2020, p. 38).

Tanto que sua participação no Congresso nacional se deu pelo seu discurso inovador a respeito desta questão. Deivison Amaral relata:

Em Salvador, em tom conservador, afirmou que a questão operária era decorrência da herança da escravidão e dos hábitos incivilizados dos brasileiros. Discursou contra o concubinato e a desvalorização da família. Menezes dizia que era preciso conscientizar os patrões da grande indústria sobre a necessidade de disciplinar e moralizar as classes populares pela religião. Para tanto, era preciso fazer a propaganda católica e arregimentar um exército “adestrado e munido do armamento superior da fé”. Menezes era, em certa medida, um personagem ambíguo. Apesar de assumir o discurso conservador, típico da militância católica, ele demonstrou capacidade de construir uma estrutura de ação social católica sólida, que embasou as organizações criadas em Camaragibe (Amaral, 2019, p. 11).

A Federação conseguiu influenciar para além do Recife, alcançando Alagoas, Ceará e Rio Grande do Norte. Menezes, e Collier, faziam uso da força política fornecida pela rede de associações que dirigiam e de sua missão de fé para se manterem articulados, tanto com os clérigos locais e outros movimentos religiosos, quanto com políticos com os quais negociavam meios de conquistar melhorias nas condições de vida e trabalho dos trabalhadores e, ainda, conseguir avanços na legislação social, naqueles tempos praticamente inexistente. Eles praticavam um tipo de gerenciamento do trabalho, inspirado nos ensinamentos sociais da Igreja, e criaram corporações, sindicatos, sociedades mútuas e cooperativas, além de escolas religiosas, nas vilas operárias do conglomerado industrial que participavam, a Companhia Industrial Pernambucana. O modelo de gerenciamento da fábrica e de relação com os trabalhadores escolhido por Menezes originou-se de transferências e interações transnacionais, especialmente com a França. (Amaral, 2019, p. 2).

Nos primeiros anos do século XX, a federação contava com cerca de 6 mil operários em diversos estados do Nordeste. Dentro da Federação estavam: Corporação Operária de Camaragibe, a União Beneficente dos Empregados da Companhia Ferro Carril, a Associação dos Filhos de São José da Fábrica de Tecidos Paulista, além de trabalhadores da Fábrica de São José do Gravatá (PE) e da Usina de Goiana (PE). A Federação possuía um Grupo de Estudos Sociais fundando em 1903 “do qual Menezes participava ativamente como palestrante e propondo temáticas do Estudo” (Amaral, 2019, p. 12). Amaral afirma que havia um manual definidor de jornada de trabalho, descanso, salários, trabalho infantil e feminino entre outras temáticas.

Ainda nos estatutos, agora na sessão três, é relatado sobre o óbolo diocesano. De acordo com o *site* oficial do Vaticano, o seu intuito é “ajuda económica que os fiéis oferecem ao Santo Padre, como sinal de adesão à solicitude do Sucessor de Pedro relativamente às múltiplas carências da Igreja universal e às obras de caridade em favor dos mais necessitados”³⁸. Esta preocupação servia como mais um elemento de aproximação da diocese com Roma. Para uma solidificação da igreja no Brasil laico era necessário movimentar seu auto mecanismo de perpetuação: o povo. E para isso que as Ações serviam. José Sousa (2015) explica:

Tais ideais ditos romanizadores só encontrariam sua efetivação no desenvolvimento de uma postura onde o clero assumisse com maior clareza o papel de educador da população, formando uma educação sistemática que promovesse a recristianização do povo brasileiro e a recuperação do poder e da influência religiosa na vida pública (p. 42).

Podemos notar isto nas falas do Dom Jeronymo (1849-1924), arcebispo da Bahia, no Congresso Católico brasileiro de 1900. Carlos Melo (2006) expõe fragmentos do discurso: “sendo novas as taticas dos adversarios na lucta contra a Egreja, novas tambem devem ser nossas manobras, novas as armas e precisamente aquellas de que usam os nossos inimigos”. “É preciso, Senhores, attender para os tempos que vivemos. A época actual é de congressos”, dizia D. Jeronymo Thomé da Silva no discurso de abertura do evento. Ha congressos juridicos, congressos médicos, congressos scientificos, congressos agricolas, congressos pedagogicos,

³⁸OBOLO de São Pedro. Vaticano. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/obolo_spietro/documents/index_po.htm.

congressos hygienicos, congressos operarios e até congressos da paz, embora esta sómente possa vir de Deus; porque, partindo dos homens, degenera em guerra. “Mudados estão os tempos”, continua D. Jeronymo, “já que os governos não cuidam dos interesses da Religião; é necessario que os catholicos intervenham com sua acção individual e agrupem suas forças para reivindicar os sacrosanctos direitos da Egreja”³⁹ (p. 77).

Logo, essas táticas visavam tornar os fiéis católicos agentes diretos na reestruturação, e por isso a educação era outro ponto importantíssimo. Pois esta era responsável em criar uma base teológica e moral na nova geração, que crescia em um país livre para qualquer religião, pelo menos era o que a lei afirmava.:

Sobre a laicização do ensino, os bispos apresentavam-se contristados, temerosos e pessimistas com o destino que, segundo eles, deveria se abater sobre o país, quando este não se guiasse mais pelos princípios do Evangelho. Começando pelas escolas a se implantar o que chamavam de “ateísmo social”, as gerações futuras estariam entregues a todos os tipos de “vícios” que empurrariam ao abismo a sociedade brasileira (Neves, 2014, p. 124).

A presença de escolas confessionais protestantes, como o Seminário do Norte Garanhuns (1899), preocupava o clero:

Esse foi o principal motivo que levou o clero brasileiro a ampliar sua rede de escolas e de colégios com perfil bem distintos dos outros, enfatizando o currículo de cunho mais literário, clássico e propedêutico (Azzi, 1992)⁴⁰ - estilo bem aceito e procurado pela parte mais tradicional da sociedade brasileira, bem como pela burguesia nascente, classe bem atendida nos colégios evidenciados e, como se afirmou, nos colégios da Congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabrinianas (Oliveira, 2012, p.155-152).

A solução seria na fundação de escolas católicas como bem mostra um trecho do periódico *Estandarte do Sul* republicado no *Jornal do Brasil* (RJ) em 30 de agosto de 1901: “Nesta capital contam-se por cenares as crianças catholicas que frequentam escolas de propaganda protestante. Nossa única salvação está na fundação de numerosas e boas escolas catholicas parochiaes e outras”⁴¹. Para saciar o campo,

³⁹ CONGRESSO CATHOLICO BRASILEIRO, 1, 1900, Salvador. Actas e documentos. São Paulo: Pauperio & Comp., 1900

⁴⁰ AZZI, Riolando. A crise da cristandade e o projeto liberal. História do Pensamento Católico. v. 2. São Paulo, Paulinas, 1991.

⁴¹ SEM AUTOR. O protestantismo. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, n.242, 30/08/1901, ano XI, p.3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_02/10027

chegam diversas congregações religiosas europeias em solo brasileiro, com finalidade de fundar colégios. Laércio Moura (2000) constrói um quadro com as principais congregações religiosas chegadas entre 1890-1920:

Chegada de congregações religiosas entre o século XIX e início do século XX

Ano	Congregação	Escolas
1890/1918	Jesuítas	09
1903/1920	Benedictinos	17
1890/1919	Salesianos	38
1892/1920	Franciscanos	05
1908/1923	Carmelitas	06
1890/1918	Maristas Peq. Irmãos Maria	49
1820/1915	Lazaristas	04

Fonte: Moura (2000)⁴²

De acordo com João Dornas Filho⁴³, escritor e político do período, em seu livro *O padroado e a igreja brasileira* (1938), houve uma tentativa na divulgação do decreto 119-a (1890) de pôr um 8º artigo que “excluída do paiz a Companhia de Jesus e prohibida a fundação de novos conventos ou ordens monasticas.” (p. 284). Fábio Leite explica que havia um choque entre o congresso constituinte⁴⁴, o qual formaria a Constituição de 1891, e o governo provisório. Foi o congresso o responsável em rejeitar “os dispositivos relativos à inelegibilidade dos padres, ao restabelecimento das

⁴² MOURA, Pe. Laércio Dias de. A educação católica no Brasil. São Paulo: Loyola, 2000.

⁴³ “João Dornas Filho nasceu em Itaúna - Minas Gerais, em 07 de agosto de 1902. Filho de João Dornas dos Santos e de Maria Eugênia Viana Dornas, casou-se com Maria Efigênia Dornas e não teve filhos, faleceu em 1962. Em Belo Horizonte cursou o ginásio mineiro. Foi político, historiador, folclorista e escritor, colaborou em diversos jornais e revistas em Minas Gerais, Rio De Janeiro e São Paulo. Foi membro do instituto histórico e geográfico de Minas Gerais e da academia mineira de letras. Como escritor foi autor de 28 obras, fez parte do movimento de reforma das artes e letras mineiras, através do periódico denominado “Leite Criolo”, de significativa circulação em Minas Gerais. Dornas participou deste movimento em conjunto com Aquiles Viváqua e Guilhermino César. João Dornas Filho também se dedicou aos estudos sobre negros, índios e ciganos.” Fonte: arquivo público mineiro

⁴⁴ “Em 3 de dezembro de 1889 o Governo Provisório nomeou uma Comissão especial para elaborar o projeto de Constituição que seria apresentado ao Congresso Constituinte da República. Compunham-na Joaquim Saldanha Marinho, signatário do Manifesto Republicano de 1870, que foi escolhido presidente da Comissão; os republicanos históricos Américo Brasiliense, Francisco Rangel Pestana e os juristas Antônio Luís dos Santos Werneck e José Antônio Pedreira de Magalhães Castro. Iniciados os trabalhos, três foram os anteprojetos que seus membros elaboraram, os quais foram reduzidos a um só, inspirado nas constituições dos Estados Unidos e da Argentina. Foi entregue, em 30 de maio de 1890, ao Governo que, de 10 a 18 de junho realizou minuciosa revisão, efetuada, em especial, por Rui Barbosa, melhorando sua redação e modificando sua estrutura. Em 22 de junho de 1890 era aprovado o projeto dito “do Governo Provisório”. O Congresso Constituinte foi convocado por decreto de 21 de dezembro de 1889, para reunir-se no dia 15 de novembro de 1890. No dia 15 de setembro realizaram-se as eleições em todos os estados brasileiros.”. Fonte: Site da Prefeitura de Marechal Deodoro.

leis de mão-morta, à expulsão dos jesuítas, à proibição de conventos” (p. 39), mostrando assim a força do ideário católico na política nacional.

Paula Leonardi (2012) expõe que tamanha permissividade de entrada de congregações estrangeiras na constituição 1891 foi causada pela falta de estrutura do atual governo republicano em organizar a educação:

Como não havia quadros de professores suficientes, as ordens e congregações supriam essa ausência atendendo a diferentes grupos sociais e não somente a elite. Daí a liberação, se não explícita, ao menos condescendente, da ação de congregações estrangeiras no território brasileiro. (Leonardi, 2012, p. 182)

Outro fator importante era o número reduzido de religiosos, o que causava grande carência, graças às proibições durante o governo imperial da entrada de noviços nas congregações presentes no país, e os empecilhos na entrada de novas. Questões externas também corroboraram:

Grande parte desses religiosos que vieram para o Brasil eram provenientes de países onde houvera, ou ainda estava havendo, perseguição religiosa. Por exemplo, os franciscanos que restauraram, em 1892, a ordem no Nordeste era proveniente da Saxônia, onde todas as ordens e congregações religiosas tinham sido supressas (menos as que se dedicavam à enfermagem) em 1875; e os jesuítas, chegados em Salvador em 1910 e em Recife em 1917, vinham fugidos, literalmente, da revolução republicana portuguesa (Ribeiro, 2009, p. 124-125).

As escolas originadas com o estabelecimento dessas congregações foram divididas em dois grupos: escolas voltadas aos pobres e escolas para os ricos. Emanuela Ribeiro explica: “As escolas destinadas a atender os pobres faziam questão de demonstrar o seu compromisso com a educação popular e o desenvolvimento nacional. Enquanto as escolas católicas destinadas às elites faziam questão de apontar sua afinidade com a ciência” (2009, p. 126). Além disso, as ordens masculinas, como os Salesianos, auxiliavam para além do âmbito educacional, preenchendo o reduzido número de clérigos, realizando “missas, confissões, batismos, casamentos, pregação em festas, entre outros” (p. 127). Já as femininas foram fundamentais na idealização da construção de uma mulher piedosa, conservadora e futura mãe que perpetuaria os ensinamentos para os filhos:

Neste cenário de mudanças, a educação católica funcionou como poderoso aliado e dosador desta modernidade para a formação de mulheres de diferentes grupos sociais: elite dirigente, operários e imigrantes. A maior parte destas congregações tinha como objetivo primeiro o trabalho com a educação, um dos caminhos de reestruturação da Igreja brasileira.

Outro ponto inovador do congresso é a preocupação com uma imprensa católica. Como já foi apontado, o Papa Leão XIII era a favor de uma boa imprensa, que provinha de ideais da Igreja. Na Encíclica *Immortale Dei* (1885), vemos a noção da igreja sobre liberdade.:

Assim, pois, dizer que a Igreja vê com maus olhos as formas mais modernas dos sistemas políticos e repele em bloco todas as descobertas do gênio contemporâneo, é uma calúnia vã e sem fundamento. Sem dúvida, ela repudia as opiniões malsãs, reprovando a inclinação perniciosa para a revolta, e mui particularmente essas predisposições dos espíritos em que já reponta a vontade de se afastar de Deus; mas, como tudo o que é verdadeiro não pode proceder senão de Deus, em tudo o que as investigações do espírito humano descobrem de verdade, a Igreja reconhece como que um vestígio da inteligência divina; e como não há nenhuma verdade natural que infirme a fé nas verdades divinamente reveladas, como há muitas que a confirmam, e como todo descobrimento da verdade pode levar a conhecer e a louvar ao próprio Deus, a Igreja acolherá sempre de bom grado e com alegria tudo o que contribuir para alargar a esfera das ciências; e, assim como sempre o fez para com as outras ciências, favorecerá e incentivará aquelas que tem por objeto o estudo da natureza⁴⁵.

Antônio Martins (1989) fala que o “Papa pretende afirmar, precisamente, que há uma liberdade moderada de pensar e de sentir. Não se nega a liberdade de opinião, mas o seu abuso” (p. 69). Era papel da igreja publicar coisas que levariam o leitor a um conteúdo guiado pela verdade de Deus, uma boa imprensa. Jérri Marin (2018), utilizando das pesquisas de Oscar Lutosa (1983), narra as duras condições em que surge a imprensa católica no Brasil. A sua primeira fase (1830-60), ainda no período do padroado, limitava não só sua qualidade material, mas o seu conteúdo: “Cada jornal, pequeno e limitado, quinzenário ou semanário, como eram as gazetas desse período, não somente tinham um raio de ação muito reduzido, como ainda durava pouco. Eram ‘folhas sazonais’, como afirmava um articulista da época” (Marin, p. 200,

⁴⁵ XIII, P. L. Encíclicas. IMMORTALE DEI, 1885. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_01111885_immortale-dei.html>. Acesso em: 21 ago. 2023

APUD, Lustosa, 1983, p. 13⁴⁶). Seu conteúdo tratava apenas de “questões do culto, da piedade, da doutrina, nada mais pretendiam do que estender aos fiéis os ensinamentos eclesiásticos do púlpito” (Marin, p. 200, APUD, Lustosa, 1983, p. 14). Entre 1870-1900 Lustosa (1983) classifica como fase de consolidação, pois vários periódicos confessionais surgem e sua periodização e os assuntos se ampliam. Vão ser os jornais os grandes porta-vozes das Ações da reforma católica. Principalmente em combate as demais religiões, que agora tinham espaço para crescer:

Um dos objetivos que esse clero romanizado almejava em seu projeto era reforma do sagrado, que visava controlar as religiosidades populares e de certa forma, dificultar a proliferação de religiões como o protestantismo e o culto maçônico. A preocupação dos bispos reformadores dizia respeito à definição da ortodoxia católica no campo doutrinário e a reforma dos costumes morais da Igreja, atingindo não somente os clérigos como também aos fiéis católicos (Sousa, 2015, p. 42).

A participação dos fiéis católicos, principalmente os ligados à política e economia local, é fundamental para perpetuar o *habitus* religioso e se manter com mais estabilidade no campo. Destacando o, já citado, Carlos Alberto de Menezes, assim como Albino Meira, Pierre Collier e Manoel Netto Carneiro Campello, nomeado de doutores nos periódicos do período. Mas outro grupo deve ser ressaltado: as mulheres.

3.1.1 As leigas

Ioneide Souza (2010) explica: “A ênfase nas mulheres leigas ocorria em função do catolicismo romanizado necessitar de pessoas que se empenhassem em levar a Igreja católica ao encontro do mundo, pessoas que em seu ser cristão, conservassem as determinações de sua inserção no mundo” (Souza, 2010, p.2). De acordo com Ana Paula Martins (2016) esta aproximação era intercalada de submissão, obediência e colaboração. A colaboração se detinha em:

Apoiar os padres no seu esforço apostólico reformador e restaurador, bem como no trabalho paroquial, organizando as atividades coletivas como procissões, limpando e arrumando as igrejas, arrecadando recursos para as atividades caritativas das paróquias, mas também

⁴⁶ LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. Os bispos do Brasil e a imprensa. São Paulo : Edições Loyola/CEPEHIB, 1983.

participando das atividades devocionais em suas associações religiosas, contribuindo desta forma para a expansão da fé católica e o trabalho de propaganda da doutrina e da moral católicas entre os paroquianos, especialmente os mais recalcitrantes. (p. 189).

Martins, citando à Ralph Gibson (1993)⁴⁷, entendia essa realidade por ser a igreja um *locus* de protagonismo, visibilidade, prestígio social e reconhecimento, “algo que somente por meio das relações sociais e familiares não seria alcançado, tendo em vista a supremacia masculina no terreno social e político. A religião seria, portanto, uma nova esfera de atuação para as mulheres de elite, mesmo que subordinadas ao clero” (Martins, 2016, p. 189). Vemos presença delas nas: Obras do Tabernáculo, Apostolado da oração, Movimentação para arrecadar fundos para as congregações religiosas e seus colégios, Confraria das Mães Cristãs, Acionista da Sociedade corporativa em Camaragibe, Associação da Pia União das Filhas de Maria, Juízas por devoção, Liga Contra o Protestantismo, Pia Associação da Divina Pastora entre outros.

A ação feminina era vista principalmente na realização de eventos de arrecadação para o sustento das associações. Como os eventos anunciados no dia 21 de novembro de 1903 no *Diário de Pernambuco* feito por uma “comissão de gentis senhoras”⁴⁸ do concerto vocal e instrumental em favor do Colégio Salesiano que ocorreria no 27 de novembro às 20h no prédio do colégio. Ou então lista de doações para construção ou reforma dos templos como da Capela da Madalena, Capela de Nossa Senhora da Piedade, Capela de Nossa Senhora da Conceição da Iputinga entre outras. Eram nomeadas como benfeitoras e mulheres caridosas, tal movimento é interessante e refletia algo maior: A virtude feminina. De acordo com Ana Paula Martins (2013) as mulheres Europeias no século XVIII utilizaram a bondade com uma forma de “empoderamento” pois “não colocava em risco sua respeitabilidade nem ameaçava a existência das fronteiras entre os sexos” (Martins, 2013, p.18). A bondade então seria a porta de entrada para a participação ativa de mulheres nobres na sociedade, não somente nas Ações religiosas, mas em questões gerais. Isso

⁴⁷ GIBSON, Ralph. Le catholicisme et les femmes en France au XIXe siècle. *Revue d'Histoire de l'Eglise de France*, Tome 79, N. 202, p. 63-93, 1993. Disponível em : http://www.persee.fr/doc/rhef_03009505_1993_num_79_202_1095

⁴⁸ ARTES e diversões. *Diário de Pernambuco*. Recife, n.264, 21/11/1903, ano LXXIX, p.2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_08/12179

podemos notar isso na participação como acionistas da Sociedade corporativa em Camaragibe e como membros da comissão da Liga Contra a Tuberculose.

Alguns nomes recorrentes nas Ações religiosas e questões sociais são o de Joana Mendes Gonçalves (Esposa do Médico Malaquias Gonçalves), Julia Moscoso Bandeira. (Esposa do Dr. Benjamim Bandeira), Maria Lacerda de Menezes (Esposa do Dr. Carlos Alberto de Menezes, responsável pela Ação Católica da “Federação Operária Christã”), Helena Lacerda Machado (Esposa do influente comerciante Antônio Muniz Machado, e cunhado do Dr. Carlos Alberto de Menezes), Anna Dolores Carneiro Campello (Esposa do Dr. Manoel Netto Campello, responsável pela Ação Católica de “Instrução secundária christã”), Maria Alice Meira (Esposa do Dr. Albino Meira, responsável pela Ação Católica de “Educação, Instrução e Imprensa”), Anna Carlota Barros Barreto (Filha do Dr. Manoel de Barros Barreto) entre tantas outras mulheres.

Percebe-se então que este momento de restauração abriu portas para uma atuação mais presente do leigo. Se antes este grupo era visto como uma das fontes de deturpação dos dogmas, agora torna-se um propulsor da fé, dando abertura até para a participação feminina. Todavia, é importante salientar, mais uma vez, que esta participação se limitava a mulheres ricas e casadas com os líderes das Ações. Criando assim um ideal da família católica verdadeira, aquela que é envolvida na causa, um molde para os demais núcleos familiares.

3.2 A lenha

Um ponto que teve uma perpetuação mais notável do Congresso pernambucano foi o Combate ao Protestantismo. Como pontuado no capítulo anterior, a própria população fomentava atos de intolerância e perseguição contra os protestantes, mas não havia um órgão específico, até a criação desta ação. Mesmo já tendo relatado que o catolicismo era muito mais influente e estabelecido no campo religioso, e que a laicidade em si não mudou muito o quantitativo de fiéis nem o poder da igreja, é válido ressaltar que o protestantismo em Pernambuco vinha crescendo. Micheline Vasconcelos aborda, sobre a Primeira Igreja Batista do Recife, quando sob a liderança do missionário William Entzminger, foi reorganizada “chegando, em 1901,

a ser composta por 200 membros” (2005, p. 40), e mais adiante em 1906, de acordo com o Dr. Vicente Férrer (1906), teria 300 membros. Os presbiterianos possuíam 214 membros em 1895, e em 1904 já instalavam seu segundo colégio no Estado, o Colégio Americano de Pernambuco, hoje nomeado de Colégio Evangélico Agnes Erskine. Os congregacionais, nesse período, também se encontravam bem estabelecidos. Entendemos, então, que apesar dos protestantes não terem o mesmo domínio do campo, nem muito menos o capital da fé, se tornam ameaça, pois tinham livre espaço para crescer. As leis não impediam mais os seus cultos, a construção de seus templos nem muito menos a “aquisição” de muitos fiéis.

Contudo a preocupação específica do catolicismo brasileiro em combater o protestantismo não surge apenas pós art. 119^a de 1890. João Marcos Leitão Santos explica:

Desde que o protestantismo se apresentou para a missão no Brasil e para o proselitismo com vista à conversão de nacionais, para além do atendimento setorial das comunidades estrangeiras que professavam aquele credo, o catolicismo reagiu de formas e intensidades diversas, todas com o mesmo fim: barrar a presença protestante no Brasil. A quase totalidade das Cartas Pastorais e documentos instrutivos–normativos que emanaram da Autoridade Eclesiástica incluíam restrições e condenações ao protestantismo, além daquelas especificamente produzidas contra o protestantismo (2012, p. 47).

A estratégia seria criar um projeto a nível nacional em combate ao protestantismo, uma liga antiprotestante em 1888. Leitão Santos cita o documento da Liga sobre sua organização:

[...]formar uma propaganda em todo o Império contra o protestantismo, 2) Ninguém pode negar a necessidade de uma cruzada, 3) anualmente se fizesse publicar as PALESTRAS FAMILIARES de monsenhor de Segúr (ou outra obra menos volumosa) e de que cada Diocese do Império tomasse mil exemplares, ao menos; 4) Este projeto acolhido será o princípio de uma liga geral que se deseja formar contra o inimigo de Deus e da sociedade; 5) O seu fim é espalhar livros e opúsculos contra o protestantismo (Liga, 1888, p. 3)⁴⁹.

Porém, o projeto não obteve resultados eficazes, “O projeto da Liga Anti-Protestante foi efêmero e os seus resultados podem ser considerados pífios” (Santos, 2012, p. 60). Isso não significava que o plano para um combate ao protestantismo não

⁴⁹ SANTOS, 2011, p. 48-49

persistisse. Até porque a proposta prossegue no Congresso Católico Nacional em 1900, e ficaria sob a responsabilidade dos congressos estaduais em tratar disto a nível local. Todavia, apenas Pernambuco segue a proposta de fundar um órgão específico chamado de Liga contra o Protestantismo, em 27 de setembro de 1902, dois meses após o congresso. O *locus* da Liga seria na Igreja de Nossa Senhora da Penha, no bairro de São José, pois era a igreja onde os capuchinhos se estabeleceram e dois deles, Frei Caetano de Messina e Frei Celestino de Pedávoli, a liderariam. Contudo, até na lista do congresso pernambucano, só consta o nome de Frei Celestino. O nome de Frei Caetano entra apenas por questões burocráticas, pois ele era o prefeito da Penha, e por isso se torna presidente da Liga. Mas não vemos sua presença nas fontes disponíveis. Celestino é quem assume a liderança prática, porém seu cargo é de vice-presidente, pois dentro da hierarquia clerical ele não poderia assumir o cargo de presidência.

3.2.1 Frei Celestino, o combatente

A figura de Celestino é fundamental na construção desse combate. Ele nasce em três de maio de 1841, na região da Calábria, na Itália, filho de José Elias Faroni e Elisabetha Seutellá, e ganha o nome de batismo Paschoal. Aos 10 anos tomou batina e aos 15 se tornou noviço e recebeu o hábito de capuchinho, recebendo o nome de Celestino de Pedávoli. Em 1863 foi para Bolonha, também na Itália, para se aprofundar nos estudos de humanidades, filosofia e teologia. Em 12 de março foi ordenado e em 16 de julho de 1871 foi enviado ao Rio de Janeiro. Em 1872 foi enviado para o Maranhão. Lá ele foi vice-prefeito dos missionários capuchinhos no Hospício de São Thiago, indo “pelos sertões, se empenhou com dedicação na catechese de selvícolas durante 4 anos”⁵⁰. Maria Goretti Carvalho (2017) explica: “Em 1872, o Prefeito Apostólico responsável pelos capuchinhos no Norte e Nordeste do Brasil, Fr, Celestino de Pedávoli (†1910), a fim de suprir a falta de frades em Pernambuco, retirou os frades do Maranhão, cujo convento se extinguiu em 1876” (Carvalho, 2017, p. 103-104). Em 25 de fevereiro 1876 chegou no Recife no “vapor nacional Espírito

⁵⁰ SEM AUTOR. Agosto. Almach de Pernambuco. Recife, 1915, nº 18, Ano XVIII, p. 43. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/228443/6935>

Santo”⁵¹ e ocupou o espaço de liderança na Igreja de Nossa Senhora da Penha⁵². Celestino se torna conhecido por sua oratória, eloquência e ênfase na pregação do evangelho. Ao chegar em Recife foi apoiador do então prefeito da Igreja da Penha o Frei Venâncio Maria Ferrará. Pregava nas festividades e procissões. Sobre ele foi publicado:

Frei Celestino affastando-se da rotina seguida por diversos pregadores que temos ouvido, não é o decorador de discursos em livros apontados, o que denuncia a facilidade da memória para photographar o que outros pensaram em revelar a pobreza de recursos intellectuaes, mas, o verdadeiro typo do orador sagrado, na medida e justesa dos pensamentos que expõe; é, permitta se-nos a phrase: o fiel iitado; do grande apostolo S. Paulo nos actos e nas expressões!⁵³.

Ele foi autor de alguns dos livros. O livro *Perguntas Respeitosas dirigida ao Sr. Ministro da Igreja Evangélica nesta província por um neófito da mesma igreja de 1880*, contendo 112 folhas, abordava sobre um neófito protestante que cheio de dúvidas sobre sua salvação teria feito uma série de perguntas ao seu pastor. Não obtendo as respostas necessárias para saciar as dúvidas, converteu-se (ou regressou) ao catolicismo. Esse neófito afirmava ter sido pago para se converter ao protestantismo no valor de quatro contos de réis⁵⁴. Esse texto, originalmente de autor anônimo, torna-se livro e chega ter mais de uma edição. É publicado em vários pontos do Brasil e até fora dele, como em Portugal e na França. Ministros como o presbiteriano John Rockwell Smith e o congregacional Robert Kalley responderam a tal folheto. Apenas em 8 de outubro de 1902, no jornal *A Província*, através de uma carta intitulada “Frei Celestino a um crente evangélico”⁵⁵, o Frei assume a autoria do livro. Também redigiu o livro *Oração Fúnebre* em 1882, e *Combate ao Protestantismo*, esse último falaremos mais adiante.

Em 1895 nas santas Missões em Garanhuns, o Frei entrou no embate com o missionário presbiteriano George Butler. A publicação de George Butler no Jornal de

⁵¹ SEM AUTOR. Passageiros. Jornal de Recife. Recife, nº 45, 25/02/1876, nº 45, Ano XIX, p. 4

⁵² As informações bibliográficas são um compilado das informações de pesquisas nos periódicos recifenses entre 1876-1910

⁵³ SEM AUTOR. Igreja da Penha. Diário de Pernambuco. Recife, nº 127, 02/04/1882, ano LVIII, p.3

⁵⁴ Aproximadamente R\$ 100,00 de acordo com a conversão online. Disponível em: <https://www.diniznumismatica.com/p/conversao-de-reis-para-o-real.html>

⁵⁵ CELESTINO, Frei. Frei Celestino a um crente evangélico, Jornal A Província, p. 1, 08/10/1902, edição 229 do ano XXV. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/128066_01/12507

Recife de 14 de novembro de 1895 trazia citações de outras publicações do *Diário de Pernambuco* e *A Província* sobre o acontecimento de 29 de outubro.:

Frei Celestino empunhará o gladio da verdade e com argumentos robustos, sólidos e convincentes... atacou o protestantismo em suas bases, derruiu esse edifício novo... demonstrando claramente que a verdadeira regra de fé não é e não póde ser a Bíblia e tão somente a Bíblia, e concluiu que foi mais um triunfo da igreja romana, e não sei mais que!⁵⁶.

Butler afirmou que o Frei tropeçava nas palavras. Muitas pessoas estavam presentes durante o discurso. Rodrigo Véras aponta: “Há versões que falam de cinco e até de dez mil pessoas na praça da Igreja Matriz de Garanhuns para assistir ao debate.” (Véras, 2018, p.181). Entretanto, o *Diário de Pernambuco* publica:

por mais que esse ministro, em artigo, na imprensa tenha procurado deturpar a verdade, empanar o brilho da conferência, não conseguirá outra cousa se não chamar a si o opprobrio, o estygma de quem assistio a contenda religiosa porque o Sr. Butler para acobertar a fraqueza dos seus argumentos socorreu-se às inverdades, arama indigua de um cavaleiro nobre⁵⁷.

Isso mostra que Celestino tinha boa parte da imprensa lhe apoiando. Não somente pela sua influência, mas pela fé que defendia. Obviamente que os veículos de mídia e política defendiam o catolicismo. E o apoio da imprensa pesava ainda mais neste momento. A Historiadora Tânia Regina de Luca (2005) afirma que os periódicos ganham uma nova visibilidade e roupagem em meados do século XIX. Mesmo com o grande índice de analfabetismo do período, os jornais eram consumidos pela população em geral. Possuíam colunas variadas sobre moda, saúde, emprego, comédia e temas que atraíam a população. Bastava ter um leitor entre o grupo e as informações do periódico chegavam a um bom número de pessoas. Como já citado, os jornais tornaram-se armas aliadas da igreja católica para alcançar o grande público, e a Liga se utilizava disso.

⁵⁶ GEORGE BUTLER. Santa Missão em Garanhuns. *Jornal de Recife*. Recife, nº 261, 14/11/1895, Ano XXXVIII, p. 3

⁵⁷ SEM AUTOR. Santa Missão em Garanhuns. *Diário de Pernambuco*. Recife, nº 289, 17/12/1895, Ano LXX, p. 3

3.3 A liga

Ao findar o Congresso, o processo da criação da Liga é relatado nos jornais. A organização da Liga pode ser analisada em dois setores. O primeiro é o setor do localizador localizado na Igreja de Nossa Senhora da Penha, no bairro de São José, Recife/PE. Lá ocorriam reuniões entre os membros. Esse grupo era composto pela elite recifense, pois era necessário deixar assegurado um valor de uma “joia”⁵⁸ equivalente a cinco mil réis e pagar uma anualidade de dois mil réis. Entre os nomes da membresia constava o Dr. Trajano Alípio Temporal de Mendonça, como secretário, e o Dr. Joaquim Alcebíades Tavares de Holanda, como tesoureiro. Além de nomes como Carlos Alberto de Menezes.

O segundo setor de atuação era através de publicações semanais. Essas publicações tinham por intuito expor a ideologia deste órgão. Neste período, havia quatro principais periódicos em circulação no Recife: *Diário de Pernambuco*, *Jornal de Recife*, *Jornal Pequeno* e *A Província: órgão do partido liberal*. A liga focou suas publicações neste último citado. Outros jornais, como o *Diário*, republicavam o que já havia sido divulgado em primeira mão em *A Província*. Como indicado por Tânia Regina de Luca, não podemos ver essa exclusividade como algo natural. Entre as conselheiras da Liga se encontra o nome de Ana Angélica de Albuquerque de Mello, e entre os membros os irmãos Deniz e José Maria de Albuquerque de Mello, todos esses três são integrantes da família proprietária desse periódico, o que explica não somente a exclusividade, mas também o destaque. As publicações vinham na primeira página e em uma coluna específica nomeada “*Columna Religiosa*”, a qual não existia antes da primeira publicação da Liga em 28 de setembro de 1902, um dia depois da sua fundação oficial, escancarando a promoção desta Ação católica. Publicar na primeira capa com letras chamativas e com uma boa periodicidade permitia uma melhor visibilidade para os leitores, os quais encontravam as publicações do órgão.

O movimento é a vida! Eis o lemma que deve predominar na mente de todas as corporações religiosas ou políticas, quando desejam crescer. O movimento deixa vêr claramente o valor da força que o produz, do mesmo modo que nas manifestações da vida se antevê o cunho da

⁵⁸ No sentido, segundo o Dicionário Aurélio, de “quantia ou taxa, paga no ato de admissão ao quadro de sócios de associações, clubes etc.”.

força interna que a alma. Ostentemos, pois, o valor de que somos capazes, nos dispondo a combate pela cauda da santa religião e da pátria. Já nos não é permissível o descanso; e ainda menos tolerável será o consentir que a ferrugem corra as armas da palavra e da penna, quando os inimigos da humanidade e de nossa pátria, investem com ousadia e avançam com audácia. Em acção! É o brado que espontaneamente deve ecoar no peito de todos os crentes, e se desprender dos lábios dos que desejam honrar às gloriosas tradições de nossos paes na fé⁵⁹.

Esta é a primeira publicação da Liga. Nela vemos claramente suas intenções. Apesar da Liga ter em seu nome o seu propósito final, combater o protestantismo, a Igreja se utiliza de todos os ideários da reforma católica. A melhor forma de combater não seria literalmente expulsando o inimigo, ou tecendo textos em críticas puras. Era necessário embasar o povo sobre a causa, e sobre a fé católica. Jair Gomes afirma “ser católico faz parte de uma tradição. Ele não precisa de uma fundamentação teológica para afirmar a sua indenidade religiosa” (2007, p. 47), isso é reafirmado pela fala de Dr. Vicente Férrer, “desconhece por completo o catecismo e a história religiosa; e apenas repete algumas orações, aprendidas na infância, pelos cuidados de uma mãe carinhosa” (1906, p. 12), o próprio Frei Celestino traz o problema da falta de conhecimento doutrinário dos recifenses na sua publicação no jornal *A Província*, de 24 de agosto de 1905, quando afirma que “os protestantes aproveitam-se das condições do nosso povo, para arrastal-o ao erro [...] o povo permanece na mais completa ignorancia em materia de religião”⁶⁰, ou seja os próprios intelectuais católicos (bispos, padres...) sabiam que precisavam reafirmar verdades da doutrina católica, por mais estabelecida que fosse, pois a grande população, em sua maioria, seguia tradições ou um sentimento e não doutrinas. Dr. Vicente Férrer (1906), contemporâneo deste período, questiona o fato do “que faz um católico?” ele conclui que “limita-se a assistir a parte do culto, que mais lhe fala ao sentido, a ouvir a missa, sem muitas vezes comprehendel-a, porque não entende o latim, nem lhe explicaram cousa alguma a respeito.” (p. 11-12). Assim os temas trazidos eram, mais do que afrontas aos protestantes, uma reeducação, uma reforma para o público leitor recifense. Contudo as brigas e trocas de cartas públicas atraíam os leitores,

⁵⁹ EM Acção. *A Província*. Recife, n. 224, 28/08/1902, ano XXV, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/128066_01/12463

⁶⁰ PEDAVOLI, Celestino. Com vistas a Salomão Ginsburg e seus comparsas I. *A Província*. Recife, n.190, 24/08/1905, ano XXVIII, p. 1.

principalmente aqueles que iam as missas. Era algo público com o fim de ser lido e discutido nas conversas diárias. E assim, de forma branda, blindar contra as heresias.

3.3.1 Os protestantes

A partir da criação e ataques midiáticos da Liga, é percebido um certo retardo em uma reação protestante. Até porque, antes da Liga iniciar oficialmente sua ação, ela foi amplamente divulgada. Nenhuma medida prévia foi feita por eles, a não ser críticas publicadas próximo do dia da inauguração. Também não foi criada uma “Liga contra o catolicismo”. Uma real atitude de denúncia só seria feita no final de outubro à Secretaria da Justiça do estado através de um abaixo-assinado.

As primeiras reações ocorreram na mesma semana da instalação da Liga. Traziam repúdio a tal ato e rebatiam as afirmações de Frei Celestino sobre: sua visão sobre Maria, o fato de serem missionários estrangeiros e a bíblia protestante. O fato de os protestantes não criarem uma Liga própria não significava uma desunião de propósito. Havia diferentes denominações com suas divergências. Todavia, nas publicações encontradas, eles não buscavam propagar sua doutrina em específico, mas defender o movimento reformado em geral. Quanto às denominações, foram detectadas com precisão na pesquisa presença Batista e Presbiteriana, havendo a participação congregacional, mas não com o mesmo peso e frequência. Os batistas são os mais destacados, principalmente o Pastor Missionário Salomão Luiz Ginsburg, fundador do Seminário Teológico Batista do Norte do Brasil e do primeiro hinário da denominação, o *Cantor Cristão*⁶¹.

Ginsburg chega em Recife no final do século XIX. Edson Douglas (2017) relata “nascido numa comunidade de judeus poloneses, tornou-se cristão protestante na Inglaterra de onde veio para o Brasil a princípio como missionário da Igreja

⁶¹ O Cantor Cristão surgiu em 1891 e assim o missionário Salomão Luiz Ginsburg contou sobre o surgimento deste hinário: “Uma fonte de bons resultados tem sido o nosso próprio hinário, denominado ‘Cantor Christao’. Iniciei esse hinário enquanto estava em Pernambuco, antes mesmo de me tornar um batista. A primeira edição foi um pequeno folheto contendo 16 hinos. O primeiro hino que traduzi para a língua portuguesa foi o inspirador: “Chuva de Bênçãos.” Os crentes nativos gostaram muito dos meus hinos, e isto me encorajou muito. É bom ouvi-los cantar essas belas canções evangélicas em seus lares, em seus locais de trabalho, e até mesmo enquanto caminhavam pelas ruas. Hoje temos um hinário contendo cerca de 600 hinos.” (A Missionary Adventure de Salomão Luiz Ginsburg, Baptist Sunday School Board, 1921, p. 99). Fonte: Memória dos Batistas. Disponível em: <https://www.igrejabatista.net/blog/a-historia-do-cantor-cristao>

Evangélica Fluminense, passando depois para o campo batista, igreja que representou no Brasil(...)" (2017, p. 16). Sua atuação em Pernambuco foi notória e ele foi responsável pela fundação de diversas igrejas batista no estado. Sua primeira publicação sobre a Liga foi no dia 23 de outubro no *Jornal de Recife* intitulado de "Ao povo pernambucano".

Ele inicia:

Não é para responder aos insultos e diatribes ultimamente estão a dos n'um jornal diário desta hospitaleira cidade, por um ente que nem sabe respeitar as leis da civilidade, contra uma parte de habitantes talvez a mais distinta desta terra, que vimos de escrever estas linhas; não!⁶².

Ou seja, de acordo com ele, o intuito não era discutir pelos jornais, ou responder ofensas, mas divulgar a doutrina reformada, para ele *os insultos, as calumnias, as baixesas não nos atingem*⁶³. Ele prossegue "As ameaças contra nós diariamente feitas só nos causam riso"⁶⁴. A partir dessa frase, Ginsburg começa a enaltecer o povo pernambucano, tal qual as publicações católicas que enalteciam a identidade nacional e local. Os protestantes, por sua vez, utilizam também desta ferramenta. Entretanto, como os missionários não tinham a conjuntura histórica ao seu lado, eles enfatizam a capacidade intelectual e moral do leitor. Ginsburg também escreve "Como se os pernambucanos não conhecessem esses especuladores, esses hypocritas e bonzos de feira!"⁶⁵, "Pernambucanos, vinde examinar nossos livros, assistir às nossas reuniões, ouvir as nossas explicações, julgar os nossos conselhos"⁶⁶, mais adiante "Vinde povo pernambucano! Basta de cegueira espiritual! Sacudamos para bem longe de nós o jugo duma religião falsa, prejudicial e perigosa"⁶⁷. Notamos aí elogios, a diminuição/reprovação dos clérigos, propagação dos cultos e da sua bíblia e livros. Revelando aí o seu intuito de utilizar esse meio acessível à população para pregar sua fé. Apesar do foco ser tanto para os protestantes, como para católicos, difundir sua perspectiva doutrinária ao leitor, havia

⁶² GINSBURG. Ao Povo Pernambucano. *Jornal de Recife*. Recife, n 242, 23/10/1902, ano XLV, p. 2.

⁶³ Ibidem.

⁶⁴ Ibidem.

⁶⁵ Ibidem.

⁶⁶ Ibidem.

⁶⁷ Ibidem.

uma real rixa, iniciada com Lutero entre os dois grupos, levando a uma aversão mútua um pelo outro.

Ginsburg promete nesse artigo uma sequência de publicações “expondo as verdades Evangelicas e desmascarando as fraudes papistas, dessa seita romana, obra prima de Satanaz, impingida a humanidade por uma hierarchia a mais perversa que existe sobre a face da terra (...)”⁶⁸. Esses artigos eram divulgados no *Jornal de Recife*, na coluna *Questão religiosa*. A série foi nomeada de *Questão Evangélica*. Alguns dos temas trazidos foram: *Todo cristão tem por obrigação ler as escrituras sagradas, porque vos proíbe o clero a leitura da escritura sagrada? As tradições romanas verdadeiras e as contradições humanas, A pretensa infalibilidade de Roma uma farsa e A Infalibilidade de uma falibilidade bem falível*.

3.3.2 Os incendiários

Havia diversos publicadores reformados, ao contrário da Liga, que se resumiu nos anos iniciais a basicamente 3 escritores. Pudemos detectar 19 publicadores entre setembro de 1902 e o final de 1903, e de 1906 ao início de 1908. Entretanto, há algumas complicações. Dentre estes, cinco são pseudônimos: Frank, Leonam, um evangelista, do puritano, os novas ceitas e o christão. Impedindo a identificação da denominação. Este problema também ocorre para os identificados, pois, como já dito, eles não levantavam bandeira da igreja integrante, mas apenas defendiam a fé evangélica. Dos reconhecidos temos Salomão Ginsburg, José Coelho da Silveira, Alcino Coelho, Artur C. Lindozo, João Borges da Rocha representando os batistas, Lino da Costa e João Marques da Motta os presbiterianos, e Pedro e Manoel de Sá Campello representando os congregacionais. Dos publicadores católicos, temos o Frei Celestino, o principal publicador dentre os poucos publicadores da Liga em seus anos iniciais. Há também a presença do Padre Hermeto, e do Dr. Albino Meira.

⁶⁸ Ibidem.

Figura 1: Quadro de publicadores católicos e protestantes nos últimos 4 meses de 1902

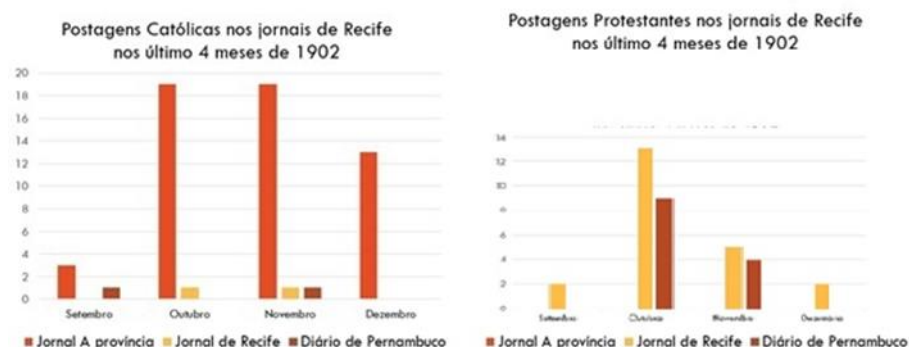


Fonte: sistematização da autora

As publicações protestantes eram mais difíceis de encontrar nos jornais, pois não tinham uma localização fixa na página, nem eram destacadas com letras chamativas, e raramente apareciam na primeira página. Cada pastor ou membro publicava e financiava sua própria publicação em oposição à Liga, mas sempre com o objetivo de lutar pelo coletivo. Devido à diversidade de publicadores evangélicos e à falta de uma organização central, não havia uma periodicidade definida nas publicações. Salomão Ginsburg, por exemplo, costumava publicar na Coluna *Questão Religiosa* do *Jornal de Recife*, com uma média de uma publicação a cada três dias em 1902. Já João Borges da Rocha e João Marques da Motta publicavam no *Diário de Pernambuco* em colunas variadas, com periodicidade incerta. Os protestantes não tinham a mesma aceitação que os católicos na publicação, e nenhum dos editores ou donos dos jornais era protestante, o que significava que era preciso pagar para publicar, resultando em menos publicações.

Apesar da falta de apoio para os publicadores evangélicos, algumas pessoas não pertencentes à sua religião apoiaram a luta contra a Liga. Entre elas estavam Oswaldo Machado, redator do *Jornal de Recife*, que entrou em conflito com os freis italianos da Penha e com o próprio Dom Luiz, usando o pseudônimo de Fly para fazer críticas à Liga e à intolerância religiosa; João Barreto de Menezes e Symphoronio Guimarães, intelectuais e defensores da liberdade religiosa; e Pedro D'Able, uma figura proeminente do Espiritismo, que criticou a Liga por considerá-la infratora da constituição. Esses apoios externos serão abordados mais profundamente no próximo capítulo.

Figura 2: Quadro de postagens católicas e protestantes nos últimos 4 meses de 1902



Fonte: sistematização da autora

Existiam três tipos principais de publicações: Carta, Denúncia e Artigo. A Carta era direcionada a uma pessoa específica, contendo acusações, perguntas e críticas. Por ser algo divulgado à população, essas cartas eram acompanhadas pelo público, e era nesse tipo de publicação que se percebia o uso do conflito pessoal como método de propagação doutrinária. O Frei Celestino foi o alvo mais frequente, seguido do Padre Hermeto, Padre Francisco Vital, entre outros. Ginsburg era o destinatário mais frequente das cartas dos católicos. No Jornal de Recife, no dia da criação da Liga, 27 de setembro, foi publicada uma carta por um evangelista, que posteriormente se identificou como Manoel de Sá Rodrigues Campello, da vertente congregacional. A carta, endereçada ao Frei Celestino, tratava da visão dos protestantes sobre a virgindade perpétua de Maria:

Os evangelistas não crêm que lhe ella ficasse sempre virgem como o que a igreja romana, porque depois de Jesus Christo eila teve seis filhos mais, cujos nomes são: Thiago, José, Simões e Judas sendo dois do sexo feminino, cujos nomes a bíblia não sita. Para que os leitores não penses que eu eseja caluminiando á Maria Santissima, transcrevo fielmente o que se lê na bíblia da igreja da Penha, desta cidade, no capítulo XIII de S. Matheus, versiculos 53 a 58, o que prova claramente que Jesus teve seis irmãos:

<<...E depois que acabou de dizer estas parábolas, aconteceu partir Jesus dalli. E vindo para sua pátria, elle os ensinava nas suas synagogas, de modo que se admiravam, e diziam: Donde lhe vem a este uma sabedoria como esta, e taes maravilhas? Porventura não é este o filho do oficial? Não se chama sua mãe Maria? E seus irmãos Thiago, e José, e Simão, e Judas? E suas irmãs não vivem ellas todas entre nós? Donde vem logo a estas todas essas coisas? E dele tomavam ocasião para de escandalizarem. Mas Jesus lhes disse: Não há propheta sem honrar enão na sua pátria e na sua casa. E não fez ali muitos milagres por causa da incredulidade de seus naturaees >>

Como poderá agora o Frei Celestino defender a bíblia que tem na sua igreja, talvez debaixo de sete chaves, com o fim dos catholicos

romanos não saberem destas verdades e não se unirem aos evangelistas?⁶⁹.

Celestino responde esta carta no periódico *a Província*, no dia 30 de setembro do mesmo ano:

Confesso que não vale a pena dar uma resposta cabal a essa objeção tão trivial como sedição, já milhares de vezes refutada e pulverizada por pennas de eminentes apologistas catholicos, e por graves theologos protestantes tambem. Mas trata se da honra e gloria da grande Mãe do Verbo humanado, aboccanhada estupidamente pela petulância revoltante d'esses miseráveis *nova seita*; por isso não posso, não quero e não devo deixar impune a mão sacrílega que se atreveu a tocar n'esta ARCA SANTA do Deus Vivo. Farei, pois, re engolir a esse tal evangelista, e por elle a hydra infernal, cujo bode emissário é elle, a baba imunda que tornou a vomitar contra a excelsa [??]e[?]tura⁷⁰ dos prodígios, ou prodígio excelso das creaturas, Maria sempre Virgem e Immaculada. [...] Na verdade, a questão, diz esse vulto eminente do protestantismo, a questão não é saber se Jesus teve irmãos, mas sim se a mãe de Jesus Christo, Maria, teve outros filhos além de Jesus. Na linguagem hebraica a palavra *irmãos* comprehende não só a relação de verdadeira fraternidade, mas tambem a de consaguinidade a mais remota. Por consequente, tendo a Virgem Bemaventurada conseguineos remotos, estes eram chamados irmãos do Senhor. "Nós somos irmãos" disse Abraham a Loth. Entretanto Abraham era filho de Ehare, e Loth, filho de Aram irmão de Abraham; por isso Loth não era irmão, mas sobrinho de Abraham. Contudo isso Abraham o chama *irmão!*⁷¹.

É perceptível as táticas utilizadas nos dois tipos de texto. O primeiro induzia o leitor a questionar se o que era ensinado nas missas correspondia realmente ao que estava na Bíblia, já que a maioria da população não tinha acesso a ela, seja por analfabetismo ou pelo seu alto preço, o que resultava em uma baixa tiragem. Já o segundo, além dos característicos apelidos, usava a figura muito respeitada de Maria para gerar revolta contra os protestantes. Por trás da briga, os leitores iam aprendendo as bases doutrinárias, fortalecendo sua fé de berço ou se interessando pela nova religião. Celestino chegou a publicar quatro cartas sobre essa temática em um intervalo de sete dias. O lado católico usava essas temáticas para tratar do que foi proposto no Concílio Vaticano I. O protestante *Frank* publicou no Jornal de Recife, em

⁶⁹ UM EVANGELISTA. Um evangelista ao sr. Frei Celestino. *Jornal de Recife*. Recife, n. 220, 27/10/1902, ano XLV, p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/705110/44947>.

⁷⁰ O periódico encontra-se em situação de deterioração impedindo a leitura total do texto.

⁷¹ PEDÁVOLI, Celestino. Frei Celestino e um evangelista. *A Província*. Recife, n. 222, 30/10/1902, ano XXV, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/128066_01/12471

5 de outubro de 1902, uma carta para o Frei Celestino criticando-o por ter chamado o protestantismo de "heresia norte-americana". Ele destacou que o protestantismo não é uma religião norte-americana, mas os Estados Unidos são um bom exemplo de nação ao contrário das nações católicas, e como a igreja católica é prejudicial para um país:

E qual é o resultado dos quatro séculos de ensino da religião christã, aqui no Brasil? E' que apenas 14 por cento do povo sabe lêr!!! enquanto na República Norte Americana, que conta os mesmos quatro séculos, apenas 16 por cento do povo *não* sabe lêr.[...] Fallaes a largo de nossa pátria. O Brasil é vosso, sr. Frade italiano? Embora norte-americano de nascimento, acho-me ligado a esta bela terra do Brazil por laço mais fortes que v. revd. jamais podeis conhecer, (emquanto sacerdote romano) por ser eu casado com uma filha deste Estado. (Porém v. revd. de certo não ignoremos que, durante onze séculos, os padres da Egreja Romana tambem casavam-se)⁷².

O frei responde no dia nove de outubro:

Os países que hoje se dizem católicos, o são apenas de nome. São antes opressores da doutrina catholica, que executores fiéis de suas inspirações; são antes fabricantes de obstáculos a sua ação dela, do que observadores de sua doutrina [...] abri a história, sr. Frank, e vereis um sem número de monumentos artísticos derramados no mundo, atestarem o adiantamento àquelas épocas gloriosas em que era o catolicismo o inspirador dos seus destinos. A decadência relativa que hoje se nota n'estes países é uma consequência de sua apostasia a religião catholica; voltem eles a professar a sua fé com o mesmo ardor dos seus antepassados, e se verão cobertos de glorias, sem temer competência dos países protestantes⁷³.

Esta publicação é bastante interessante, pois o frei atribuiu a culpa dos problemas socioeconômicos ao Estado, seguindo a linha das publicações papais daquele momento, como a já citada *Immortale Dei* (1885) do Papa Leão XIII. Frank acusava a I.C.A.R.⁷⁴ de ser pedra de tropeço no crescimento brasileiro, e Celestino afirma que a isto só ocorre por causa da má prática do catolicismo. Explicou-lhe que quando o catolicismo é praticado, ele gera grandes avanços, como Portugal e Espanha nos séculos XV e XVI, alcançando outros povos e riquezas, tornando-se nações católicas. Esse argumento também responsabilizava os cidadãos comuns recifenses que acompanhavam essa disputa de fé, seja como leitores ou ouvintes,

⁷² FRANK. Ao Frei Celestino. Jornal de Recife. Recife, n. 227, 05/10/1902, ano XLV, p. 2.

⁷³ PEDÁVOLI, Celestino. Corrigenda. A Província. Recife, n. 230, 09/10/1902, ano XXV, p. 1.

⁷⁴ Sigla para a Igreja Católica Apostólica Romana.

pois além de uma mudança prática religiosa em suas vidas, indo às missas e cumprindo os dogmas, agora eles eram participantes da vida eleitoral nacional (se fossem homens, de qualquer classe, acima dos 21 anos) e cabia a eles decidir entre a modernização, um futuro-presente glorioso que só o catolicismo poderia gerar, ou afundar na decadência da apostasia.

Outro tipo de publicação eram as denúncias, exclusivas dos protestantes, onde eles denunciavam as selvagerias já abordadas anteriormente. Também se enquadravam nesse tipo as queixas, como o abaixo-assinado de 26 de outubro de 1902, contra a Liga, enviado à Secretaria da Justiça de “representantes de diversas igrejas evangélicas contra a atitude de frei Celestino”⁷⁵. Entretanto a Igreja de Christo no Recife, atualmente conhecida como Primeira Igreja Batista no Recife, não participou do abaixo-assinado notando-se divergências de pensamento entre o próprio grupo reformado. Ginsburg elenca os motivos:

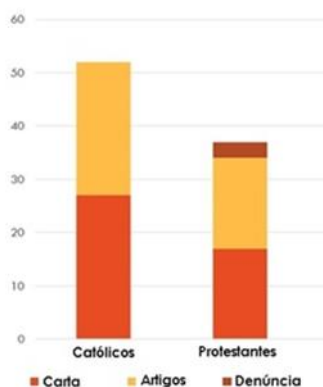
- 1- Porque julgamos ter o frade o direito de manifestar as suas ideias do modo que bem lhe parecer.
- 2- Mas o principal motivo pelo qual não assignamos a tal representação é: porque o frade está nos prestando um excelente serviço. Nunca os nossos cultos foram tão bem frequentados, nunca houve tanta procura de livros evangélicos, nunca tivemos tão grande número de pessoas ansiosas por conhecerem as verdades sacrossantas do Evangelho de Jesus⁷⁶.

Não foi detectado alguma resposta a esta manifestação, mas tendo em vista que a Liga continuou funcionando normalmente deduz-se que ela em nada resultou.

⁷⁵ SECRETARIA da justiça. Diário de Pernambuco. Recife, n. 245, 26/10/1902, ano LXXVIII, p. 2.

⁷⁶ GINSBURG. “A questão evangélica”. Jornal de Recife. Recife, n. 246, 28/10/1902, ano XLV, p. 2

Figura 3: Quadro de tipos de publicação católicas e protestantes nos últimos 4 meses de 1902



Fonte: sistematização da autora

Por fim, o último tipo de publicação era o Artigo. Assim como as cartas, os artigos também tratavam de um tema específico, mas não eram direcionados a alguém em particular, e sim para os leitores em geral, especialmente o povo pernambucano. Os assuntos tratados incluíam a virgindade perpétua de Maria, a infalibilidade papal, a questão da laicidade e liberdade religiosa, e a questão da bíblia protestante. Os católicos também usavam essa ferramenta para argumentar a incongruência da religião protestante, considerando-a falsa:

Diz o sr. Maher que os methodistas, anabatistas, baptistas, adventistas e tantos outros, são galhofeiros fanáticos; - concordo. O sr. J. Marinho diz ser fanatismo a superstição a seita do sr. Salomão mergulhista; também concordo. O sr. Salomão mergulhista taxa de herética a religião do sr. J. Marinho; ainda concordo, e tiro como conclusão que é falsa a religião de Salomão, de J. Marinho, de Mahler (*missionário americano*) de Annecken etc. Não há dúvida, o reino está dividido, as cobras já estão se engulindo!... I que nos dirá o simplório de Nazareth, da singular unidade do protestantismo? Qual a verdadeira?⁷⁷.

Nos periódicos denominacionais, ocorria, com pouca frequência, de líderes protestantes publicarem textos acusando outros líderes protestantes. Quando esse material chegava às mãos dos católicos, era logo utilizado e publicado como evidência de um dos principais pilares da acusação dos católicos às religiões da reforma: os *cismas*. Nessa publicação citada, chamada de "Qual é a verdadeira", o autor apresenta relatos de Th. Annecken, luterano, criticando outro luterano, Wilhelm Mahler; do líder presbiteriano, J. Marinho, acusando os batistas; e do missionário

⁷⁷ SEM AUTOR. Qual a verdadeira? *A Província*. Recife, n. 233, 12/10/1902, ano XXV, p. 1

Salomão Ginsburg acusando os presbiterianos de heréticos. Essa mixórdia, ou seja, essa confusão, desvalidava, na visão católica, as ações desses grupos, pois brigavam entre si. O argumento se baseava no trecho do livro de Mateus, capítulo 12:25b “Todo o reino dividido contra si mesmo é devastado; e toda a cidade, ou casa, dividida contra si mesma não subsistirá”⁷⁸. E tinha por base ser Pedro, a pedra a qual a igreja foi edificada, como símbolo não só histórico, mas da união católica:

Que Jesus Christo é o único Salvador dos pecadores que FAZEM PENITÊNCIA, não há quem possa negá-lo; mas permiti que eu vou pergunte: Fundou Jesus Christo uma igreja? – E’ o Evangelho que responde: - Fundou-a, sim, sociedade perfeita com hierachia admirável, para reger, governar e ensinar os fiéis, como depositaria de luz e do poder divino que ella é. E que bem imenso não foi para o gênero humano a divina instituição desta egreja! Ella ilumina a todos os povos e sustenta na investigação das verdades que tanto interessa conhecer, a que não é dado ao homem encontrar, como não as encontrou nunca, abandonando a si mesmo, ainda nos melhores tempos da cultura da razão antiga ou pagã⁷⁹.

João Borges responde no Diário de Pernambuco a visão protestante sobre essa temática:

[...] vamos ouvir S. Pedro sobre a salvação e o Salvador: << Esta é a pedra que foi reprovada por vós architectos, que foi posta pela primeira fundamental ângulo: E não há salvação em nenhum outro, porque do céu abaixo **nenhum outro nome**⁸⁰ foi dado aos homens, pela qual nós devamos ser salvos>> (Atos 4:11 e 12). Estas palavras são de S. Pedro, meu zeloso capuchinho, vossa única autoridade...⁸¹.

Assim, seguiam com seus argumentos divergentes para conquistar os fiéis. Um dos recursos para atingir isso era publicar conversões. Para os protestantes, esse tipo de anúncio só tinha valor se a pessoa em questão fosse um padre ou líder católico, pois, pela lógica, qualquer brasileiro que se convertesse à sua religião era originalmente católico. Foi o caso do Padre Antônio Teixeira, que se tornou o primeiro pastor batista brasileiro. Foi publicada uma sequência de textos chamados "Porque deixei a Igreja de Roma" no periódico Jornal de Recife, em 1904, paralelamente a

⁷⁸ BÍBLIA, N. T. Mateus. In: Bíblia Sagrada. Tradução Almeida Corrigida Fiel. Santo André - SP: Editora Geográfica, 2011

⁷⁹ PEDÁVOLI, Celestino. Coitados... não se salvam. *A Província*. Recife, n. 237, 17/10/1902, ano XXV, p. 1

⁸⁰ Grifo do próprio João Borges

⁸¹ ROCHA, J. B. Só Christo é o Salvador. *Diário de Pernambuco*. Recife, n. 238, 18/10/1902, ano LXXVIII, p.3.

diversas publicações católicas sobre a conversão de um pastor batista ao catolicismo. Vale ressaltar que o lado católico se utilizava de qualquer tipo de conversão de protestante ao catolicismo, não precisando ser um líder, como o caso de um fiel de Garanhuns: “Estava neste número o cidadão José Peixoto Vilella, que, em momento feliz, tocado da Graça Divina, acaba de abjurar do protestantismo, renunciando essa ridícula palhaçada, só existente hoje pela Boa fé de uns e pelo interesse sórdido dos outros⁸²”. Entretanto, o caso de Antônio Ferreira Campo, o ex-pastor batista gerou muito mais alarde.

Antônio era português e se converteu ao metodismo aos 12 anos, em 1878. Não se sabe a razão para sua vinda ao Brasil, mas tudo indica que seu emprego, comerciante, o levou a desbravar nossas terras e clientes no Rio de Janeiro em 1890. Ao chegar aqui, ele entrou em certo conflito com os metodistas e, por um breve tempo, se "refugiou" entre os presbiterianos, sendo publicador do jornal oficial da denominação. Émile G. Leonárd relata "Antônio Ferreira Campos, convertido do catolicismo, presbiteriano primeiramente e colaborador assíduo do Estandarte" (2002, p. 412). Mesmo sendo um novato no protestantismo brasileiro e não tendo vindo nem se preparado para ser um missionário, o talento de A. Campos para a publicação foi demonstrado rapidamente. Sua duração no presbiterianismo não foi longa, pois ele se converteu aos Batistas. Em junho de 1893, foi batizado na Igreja de Cristo em Campos (a atual Igreja Batista em Campos - RJ) e se tornou um membro muito atuante. Ele é responsável pela criação da Associação Cristã de Juventude, que em menos de um ano possuía cerca de 100 membros. De acordo com Asa Routh Crabtree (1962), dois terços dos sócios eram católicos e foram classificados como auxiliares. Esta organização teve o ensejo de pregar o evangelho a muitas pessoas da cidade.

A. Campos também utilizou suas habilidades de publicação no meio Batista e se tornou o redator oficial de "As Boas Novas". Ele se tornou pastor presidente da Igreja de São Fidelis em 1894 e da principal igreja no campo missionário na região de Campos, a Igreja de Cristo em Campos, mostrando que, apesar de não haver uma preparação explícita para tal cargo, Antônio conseguiu se estabelecer rapidamente no meio Batista e assumir posições de grande poder. Além disso, ele auxiliou na fundação de diversas congregações: a Igreja de Paciência, em 23 de maio,

⁸² MELLO, Felix. Conversão de um protestante. *A Província*. Recife, n. 183, 13/08/1902, ano XXV.

juntamente com o pastor Emílio Kerr; a Igreja de Cambuci em 31 de maio; e a Igreja de Rio Preto em 07 de setembro, juntamente com Ginsburg e Kerr. Na consagração de Joaquim Lessa como pastor, A. Campos estava no concílio, juntamente com Ginsburg e o diácono Saturnino Nominário. Em 10 de janeiro de 1901, a Casa Publicadora Batista publicou pela primeira vez "O Jornal Batista", e na comissão de publicadores estavam o miss. Pr. Taylor, o miss. Pr. Ginsburg, o miss. Pr. Hamilton, o miss. Pr. Entzminger e o Pr. A. Campos.

A. Campos é caracterizado por sua instabilidade, pois ele sai e retorna diversas do seu cargo de pastor presidente. Uma das causas era o seu descontentamento com a Junta de Richmond⁸³. O auge ocorre em 25 de novembro de 1902, quando ele anuncia no jornal *A Gazeta do Povo* (RJ) que agora se declarava católico e estava abandonando o protestantismo:

Presado sr. Marcial:
Desejo dever-lhe mais um novo grande favor, a saber: que declare por seu excelente e popular diário, que nesta data deixo de ser protestante e por isso renuncio definitivamente á aliás grata honra que me concedia a nobre corporação evangélica, com sede no Templo Evangélico dessa cidade, na teimosia de considerar me seu Pastor, mesmo ausente⁸⁴.

A. Campos é caracterizado por sua instabilidade, pois ele saiu e retornou várias vezes ao seu cargo de pastor presidente. Ele deixou o Rio de Janeiro, passou um tempo em Pernambuco, filiou-se à Liga e começou a publicar artigos sequenciais na coluna da Liga Contra o Protestantismo. Depois, foi para São Paulo e começou a publicar artigos chamados de "Mixórdia Protestante":

Foi devido ao labyrintho desanimador de tantas doutrinas appostas entre si, e aos resultados logicos de tanta luctas sectária, produzindo inimigos fidagaes e acções criminosas entre os que se intitulavam ministros do evangelho, que cheguei, tarde embora, mas ainda a tempo, ao pé do altar, depôr a offerta de meu coração maculo no erro, mas bem intencionado, de boa-fé, em condições de resgatar vinte e tres annos perdidos entre os inimigos da egreja, nove dos quaes, como pastor Baptista⁸⁵.

⁸³ Era um órgão batista estadunidense responsável por patrocinar missionários e seus trabalhos pelos campos ao redor do mundo.

⁸⁴ Citação retirada do Jornal Batista. In: MARAVILHOSA Conversão. *Jornal Batista*. Rio de Janeiro, Ano III, 30/11/1903, n. 29, p. 06

⁸⁵ CAMPOS, Mixórdia Protestante. A Província: órgão do partido liberal. Recife, Ano XXVII, 21/02/1904, n. 41, p.1.

esses artigos, ele também explicou minuciosamente como funcionavam as publicações protestantes, desde o maquinário da tipografia até o tipo de papel, as tiragens e a organização. Ele enfatizou que esse tipo de propaganda tinha bons resultados e que a Igreja Católica deveria copiar esse modelo, onde se usava papel de qualidade mais baixa com o propósito de alcançar mais leitores, ou como ele chamava, a "catequese protestante". Ele explica: "É um trabalho facílimo este, dadas as condições do nosso povo e a falta de sacerdotes para instruí-lo"⁸⁶. E prossegue:

Apontando as falta verdadeiras ou imaginaria de alguns parochos, falando doutrinas da egreja como antagônicas aos ensinos do evangelho, cujo texto é torcido e comentado, ao sabor do missionario, este consegue aprovação dos simples e dahi a pouco, quase sem consciencia do que se passa, sabendo da bíblia só p que o visitante lhe disse, abjuram os chamados erros do romanismo, recebem um novo baptismo, são instruídos nos novos deveres, são mistificados com as objecções, são considerados bons protestantes e incensados de tal maneira que ganham uns ares de sábios e inspirados, não poucas vezes tornam-se uns fanáticos⁸⁷.

Toda essa reviravolta, assim como a de Pedro, que negou Jesus três vezes, levou a Liga a embasar seus argumentos na falha pragmática do protestantismo. Entre o início da Liga, em setembro, até o final de 1902, houve uma agitação de publicações de ambos os lados. Mas foi no ano seguinte que esse embate ganhou fama nacional.

⁸⁶ Ibidem

⁸⁷ Ibidem

4. A CHAMA DA FÉ

Um dos principais assuntos dos artigos publicados no embate religioso desta pesquisa é a questão das Bíblias protestantes. Afinal, a relação dos protestantes e católicos com esse livro era totalmente diferente. Os protestantes, decorrente da sua visão de *Sola Scriptura*, acreditavam que era necessário que cada fiel tivesse livre acesso e compreensão das escrituras sagradas. Por isso, assim que chegaram no Brasil, focaram na distribuição e venda deste livro. Micheline Vasconcelos (2012) explica:

Já em 1821, uma centena de Bíblias e 700 Novos Testamentos, em português e espanhol, foram enviados para a América do Sul pela SBBE. No ano da independência do Brasil, a mesma instituição distribuiu em Pernambuco 676 Bíblias e 1.400 Novos Testamentos (p. 76).

Vasconcelos, ao narrar o método deste grupo em Pernambuco, salienta que “Centenas e até alguns milhares de Bíblias vendidas ou doadas por protestantes” (2005, p. 69), e esse era um meio de propagar sua doutrina. Ela fala: “o ‘nova-seita’ insistia na leitura da Bíblia como fonte exclusiva de sua crença e de sua pregação” (2005, p. 63). Mas de acordo com a doutrina romana, a Bíblia reformada era “truncada”, adulterada e falsa, isso por faltar sete livros do Velho Testamento: Baruc, dois livros de Macabeus, Judite, Tobias, Eclesiásticos e Sabedoria, considerado apócrifos⁸⁸ para os evangélicos. Pois os católicos utilizavam a organização do antigo testamento da Septuaginta⁸⁹, onde havia o uso desses 7 livros deuterocanônicos⁹⁰, enquanto os protestantes utilizavam apenas os livros da Tanakh⁹¹. Todavia, muitos

⁸⁸ Expressão usada quando um fato ou uma obra não tem sua autenticidade provada, ou seja, ela tem sua origem suspeita ou duvidosa. Considerando as normas jurídicas, um documento apócrifo é aquele que não tem origem conhecida, que não traz identificação ou assinatura, ou que não está autenticado. Fonte: <https://www.significados.com.br/apocrifo/#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20Ap%C3%B3crifo%3A&text=Express%C3%A3o%20usada%20quando%20um%20fato,ou%20que%20n%C3%A3o%20est%C3%A1%20autenticado.> Disponível em:

⁸⁹ Ou Versão dos setenta, foi a primeira tradução dos escritos sagrados em aramaico e hebraico para o grego, elaborado entre o século III a.C. e o século I a.C.

⁹⁰ A palavra "deuterios" vem do grego δευτερος e significa "segundo". Eles são assim chamados pois, apesar de já constarem no cânon no Concílio de Cartago, no século IV, só foram oficializados pelo Concílio de Trento, no século XVI. Fonte: <https://padrepauloricardo.org/episodios/qual-e-a-diferenca-entre-a-biblia-catolica-e-a-biblia-protestante>

⁹¹ A Bíblia Hebraica foi canonizada por volta do século II d. C. É dividida em Torah (a Lei), os Nevi'im (os profetas) e os Ketuvim (os escritos, que correspondem aos livros sapienciais). São no total 24 livros, que na versão protestante foram subdivididos ficando no total 39 livros.

católicos compravam as Bíblias protestantes por serem mais baratas e pela falta de leitura, provavelmente nem notaram a falta desses sete livros na Bíblia reformada, então foram necessários um aprofundamento e um ato explícito para conscientizar a população.:

A Petulancia de todos os nova seita, mas principalmente do sr. Salomão, com referência à divulgação e leitura da bíblia protestante por entre o bom povo pernambucano, já chegara ao non plus ultra, quando acabava de ser convenientemente castigada [...] muito curiosos de ambos os sexos lá foram, a rua Formosa, comprar essa decantada e encantadora bíblia; leram-na quicá segunda e terceira vez [...] até que, finalmente, cansados de ler, meditar, ponderar, indagar nessa bíblia; e nada tendo podido descortinar [...] foram entregal-a nas mãos dos missionários Capuchinhos da Penha, os quaes irão queimal-a na praça pública ou no adro do seu esplendido e majestoso templo, domingo próximo, 22, ás 8 horas da manhã, após as religiosas funções da sessão solmne da temerosa LIGA CONTRA O PROTESTANTISMO [...] Serão cerca de 200 volumes ou exemplares da bíblia protestante...⁹².

4.1 A Queima

Após cinco meses de discussões midiáticas, a Liga sai do campo teórico para o prático. A escolha da data e do local não foi em vão. Um ato no Adro⁹³ fazia um jogo entre o sacro e profano. Era algo da igreja, mas ao mesmo tempo em ambiente público. Até os dias atuais, a Igreja de Nossa Senhora da Penha é cercada de comércio e um local bastante movimentado no Recife. Imagina-se que essa movimentação era ainda mais intensa num dia de carnaval. Mas, quem vai à igreja durante a festa da “carne”? Neste ano, dezenas de recifenses foram. A igreja católica atestou ser maior que o feriado, maior que as autoridades e sem dúvida maior que os protestantes. Normalmente, neste período, o domingo de carnaval era o dia em que eram apresentados blocos com carros de crítica⁹⁴, e sem dúvida a Penha flamejou fortemente o seu juízo sobre a situação religiosa atual.

⁹² PEDÁVOLI, Celestino. A amarga decepção Salomonica! *A Província*. Recife, Ano XXVI, 20/02/1903, n. 41, p.1. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/128066_01/13083

⁹³ Pátio externo localizado geralmente na frente da igreja

⁹⁴ Carros alegóricos com o intuito de criticar alguma situação. O jornal *A província* (PE) no dia 04 de março de 1904 narra “Num dos derradeiros anos do império, houve um chefe da polícia que proibiu a saída de certos carros de crítica, porque ofendiam à pessoa do chefe do estado” (p.1). Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/128066_01/14738

Nas publicações da temática, que motivaram o auto de fé, o lado protestante questionava o desprezo católico no uso da Bíblia. Sendo o Brasil um país de origem católica e com altíssimos níveis de analfabetismo, haveria culpa da Igreja em não querer que a própria população compreendesse, pelos seus próprios olhos, a sua doutrina, apenas se limitando ao que compreendiam nas missas e na cultura:

Povo Pernambucano! A Bíblia, a bíblia tão somente é a base de nossa religião, religião de Christo [...] não permiti, pernambucanos, que se vos roube a liberdade do juízo em matéria religiosa. Cada um é responsável por si só, pelos seus próprios atos perante Deus. Ninguém assumirá a vossa responsabilidade no dia do juízo; nenhum padre; nenhum frade, só Jesus, e Ele manda ler e examinar as Escrituras Sagradas⁹⁵.

Há também uma forte acusação sobre a tradição católica: “A seita italiana não pode apresentar um artigo sequer de religião ou uma ordenança de culto apoiados na tradição humana, que não sejam contrários aos ensinamentos das Escrituras Sagradas ou em completo desacordo com a palavra de Deus”⁹⁶. Assim como a recém implantada doutrina da Infalibilidade Papal:

A tal infalibilidade é impossível porque um papa contradiz a outro papa. Temos a exemplo de Gregório, chamado o Grande, que disse: [...] eu confiadamente afirmo, que qualquer que se chama sacerdote universal, ou deseja ser chamado assim, na sua arrogância é precursor do antichristo⁹⁷. Entretanto esse título e prerrogativa tem sido a pretenciosa pretensão dos papas, sucessores de Gregório o Grande, a ponto de Gregório VII declarar⁹⁸ [...] Só o Pontífice Romano pode propriamente ser chamado universal⁹⁹.

Os católicos por sua vez questionavam a alteração da bíblia protestante:

Não acredito que a inteligência de Salomão e c.¹⁰⁰ seja tão acanhada que confunda a proibição da bíblia protestante, falsificada, mutilada, com a proibição da bíblia autêntica, completa. Aquela só se presta aos

⁹⁵ GINSBURG, Salomão. A questão Evangélica IV. *Jornal de Recife*. Recife, Ano XLV, 06/11/1902, n. 253, p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/705110/45079>

⁹⁶ Ibidem.

⁹⁷ Greg. Max. Ep., lib VI, p.30.

⁹⁸ Ibidem, lib. II, p. 55.

⁹⁹ GINSBURG, Salomão. A questão Evangélica V. *Jornal de Recife*. Recife, Ano XLV, 13/11/1902, n. 259, p.2. Disponível em: GINSBURG, Salomão. A questão Evangélica IV. *Jornal de Recife*. Recife, Ano XLV, 06/11/1902, n. 253, p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/705110/45103>

¹⁰⁰ Abreviação utilizada no período para “companhia”

maneios protestantes; esta serve para tornar se conhecida a palavra de Deus, genuinamente conservada¹⁰¹.

Já sobre a questão do pouco e restrito acesso dos fiéis católicos a sua bíblia, Celestino rebate: “Julgará o sr. Salomão que Jesus Christo foi algum editor, ou livreiro ou vendilhão de bíblias? Onde mercadejou Elle bíblias? E sim mandou ensinar, e não vender ou distribuir bíblia”¹⁰². Fomentando seu argumento na institucionalidade da igreja. É comum também o argumento de que a livre interpretação dos textos bíblicos poderia levar a heresias e a falta de compreensão, e era papel da igreja explicar a verdade por ser ela a verdadeira, e ser assim suficiente para anunciação da palavra de Deus. Como já pontuado, não havia grande circulação da Bíblia católica no Brasil, por falta de cópias, pelo seu elevado preço, mas também pelo medo de “favorecer o avanço do Protestantismo no Brasil. Essa situação só começou a mudar no início do Brasil República, com a publicação, em 18 de novembro de 1893, da Encíclica *Providentissimus Deus*, do Papa Leão XIII”¹⁰³. O Papa estimula a leitura da bíblia:

Sendo tão grandes a excelência e o valor das Escrituras que, tendo o próprio Deus como autor, contêm a indicação dos seus mistérios mais elevados, dos seus desígnios e das suas obras, segue-se daí que a parte da teologia que trata da conservação e interpretação destes livros divinos é de extrema importância e da maior utilidade¹⁰⁴.

Ele enfatiza que “Certamente não ignoramos, veneráveis irmãos, que não são poucos os católicos sábios e talentosos que se dedicam ardentemente à defesa dos livros sagrados ou à procura de maior conhecimento e inteligência sobre eles”¹⁰⁵ e por isso:

Somos movidos, e de certa forma impelidos, pelo cuidado do nosso ofício apostólico, não só a desejar que esta preciosa fonte de revelação católica seja aberta com a maior segurança e amplitude para a utilidade do povo cristão, mas também a não tolere que não

¹⁰¹ PEDÁVOLI, Celestino. Salomão e Infallibilidade III. A *Província*. Recife, Ano XXV, 13/11/1902, n. 259, p.1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/128066_01/12667

¹⁰² Ibidem.

¹⁰³ GIRALDI, Luiz. História da Bíblia no Brasil. Sociedade Bíblica do Brasil, 201, p. 24. Disponível: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=dZC8AwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP4&dq=b%C3%ADblia+cat%C3%B3lica+no+brasil&ots=3B2T1HJmu1&sig=fEdDE21IJZuHVDQIs1tvpqhgMrw#v=onepage&q=b%C3%ADblia%20cat%C3%B3lica%20no%20brasil&f=false>

¹⁰⁴ PAPA LEÃO XIII. *Providentissimus Deus*. Vatican City: Libreria Editrice Vaticana, 1893. Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiii/es/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_18111893_providentissimus-deus.html tradução para o português.

¹⁰⁵ Ibidem.

seja obscurecido, em nenhuma de suas partes, seja por aqueles que são movidos por uma audácia ímpia e que atacam abertamente a Sagrada Escritura, seja por aqueles que espalham notícias enganosas e imprudentes a cada passo¹⁰⁶.

Ou seja, não era a proposta de Roma afastar o fiel da leitura, tanto que a tiragem de Bíblias católicas aumenta exponencialmente no século XX com a edição do Padre luso Manuel Matos Soares de 1927, traduzida da Vulgata Latina de São Jerônimo. Contudo, não se compara aos números de publicações das versões protestantes.

É neste cenário que Celestino marca a queima de bíblias, fazendo o anúncio dois dias antes do evento. Os Batistas, na figura de Salomão Ginsburg, publicam um pequeno artigo um dia após o anúncio da queima no *Jornal de Recife*, onde ele convida a população a estar presente na queima para ver “até onde estes vampiros da humanidade nos querem levar”¹⁰⁷. A outra publicação detectada foi um pedido de oração, também por Ginsburg: “Aviso aos membros da Igreja de Cristo no Recife. São convidados todos os membros desta Igreja para uma reunião especial de oração no salão provisório sito a rua Formosa, 21, hoje às 8 horas da manhã”¹⁰⁸. Este aviso só é publicado no dia 22, mostrando que pela falta de espaço as propagandas protestantes nem sempre conseguiam publicar no dia que queriam. Entre o período do anúncio da queima, dia 20 de fevereiro, até o dia oficial, dia 22, pessoas se manifestam contra esta atitude. São os seus publicadores *Um Christão* e Os novas ceitas, pseudônimos que não nos permitem identificar quem são, nem a qual grupo pertencem. Mas muito provavelmente não eram lideranças e, no caso de *Um Christão*, provavelmente nem protestante era, por utilizar expressões como “nossos irmãos protestantes”, se colocando à parte do grupo dos reformados.

Como pasmo de nossa parte, com assombro mesmo lemos na columna ante-Evangélica da *Província* que ides hoje praticar um acto inquisitorial de queimar na praça pública 200 biblias, escripturas sagradas, tradução dos padres Almeida e Figueiredo, e reeditadas pelos christãos protestantes, sob o falso pretexto de que são falsas. [...] intellectual e moralmente o facto é um insulto a nossa civilização, uma afronta a nossa consciência de brasileiros livres, uma mancha indelével, atirada por um frade italiano impostor a nossa cultura;

¹⁰⁶ Ibidem.

¹⁰⁷ GINSBURG, Salomão. Queima de Bíblias. *Jornal de Recife*. Recife, ano XLVI, 21/02/1903, n. 42, p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/705110/45423>

¹⁰⁸ GINSBURG, Salomão. Queima de Bíblias. *Jornal de Recife*. Recife, ano XLVI, 21/02/1903, n. 43, p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/705110/45427>

infâmia que figuraria futuramente na nossa história, como um triste attestado de canibalismo, de intolerância nossa em pleno século XX. [...] Não somos nenhuma aldeia de selvagens, não estamos na Cafraria¹⁰⁹, nos centros do continente negro para testemunhar scena tão vilã; não, frei Celestino de Pedavoli, estamos na cidade do Recife, a capital intelectual do norte do Brasil, onde temos uma Academia de Direito tradicional no Paiz, e que tem dado a nação mentalidades jurídicas de primeira ordem¹¹⁰.

A partir do dia 22, diversos grupos e periódicos se manifestam contra ou a favor. O livro *História dos Batistas no Brasil até o ano de 1906*, de A.R. Crabtree, relata que Ginsburg chegou a enviar um telegrama para o congresso no Rio de Janeiro, mas não gerou resultados. A falta de reação judicial, de acordo com Crabtree, levou a Celestino a incitar um “movimento entre alguns católicos para não darem emprego aos evangélicos” (1962, p. 221). Nos periódicos, além dos protestantes, grupos de liberais se pronunciaram, como a publicação de primeira capa do Jornal de Recife, que apesar de não identificar o autor, demonstra apresentar a opinião do periódico sobre o episódio:

Se mesmo entendemos que s. s. vae no caminho errado, nem por isso podemos concordar com a queima de Bíblias protestantes, realizada por Frei Celestino [...] desde que a Constituição garante a liberdade de consciências, pensamos mesmo, que o acto de frei Celestino importa n’um atentado contra a nossa lei mater cumprindo a quem de direito impedir a reprodução de atos que dão um justo valor da cultura intelectual do nosso povo¹¹¹.

Isso pode ser respaldado pois três dias após a essa publicação o redator deste periódico, Oswaldo de Machado, continua a mesma linha de narrativa sobre quebra a lei e a questão da intolerância: “É esta uma questão de foro íntimo, de consciência, e eu penso que cada um para ser respeitado o seu modo de pensar deve acatar de modo absoluto o do adversário”¹¹². Até porque atos assim eram comparados a atrasos, comparando a países (que na visão deles) eram atrasados, selvagens. Leonardo de Jesus explica: “a ideia de progresso, tão cara à maioria dos intelectuais da segunda metade do século XIX, era frequentemente associada ao protestantismo”

¹⁰⁹ Região do Sudeste da África, habitada por povos não muçulmanos de etnias negras.

¹¹⁰ UM CRISTÃO. A Frei Celestino. *Jornal de Recife*. Recife, ano XLVI, 21/02/1903, n. 43, p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/705110/45427>

¹¹¹ CENSURÁVEL. *Jornal de Recife*. Recife, ano XLVI, 27/02/1903, n. 46, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/705110/45438>

¹¹² MACHADO, Oswaldo. A Semana. *Jornal de Recife*. Recife, ano XLVI, 01/03/1903, n. 48, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/705110/45446>

(2013, p. 2). Entretanto, é válido ressaltar que essas publicações não elogiavam os protestantes. Essas críticas vinham de católicos, e o próprio Machado, que posteriormente iria tecer longos artigos de teor liberal e contra o clericalismo, afirma nesta mesma publicação do dia 01 de março:

Demais a religião protestante é árida como deserto, e com razão, Castellar (a quem cito de memória) num repto de eloquência, disse a ella referindo-se: seca-me o coração, fere-me a alma, e gela-me a consciência. Na religião católica há um perfume de ingenuidade e de poesia junto a brilhantismo do culto, que dominam a massa popular, sem que preciso seja fanatizá-la. O fanatismo é a maior inimigo da religião, convençam-se todos!¹¹³.

Os batistas foram os que mais se manifestaram após a queima. O órgão dos batistas, o *Jornal Batista*, pública no dia 10 de março de 1903:

O tal famoso frei Celestino, o furibundo frade italiano, que não quer consentir no Brasil nenhuma seita estrangeira, senão a italiana, arrebatou das mãos do povo 200 bíblias e anunciou e convidou o povo e os nova seita para um auto de fé nas mesmas bíblias (já que não pode fazê-lo nos protestantes) no adro de uma igreja, no dia de carnaval! Mas porque este *santo* furor contra a Palavra de Deus, ilustre frei Celestino? [...] Pois se a vossa igreja na época negra de seu domínio, não pôde destruir a Bíblia, quanto mais hoje, que a igreja se vê forçada a editar a Bíblia, como há pouco, sucedeu, nomeando o papa, uma comissão para esse fim, e os religiosos franciscanos da Bahia também publicando o Novo Testamento em fascículos, edição popular [...] se algum dia os freis Celestinos chegarem a queimar todas as nossas bíblias *protestantes*, nós faremos uso da Bíblia que os franciscanos da Bahia estão publicando, Com a queima das bíblias, mal soube o frei Celestino, o bem que trouxe a nossa causa: o povo ficou indignado, talvez tivesse levado desagradável retribuição¹¹⁴.

Isso se intensifica graça a figura do sr. Soares Quinta que salvou uma das bíblias da fogueira. Essa bíblia, que seria queimada, era a edição do Padre Antônio Pereira de Figueredo, tradução da Vulgata Latina. Ginsburg se aproveita dessa situação e satiriza “O que o frade da penha queimou, pois foi a bíblia verdadeira. Sacrilégio! Perverso!”¹¹⁵. E ainda nessa narrativa ele vê a oportunidade de incentivar a compra de novas bíblias:

¹¹³ Ibidem.

¹¹⁴ A COMÉDIA de Pernambuco. O Jornal Batista. Rio de Janeiro, ano III, 10/03/1903, n. 6, p. 5.

¹¹⁵ GINSBURG, Salomão. Bíblias queimadas. *Jornal de Recife*. Recife, ano XLVI, 03/03/1903, n. 49, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/705110/45451>

As bíblias que o frade da Penha queimou no dia 22 de fevereiro são da edição da Vulgata Latina e cujo principal crime é ser vendida por preço ao alcance de todos. O frade não quer ser desmascarado pelo Código Sagrado: a Palavra de Deus. Vinde, pernambucanos, adquirir um exemplar da Bíblia, o melhor preservativo contra os ensinamentos perversos dos inimigos da Verdade Divina¹¹⁶.

Celestino só se manifesta sete dias após a queima

Ah! É que o pobre frade, mandando queimar 214 bíblias falsificadas dos protestantes (bíblias que aliás a ninguém elle furtara, mas lhe foram entregues por aqueles mesmos a quem os senhores protestantes venderam), patenteou de um modo claro, evidente e irresponsável o indigno e inqualificável proceder dos *nova seita* para com os catholicos fiéis a sua igreja, e que mercê de Deus, não quizeram jurar bandeiras n'aquela infernal exército de Satanaz! [...] E teria o protestantismo razão de proceder assim? Não seria elle evidentemente injusto, perverso e infame? Vejamos. Clamam os seus infelizes adeptos contra a queima de apenas 214 volumes bíblicos protestantes na praça pública da Penha, sem se lembrarem, porém do que fizeram os próprios autores da desgraçada reforma no início da mesma e o que eles mesmos praticam. Quem, se não Lutero, acendeu na imensa praça de Wittemberg uma enorme fogueira e n'ella queimou a sapentissima Bulla de Leão X, com as decretaes, o direito canônico e as obras todas dos santos padres e doutores da igreja, desejando poder queimar também a pessoa do mesmo papa que acabava de o condemnar?¹¹⁷.

Ele prossegue exemplificando também a Calvino, que teria mandado queimar vivo Miguel Serveto, mostrando ser a acusação de crueldade do auto de fé pequena comparada às maldades protestantes. Contudo, de acordo com Armando Silvestre (2018), Serveto teria sido condenado à morte por heresia pelos católicos e depois pelos protestantes, e fugido de sua pena. Na rota de fuga, teria passado por Genebra onde foi preso e acusado. Ele narra:

Calvino compareceu diante do Pequeno Conselho e se declarou contra Serveto. Porém, aqui entra um comentário que desmente a sua crueldade, sem desculpá-lo de sua intolerância. Calvino pedira a Farel, por meio de carta, “Espero que Serveto seja condenado à morte, mas

¹¹⁶ GINSBURG, Salomão. Queima de Bíblias. *Jornal de Recife*. Recife, ano XLVI, 06/03/1903, n. 52, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/705110/45465>

¹¹⁷ PEDAVOLI, Celestino. Combate ao Protestantismo. *A Província*. Recife, ano XXVI, 01/03/1903, n. 48, p.1. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/128066_01/13119

desejo que seja poupado dos horrores da fogueira” (FARIA¹¹⁸, 2008, p. 224)¹¹⁹.

Celestino também argumenta que o ato foi um protesto dos verdadeiros católicos e “não podia eu pois, deixar de incorrer nas *santas* iras de todos os novas seitas”¹²⁰. No final de março começa um protesto contra os líderes protestantes e sua doutrina: “Diante do quadro triste que tem apresentado esta diocese pernambucana, que se vê invadida pelos lobos do protestantismo”¹²¹. Inicialmente, quem encabeça são clérigos, como o Monsenhor Marcolino P. do Amaral (o Vigário geral) e o Monsenhor Antônio Fabrício de Araújo (deão da Catedral) e diversos padres em petição e aviso ao Dom Luiz Raymundo sobre a aversão à “Nova Seita”. Na semana seguinte, a Liga já se responsabiliza pelo Protesto, que ganha apoio de diversos leigos católicos ricos, como de pessoas comuns (normalmente sem sobrenome. Exemplo: Francisco, João...). Participam os estudantes do Gymnasio Pernambucano, artistas e operários pernambucanos, paroquianos da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Itambé, apostolado da oração e das filhas de Maria na Matriz de Garanhuns, fiéis da Usina Cucaú em Ribeirão e fiéis de Bom Jardim.

Duas dessas cidades contribuem de forma diferenciada. Nas suas listas de protestos, elas indicam possuir um próprio órgão da Liga Contra o Protestantismo. No dia 10 de maio de 1903, no jornal *A Província*, é citada a diretoria da Liga de Bom Jardim¹²²: O Diretor Vigário João Pacífico Pereira Ferreira, o Vice-diretor Capitão Nicolau Antônio Duarte, o Secretário Capitão Manoel Augusto de Miranda Henrique e o Tesoureiro Capitão Severino da Motta Silveira, além de diversos conselheiros e membros. É dito nesta publicação: “Portanto, lançando hoje o nosso sincero protesto contra taes ditos e factos das seitas heréticas [...] no da liga contra o protestantismo, à qual temos a honra de pertencer [...]”¹²³. E no dia 17 de maio de 1903, no mesmo

¹¹⁸ FARIA, E.G. (Org.). *João Calvino: textos escolhidos*. São Paulo: Pendão Real, 2008. p.224-225.

¹¹⁹ O artigo é disponibilizado em uma página na web e por isso não possui paginação. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5765/576562065012/html/>

¹²⁰ PEDAVOLI, Celestino. Combate ao Protestantismo. *A Província*. Recife, ano XXVI, 03/03/1903, n. 49, p.1. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/128066_01/13127

¹²¹ Protesto. *A Província*. Recife, Ano XXVI, 22/03/1903, n. 66, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/128066_01/13215

¹²² PROTESTO. *A Província*. Recife, Ano XXVI, 10/05/1903, n. 105, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/128066_01/13428

¹²³ Ibidem.

periódico¹²⁴, é citada a Liga de Garanhuns: O Diretor Vigário Manoel de Carvalho, Vice-diretor João Frederico do Rego Vasconcelos, Secretário Felix Cantalico Villa Nova e Mello e o Tesoureiro João Baptista da Silva Vianna, além de conselheiros e membros.

Contudo, não há nenhum indício de que realmente essas ligas atuaram ou tinham algum tipo de prática publicadora, como a de Recife. Dá-se a entender que, apesar de Bom Jardim e Garanhuns possuírem diretorias próprias, ambas provêm da “Liga Central”. Esse fato é reforçado na publicação do *Diário da Tarde* (Paraná) em 13 de agosto de 1917. De acordo com a manchete “U[?]u[?]ubaca¹²⁵ da Liga Católica¹²⁶” a Liga de Garanhuns foi instalada no dia 15 de fevereiro de 1903 na matriz de Santo Antônio, com a presença de muitos fiéis. Todos aqueles que foram empossados de cargos no órgão foram aprovados, e alguns escolhidos, tanto pelo D. Luiz como pelo Frei Celestino, dando a entender ser esta uma extensão da recifense. A publicação também revela a existência de sucursais, ou seja, filiais, da Liga em outros estados.

Nota-se que, apesar da obviedade do catolicismo ser contra o protestantismo, a instituição de uma Ação de Combate ao Protestantismo não se reduziu a Recife, nem muito menos a Pernambuco. Muitos estados, como São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Sergipe, possuíam suas “ligas”, mesmo que não institucionalizadas como órgãos. A Legião de São Pedro, em São Paulo, na Igreja de Santa Cecília, promoveu queimas de Bíblias, chegando a anunciar a queima de 1000 Bíblias protestantes, mas sem publicações que realmente comprovassem que essa queima chegou a acontecer. Em 1903, é alertado sobre uma possível queima de Bíblias na Bahia, em 1904 em Penedo-RJ. Também em 1904 acontece uma queima de 22 livros protestantes em Alagoas pelo Frei Gaudioso. Esse efeito cascata seguia o pensamento proposto na carta do Dom Macedo de 1890: “necessário ultrapassar os limites geográficos que separavam as dioceses das cidades e do povo” (Sousa, 2015, p. 82).

¹²⁴PROTESTO. A Província. Recife, Ano XXVI, 10/05/1903, n. 110, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/128066_01/13455

¹²⁵ Esta edição encontra-se danificada, impedido total compreensão das palavras. Contudo, pelo contexto da publicação provavelmente a palavra é “Urucubaca”, termo informal para má sorte no que se faz ou intenta.

¹²⁶ U u ubaca da Liga Católica. *Diário da Tarde*. Paraná, Ano XIX, 17/05/1917, n. 5778, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800074/23691>

A queima foi uma demonstração de poder perante os não-católicos. Demonstração de poder de capital do campo religioso. Pois, foi usado o seu *locus* da fé. Roberta Cantarela e Acir Dias da Silva (2010) explicam que a ideia de queimar livros é um método de reduzir as ideias defendidas por quem os escreveu e de quem os lê.

4.2 A segunda queima

Mesmo não sendo bem aceita sua ação flamejante, a Liga promove outra queima, agora em setembro de 1903, em comemoração ao seu aniversário, não em um dia aglomerado ou um evento repentino. Foi bastante anunciada, sendo seu primeiro anúncio no dia 20 de setembro, com sete dias de antecedência.

Estará numa mesa, colocada debaixo dím majestoso zimbório¹²⁷ da mesma igreja, expondo a vista de todos, um número considerável de bíblias falsificadas, de livros, folhetos e folhas, civados de crassos erros e revoltantes heresias protestantes, que foram espontaneamente entregues aqueles reverendos missionários capuchinhos por muitos católicos a quem esses ministros e pastores da nova seita os venderam dolosamente ou ofertaram de graça como verdadeira palavra de Deus!... e que já são destinadas as chamas. [...] Pede se encarecidamente aos católicos que tiverem no seu poder semelhante livretos e cartazes, para que mandem entregá-los quanto antes aos ditos missionários, a fim de dar lhes conveniente destino, visto como não podem continuar a possuí-los, sem incorrer nas penas canônicas fulminadas pela Santa Madre Igreja¹²⁸.

O certo espaço de tempo levou os protestantes a tomarem medidas legais contra tal ato. Ganharam o apoio do deputado do Rio Grande do Sul, Germano Hasslocher. O deputado afirmava na sessão do dia 22 de setembro:

- Sr. Presidente, as folhas diárias desta Capital¹²⁹ anunciam para domingo próximo, no Recife, uma repetição do ato solene da queima de Bíblias protestantes pelo frade Celestino, acrescentando que esta cerimônia deve ser presidida pelo bispo de Olinda. [...] um pastor

¹²⁷ Zimbório é a parte mais alta e exterior da cúpula, em forma de torre, em geral circular ou octogonal, das igrejas e edifícios de grande dimensão. *Fonte: Wikipedia*

¹²⁸ PEDAVOLI, Celestino. Aniversário da Liga Anti-Protestante. *A Província*. Recife, ano XXVI, 02/09/1903, n. 211, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/128066_01/14011

¹²⁹ Rio de Janeiro

evangélico pede providencias contra este facto, temendo até que possam os partidários da religião sofrer qualquer agressão pessoal ¹³⁰.

Crabtree (1962) afirma que essa reação protestante levou um grande debate ao grande público:

Mas, graças à discussão do assunto na imprensa, o povo estava mais bem informado para compreender o atentado à liberdade de consciência, e à Constituição Brasileira que outorga direitos iguais a todos os credos, e houve uma reação valente contra a teimosia dos ultramontanos. A 20 de setembro, A Província, do Recife, publicou o programa ousado da Liga que "teve o efeito da mecha ao tocar o estopim". O povo ficou dividido em dois acampamentos, os ultramontanos e os liberais. As discussões do assunto nas ruas, nos bondes e nos lugares públicos esclareceram para todos que estavam em dúvida, a afronta da Liga antiprotestante à Constituição do país. Assim muitas pessoas chegaram a compreender pela primeira vez que as denominações evangélicas têm os mesmos direitos constitucionais que os católicos (p. 223).

Figura 4: Charge do jornal Tagarela (RJ) de 08 de outubro de 1903



Fonte: Hemeroteca Nacional

Novamente é válido ressaltar que esses políticos e intelectuais que iam em defesa aos protestantes não eram integrantes desse grupo. As razões para a defesa

¹³⁰ ANAES DA CAMARA DOS DEPUTADOS, 1903, Rio de Janeiro. *Anaes da Camara dos deputados sessões de 1 a 30 de setembro de 1903* [...]. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904. v. 5, p. 478. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/060917_02/17912

iam desde posicionamento liberal, anticlerical, republicano, entre outros. O Deputado Germano expressa que mediante a sua função não teria como não ir em favor dos reformados: “Entretanto para prevenir sucessos possíveis, desde logo levantava o protesto que me julgava obrigado, como republicano, diante da Constituição e, sobretudo, por ser representante de um Estado onde existem mais de 300.000 acatólicos”¹³¹.

No dia 25 de setembro, Hasslocher traz novamente a questão da queima, já que na sessão do dia 22 o também deputado Júlio Mello, representante de Pernambuco, afirmou que a bancada de deputados pernambucanos não sabia deste evento e, por isso, não haviam agido. O próprio D. Luiz, Bispo de Olinda, redigiu uma carta, publicada no dia 24 no jornal *A Província*, contra o posicionamento de Hasslocher, elencando as razões desse ato. Das quatro justificativas destacaremos duas:

1º Que estaríamos em nosso direito se a queimássemos, desde que aqueles a quem pertenciam no-las deram para esse fim, e não na autoridade que se julgue com direito de impedir que o proprietário destrua, como lhe parecer, papéis que lhe são inúteis

2º É mentira que eu tivesse ordenado a queima de bíblias, que levou os ministros da seita evangélica a chorar tanto, que suas lágrimas fossem *engrossar* as águas do Rio de Janeiro. O programa da sessão da Liga contra o protestantismo diz que serão presentes os exemplares falsos, destinados ao fogo, o qual será provavelmente da cosinha¹³².

Hasslocher então ressalta novamente que se o estado não impedir a queima ou não se manifestar está agindo anticonstitucionalissimamente:

Mas, sr. Presidente, si levantei-me aqui, em nome dos princípios constitucionais que asseguram a plena liberdade religiosa, foi porque achava que era um direito meu fazê-lo, tanto mais quanto a liberdade religiosa, foi porque achava que era um direito meu fazê-lo, tanto mais quanto a liberdade religiosa consagrada na nossa Constituição tem a plena garantia das nossas leis orgânicas. Nem seria possível a liberdade, si porventura o Estado, o Poder Público, não socorresse a todo momento essa mesma liberdade, quando ameaçada ou violentada¹³³.

¹³¹ ANAES DA CAMARA DOS DEPUTADOS, 1903, Rio de Janeiro. Anaes da Camara dos deputados sessões de 1 a 30 de setembro de 1903 [...]. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904. v. 5, p. 621. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/060917_02/18055

¹³² DOM LUIZ. Coluna variada. *A Província*. Recife, ano XVII, 24/09/1903, suplemento do n. 214, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/128066_01/14027

¹³³ Ibidem, ver nota 158.

Os deputados Mello e Celso de Souza, também pernambucanos, se posicionaram contra o deputado do Rio Grande do Sul, afirmando que, de acordo com a publicação de D. Luiz, o ato não seria exposto como foi o primeiro, mas sim na cozinha da igreja, e como os livros foram doados eles poderiam fazer o que bem quisessem. Hasslocher falou que mesmo sendo um ato íntimo não muda o fato de ser intolerante:

Mas, Sr. Presidente, não é o intuito de vir contestar a S. S. esse direito que me faz levantar aqui, e sim o intuito de mostrar ao Sr. Bispo de Olinda que não é, como S. Ex. pensa, um direito de qualquer congregação religiosa, de qualquer associação religiosa, queimar, porque adquiriu com seu dinheiro, symbolos de qualquer outra religião; isto constitui um crime e um crime punido pelo nosso código¹³⁴.

Ele até usou o exemplo de alguém que compra um tecido verde, costura um tecido em losango amarelo e um globo azul com os dizeres "ordem e progresso" e usa este tecido para secar o chão e a louça de casa. A pessoa comprou o tecido e faz dele o que bem entender. Mas não tem como não associar este ato a uma ofensa direta à nação. De igual modo não teria como desassociar esta queima a uma afronta e intolerância a um símbolo importante da outra religião:

Ninguém contesta, porém, que, se amanhã, em nome dessa mesma liberdade religiosa, eu praticasse o ato miserável e mesquinho de agarrar o símbolo da Igreja Católica, paramentos de um sacerdote e de com fosse cobrir um boneco, que fosse arrastar, em carola, através das ruas, para terminar por um auto de fé, ninguém deixaria de ver neste meu procedimento um atentado verdadeiramente revoltante contra princípios que a Constituição garantiu neste país¹³⁵.

Ele ainda levanta a questão da ilegalidade não só da queima, mas da própria Liga: "Pergunto: diante de um dispositivo desta natureza, pôde viver legalmente uma agremiação religiosa que tem por objetivo combater outras agremiações religiosas? Não"¹³⁶.

¹³⁴ ANAES DA CAMARA DOS DEPUTADOS, 1903, Rio de Janeiro. Anaes da Camara dos deputados sessões de 1 a 30 de setembro de 1903 [...]. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904. v. 5, p. 623. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/060917_02/18057

¹³⁵ Ibidem.

¹³⁶ ANAES DA CAMARA DOS DEPUTADOS, 1903, Rio de Janeiro. Anaes da Camara dos deputados sessões de 1 a 30 de setembro de 1903 [...]. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904. v. 5, p. 625. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/060917_02/18059

Em resposta, na sessão do dia seguinte, o deputado Celso acusou Hasslocher de se preocupar demais com as questões pernambucanas, como se os deputados deste Estado não prezassem pela lei:

Sr. Presidente, posso asseverar a V. Ex. que o honrado D. Luiz, no seu posto de bispo da importante diocese de Olinda, tem sabido respeitar as leis do seu país, conhece e resta todo o acatamento a Constituição; e não lhe falta critério, nem amor à sua pátria para saber pairar numa região superior, acima das dissensões políticas, mostrando-se sempre um elemento de paz e concórdia no meio de seus jurisdicionados cuja estima e apreço tem sabido conquistar. São, portanto, destituídas de fundamento as proposições que o honrado Deputado fez da tribuna, acusando aquele eminente prelado e os catholicos de Pernambuco¹³⁷.

Após diversas brigas na câmara realizou-se no domingo, 27 de setembro, o aniversário da Liga. Celestino explica: “Os 130 volumes bíblicos, expostos sobre a mesa à vista de todos, e destinados às chamas, foram queimados pelo povo no mesmo dia, ao meio-dia em ponto, na pequena horta, atrás da sacristia da mesma igreja da Penha”¹³⁸. De acordo com ele, toda a reclamação e exposição de Ginsburg, que levou o caso para a câmara dos deputados, nada mais foi do que falta de interpretação de texto. Afinal, em sua publicação de anúncio da queima em nada foi dito que seria em praça pública, o que caracterizaria crime de intolerância religiosa. E rebatendo a acusação de Hasslocher de ser a instituição da liga algo já intolerante, ele explicou:

O que a Liga deseja não é a destruição dos nossos infelizes irmãos separados, e sim dos erros pestíferos, dos princípios envenenados, e das heresias horripilantes que eles andam espalhando entre nosso povo fiel. Se combatemos contra o protestantismo, não é porque tememos que a nossa fé, a fé catholica romana, se perca; pois, ella vem de Deus, e já lançou profundas raízes na maioria dos filhos d'esta terra que é e será sempre a *terra da Santa Cruz*; mas é porque não podemos, nem devemos deixar que a heresia protestante se alastre¹³⁹.

Todo este argumento, e a queima ocorrer no interior da igreja protegeu constitucionalmente a Liga e por isso não recebeu nenhuma penalização. Entretanto,

¹³⁷ ANAES DA CAMARA DOS DEPUTADOS, 1903, Rio de Janeiro. Anaes da Camara dos deputados sessões de 1 a 30 de setembro de 1903 [...]. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904. v. 5, p. 680. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/060917_02/18114

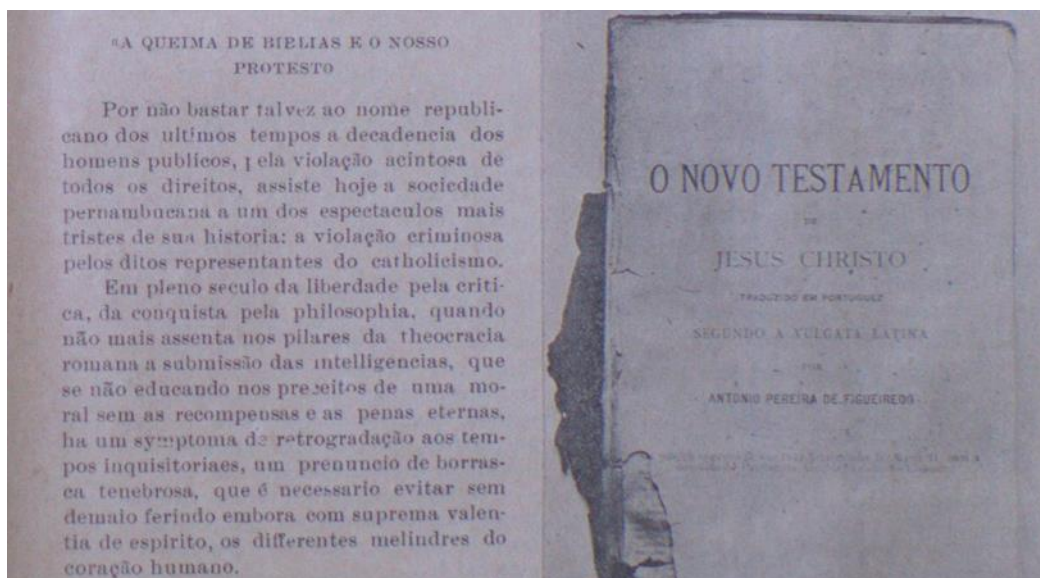
¹³⁸ PEDÁVOLI, Celestino. Aniversario da Liga anti-protestantismo. *A Província*. Recife, ano XVII, 29/09/1903, n. 218, p. 2. http://memoria.bn.br/DocReader/128066_01/14048

¹³⁹ Ibidem.

tal qual a primeira queima, a segunda foi tecida de críticas, agora abrangendo um número maior de grupos. Pedro D'Able, da liderança Espírita, escreveu um artigo no Jornal de Recife, nomeado de "Uma queima de bíblias no século XX":

Mas isto não tem jeito, senhores! E' uma verdadeira desorientação, ultrajar-se com acidente a opinião alheia, porque não concorda com a nossa, principalmente em assumptos religiosos que foram sempre motivo de grandes calamidades! Cautela! Pode-se desencadear graves tormentas! Relembrai a história e vede que a lei não vos protege agora" [...] Peço, porém, em nome de Deus, do Deus que não tem pátria, nem ritos, nem ministros para chegar até ele do Deus-amor, do Desluz, do Deus-Verdade, do Deus que está na consciência de todos, para quem os dogmas e as bíblias são letra morta quando as obras nação correspondem ás palavras, que não acendam de novo as fogueiras da Inquisição dentro dos claustro da Penha¹⁴⁰.

Figura 5: Publicação do dia 10 de outubro de 1903 do Jornal Batista em revolta a segunda queima de bíblias mostrando a imagem de uma das bíblias salva do incêndio



Fonte: Hemeroteca

Nesse momento, diversas figuras não protestantes, sejam religiosos como os espíritas, ou liberais, os quais veremos a frente, utilizam esse episódio para expressar sua opinião sobre a política religiosa brasileira, a qual ainda favorecia demasiadamente o catolicismo. O movimento Espírita chegou até a criar uma Liga

¹⁴⁰ D'Able, Pedro. Uma queima de bíblias no século XX. *Jornal de Recife*. Recife, ano XLVI, 01/10/1903, n. 220, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/705110/46134>

Contra o Clericalismo em 1907, anunciada em 27 de fevereiro no *Jornal de Recife*, por Pedro Bandeira de Carvalho Filho, mas sem grande repercussão.

Os liberais, nas figuras de João Barreto de Menezes e Symphronio de Magalhães, começaram uma série de publicações em defesa da liberdade de culto protestante no *Jornal de Recife*, *Diário de Pernambuco* e *Jornal Pequeno*. No artigo "Touperia de sandálias", eles dissertaram sobre o silêncio de Celestino diante das críticas: "Depois de se metter na fumaça do silencio manhoso, que é um vivo característico do jesuitismo, apareceu, afinal, o roupeto, vulgo Celestino babando sobre a honra da imprensa pernambucana todo o seu ódio, que é uma espécie de hydrophobia religiosa"¹⁴¹. Interessante notar o uso do termo "Jesuítica". Apesar dos frades da Liga serem capuchinhos, chamá-los de jesuítas era um tipo de xingamento. Graças à expulsão deste grupo do país no governo pombalino, todo um ideário negativo foi criado em torno dessa ordem religiosa. Os nomes dos artigos desses dois intelectuais são bastante chamativos: "São Pedro em Ceroulas", "Mortalha de couro", "Um novo carola", "Ratos de Opereta", "Príncipe de Oba", "Apaguem-se as fogueiras", "Agente-se no balanço", "Bananeira Velha", "Rabo do pavão", entre outros. Outro nome na luta anticlerical é C.A., que publicava no *Jornal do Commercio* e era republicado no *Jornal de Recife*: "Dessa infeliz queima de Biblias Frei Celestino devia ter sahido mais queimado que os livros dos protestantes, porque os devotos, embora com os olhos turbads pela fumaça do auto da fé, vião claramente o fanatismo"¹⁴². Nilo Alves, secretário da Igreja de Cristo no Recife, escreve uma declaração pública no *Jornal Pequeno* em agradecimento a João Barretto de Menezes em nome dos batistas:

A Egreja de Christo no Recife, denominada Baptista, em sua última sessão ordinária reconhecendo vossos inolvidáveis serviços prestados à causa da liberdade de consciência, resolveu por votação unanime que vos fosse endereçada uma prova de gratidão pelo brado heroico que deste no *Jornal Pequeno*. [...]O altíssimo que vos ampare e guie.¹⁴³

¹⁴¹ MENEZES, João. MAGALHÃES, Symphronio. Toupeira de sandálias. *Jornal de Recife*. Recife, ano XLVI, 27/10/1903, n. 242, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/705110/46223>

¹⁴² C.A. Inquisição de quintal. *Jornal de Recife*. Recife, ano XLVI, 25/10/1903, n. 241, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/705110/46219>

¹⁴³ ALVES, Nilo. Colunas Variadas. *Jornal Pequeno*. Recife, ano VII, 07/10/1905, n.226, p. 1.

Em contrapartida, surgem também intelectuais católicos como Balthasar Pereira, João José da Silva Brasil, Gonçalves Maia, Antônio Ferreira Campos (o ex-pastor batista) e Francisco Solano José Campello, que o defendem em *A Província*. Um dos vieses seguidos em suas publicações era contrapor a ideia de que o ato da queima demonstrava uma volta à inquisição, uma volta ao passado, logo uma antimodernização, sendo o catolicismo uma religião que empacava o progresso estampado na bandeira nacional. Gonçalves Maia defende então: "Mas em religião não há progresso; ella é hoje o que era há muitos séculos; e a beleza e força das crenças católicas estão na sua imutabilidade. Uma religião que se transformasse passaria a ser moda"¹⁴⁴. Ocorre uma troca de farpas entre os intelectuais, que por serem figuras da política e da área militar da região, acabam saindo de acusações religiosas para entrar em assuntos pessoais e de histórias do passado, o que torna de difícil compreensão certos conflitos entre os personagens. Destacamos também as publicações de A. Campos, que durante sua jornada no protestantismo foi grande amigo de Ginsburg. Tanto que, durante as críticas das lideranças batistas, as posturas de A. Campos, Ginsburg sempre o acolhia. Na sua fase católica, além de criticar as publicações e doutrinas protestantes, ele escreveu artigos direcionados ao pastor Batista, iniciando com a frase "meu caro amigo" e utilizando essa expressão ao decorrer do texto. Ginsburg nunca o respondeu, nem em sua autobiografia, *um judeu errante no Brasil*¹⁴⁵, ele cita este episódio nem a sua pessoa. Um pseudônimo, "Uma mãe de família", é a única publicadora detectada em todo o embate entre católicos e protestantes. Ele publica uma carta destinada a João Barreto de Menezes, e é interessante como ela defende sua fé a partir da perspectiva do papel feminino:

[...] entre as religiosas, encontram-se muitas, mas muitas, senhoras da mais fina educação, e de ilustração tão completa e variada quanto é possível a cérebros femininos. Existe, infelizmente, muita mulher escrava, mas é de seu próprio marido, que não tem para com ella a indulgencia devida à fragilidade do seu sexo [...]¹⁴⁶

¹⁴⁴ MAIA, Gonçalves. Cartas fluminenses. *A Província*. Recife, ano XXVI, 14/10/1903, n. 231, p. 1

¹⁴⁵ GINSBURG, Salomão Luiz. *Um Judeu errante no Brasil*. Rio de Janeiro: Junta de Educação Religiosa: Casa Publicadora Batista, 1970.

¹⁴⁶ UMA MÃE DE FAMÍLIA. Para o sr. João Barretto lêr. *A Província*. Recife, ano XXVIII, 15/02/1905, n. 41, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/128066_01/15536

Paralelamente a isto as lideranças continuam publicando. Ginsburg faz uma sequência de artigos no *Jornal de Recife* nomeado de *Ao Público*, onde continua expor as bases do protestantismo e apontando, na sua visão, os erros do catolicismo:

Já declaramos em várias ocasiões e aqui o repetimos, que melhor serviço o frei Celestino não nos podia ter prestado. Com aquele acto, verdadeiramente selvagem, o frade provou o espírito da seita italiana, como o mais anchronico e improprio do século. A queima de Biblias havendo despertado as consciencias adormecidas no jugo nefando do corolismo, provou a pujança e o valor do Evangelho, que é “o poder de Deus para salvar a todo aquelle que crer”¹⁴⁷.

João Coelho da Silveira, também batista, publica no Diário de Pernambuco também a respeito da queima. Já os católicos se dedicam em uma sequência sobre a questão operária. O efervescer dos intelectuais dura entre os últimos três meses de 1903. Em 1904, o cenário do embate retoma a “normalidade”, mas é perceptível que os números de publicação de ambos os lados caem. O Frei Celestino viaja para a Itália e retorna apenas em dezembro, paralisando o trabalho da Liga, e Ginsburg faz uma viagem em julho para os E.U.A deixando o missionário W.H. Canadá em seu lugar. Há também a criação de seus próprios periódicos religiosos, como O Estandarte (presbiteriano) e Jornal Batista, gerando uma migração das publicações para estes órgãos. Contudo, ainda continuavam publicando nos periódicos seculares por serem mais baratos e terem maior tiragem, fazendo assim que as notícias chegassem a mais pessoas.

4.3 Em defesa da fé

Em 1905, destaca-se o embate entre o redator do Jornal de Recife, Oswaldo Machado, utilizando seu pseudônimo Fly, contra o Bispo diocesano D. Luiz e os capuchinhos da Penha, principalmente o Frei Celestino. O foco era justamente o jesuitismo. Machado, como bom liberal, era totalmente contra a Companhia de Jesus, e publica um artigo criticando esta congregação: “Inimigos de toda liberdade intelectual, sempre se mostraram incompatíveis com o progresso. [...] A religião está para o jesuitismo como a noite de escuro para a surra do moleque”¹⁴⁸. Entretanto, Fly

¹⁴⁷ GINSBURG, Salomão. A Questão evangélica, ao público I. *Jornal de Recife*. Recife, ano XLVI, 07/10/1903, n. 225, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/705110/46155>

¹⁴⁸ FLY. Aos Domingos – Jesuítas no Brazil. *Jornal de Recife*. Recife, ano XLVIII, 15/01/1905, n. 12, p.1. Disponível: <http://memoria.bn.br/DocReader/705110/47690>

deixa claro ser contra este grupo, não ao catolicismo “Para fazer religião bastam os nossos padres, não precisamos desta gente que não pega em dinheiro, mas pertence a ordens que acumulam fortunas colossais.”¹⁴⁹. Tanto que de acordo com o *Pequeno Jornal* Machado, “é quem, na imprensa, mais tem atacado os frades e padres e quem já aconselhou, nas colunas editoriais do Jornal do Recife, a expulsão de frei Celestino de Pedavoli, subprefeito da Penha”¹⁵⁰. Frei Celestino retoma assim suas publicações depois de viajar para Itália: “Ah! Pobres filantropos humanitários, porque não respeitais a companhia de Jesus que renovou sobre a terra em proporções vastíssimas os prodígios”¹⁵¹. Esta temática perdura até março. A crítica ao protestantismo fica de lado. E após um bom período paralisada ela emite um aviso:

Esta importante associação, cujos trabalhos foram interrompidos em consequência da viagem de seu digno vice-diretor, o rvdmo. e talentoso Frei Celestino de Pedavoli, recomeçou agora seus trabalhos, com o regresso do eminente missionário. Domingo, 15 do corrente, reuniu em sessão particular e anteontem em sessão geral, muito corrida. Após a missa, em que comungaram muitos associados, procedeu-se a leitura da acta, falando o revd. frei Celestino, que a mostrou sem razão dos protestantes, na sua infrene propaganda contra o catolicismo, desde que é princípio protestante ser suficiente crê na divindade de Jesus Christo para obter a salvação e que esta crença é o dogma fundamental de nossa fé. Continua, pois, de pé a invencível Liga, pelo que devemos louvar, honrar e glorificar o Santíssimo Coração Eucharístico de Jesus, que nos concedeu graça de vermos novamente ao rvdmo. Frei Celestino em seu posto de honra, “combatendo os bons combates do Senhor”¹⁵².

As publicações dos protestantes são quase nulas nos primeiros meses. Apenas quando *A Província* acusa o sapateiro Fellipe Santiago Borges, um evangelista, de matar Olympio Damião Tavares por ser um fervoroso católico. Ginsburg responde à acusação:

Examinando o livro de membros da Igreja de Christo, denominada Baptista, e indagando de pessoas competentes das outras Igrejas evangélicas existentes nesta cidade, chegamos a verificar, que o tal

¹⁴⁹ Ibidem.

¹⁵⁰ *Jornal Pequeno*. Recife, ano IX, 01/07/1907, n. 122, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800643/9392>

¹⁵¹ PEDÁVOLI, Celestino. Os Jesuytas. *A Província*. Recife, ano XXVIII, 17/01/1905, n. 14, p. 2.

¹⁵² LIGA contra o protestantismo. *A Província*. Recife, ano XXVII, 24/01/1905, n. 19, p.1

Felippe Santiago Borges, nunca foi evangelista, ou membro de qualquer igreja evangélica¹⁵³.

Celestino aproveita essa situação para reacender as críticas: “Acaso uma laranjeira pode dar figos, um pessegueiro aboboras? Como pode nos garantir a felicidade do céu essa heresia que brotou do coração de um frade que não soube ser casto, sério e digno de uma sociedade honesta?”¹⁵⁴. Mas até outubro de 1906 não se vê mais um embate midiático tal qual os dois primeiros anos. É necessária outra queima para reacender o furor pela defesa da fé.

4. 3.1 A terceira queima

Em 16 de outubro de 1906 na frente da Igreja Católica Matriz de Caruaru ocorre outra queima de bíblias.

Pela terceira vez, o sr. Frei Celestina violou a lei da Constituição brasileira, queimando Bíblias publicamente, servindo de grande surpresa até as próprias autoridades, que não comungam com sentimentos tão baixos. Duas vezes frei Celestino ficou impune deste crime, e animado, julgando que haverá para ele uma impunidade perene, repetiu a 3ª Queima de Bíblias no dia 16 de outubro corrente, sendo desta vez em Caruaru, em frente da própria Matriz. [...] Frei Celestino continua a afrontar a nossa Constituição e, se sair sempre impune, chegará ao ponto de queimar nas fogueiras inquisitórias (que para isto criará), até as próprias autoridades que em matéria de religião pensarem diferente dele, pois parece que ele quer celebrar-se em inquisição; e o que tem feito, pensamos que é apenas um ensaio¹⁵⁵.

Celestino explica que a queima não foi organizada por ele, mas sim promovida pela população de Caruaru. Celestino expõe, no dia 24 de outubro, que este ato não foi contra o cristianismo nem à constituição. Ele exemplifica com o capítulo 19 de Atos:

Então muitos dos que creram vinham e confessavam publicamente as coisas más que haviam feito. E muitos daqueles que praticavam feitiçaria ajuntaram os seus livros e os trouxeram para queimar diante de todos. Quando calcularam o preço dos livros queimados, o total chegou a cinquenta mil moedas de prata. Assim, de maneira

¹⁵³ GINSBURG, Salomão. Ao publico pernambucano. *Jornal de Recife*. Recife, ano XLVIII, 24/09/1905, n. 190, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/705110/48417>

¹⁵⁴ COMBATE ao protestantismo – com vistas a Salomão Ginsburg e seus comparsas I. *A Província*. Recife, ano XXVII, 24/08/1905, n. 190, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/128066_01/16891

¹⁵⁵ CAMPELLO, Pedro. 3ª queima de bíblias. *Jornal de Recife*. Recife, ano XLIX, 21/10/1906, n. 240, p.3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/705110/49812>

poderosa, a mensagem do Senhor era anunciada e se espalhava cada vez mais¹⁵⁶.

Ele faz uso do próprio argumento dos protestantes, ter a bíblia como única fonte para a doutrina cristã, para basear a queima. Ele ainda encerra a publicação falando: “Breve a nossa valente Liga antiprotestante imitará este evangélico exemplo, queimando, privadamente, muitíssimas bíblias, folhetos, jornais e outros livros protestantes”¹⁵⁷, incentivado “odiar, detestar essa religião bastarda”¹⁵⁸. Pedro Campello responde: “Onde, meu frei Celestino, Jesus recomendou o ÓDIO uma vez dizer?! O ódio é característico do enganador de Eva”¹⁵⁹. Ele também faz um apelo ao governador do Estado e ao chefe de polícia sobre esta fala de Celestino, temendo uma quarta queima de bíblias.

Aos exms. Srs. Drs. Governador do Estado e Chefe de Polícia.
Em franca desobediência ao artigo 185 de nossa Constituição e requintado desrespeito às ilustres pessoas de v. v. excs., o revdm, frei Celestino veio pela *Província* de 24 corrente, anunciando para breve outra queima de Bíblia, a 4º portanto. [...] Nestas condições, srs. Drs. Governador e chefe de polícia, consentir que esse frade queima pela 4ª vez o objeto principal de uma religião, é concorrer diretamente para uma infracção à Constituição da República, cuja responsabilidade cabe na maior parte sobre v.v. excs., a quem compete fazer, até a força, respeitar a Constituição, impedindo a nova queima de bíblias evangélicas¹⁶⁰.

Durante o restante do ano, o frade faz uma sequência de publicações escrevendo sobre o motivo da queima dos escritos protestantes ser correta perante Deus. Não vemos a opinião do publicador Salomão Ginsburg, pois ele encontrava-se na Bahia. Além de Pedro Campello, vemos o posicionamento dos também batistas Arthur Lindoso e João Borges da Rocha, que perdura pelo ano de 1907 e início de 1908. Não foi detectada alguma ação do governo de Pernambuco e não houve a quarta queima de bíblias.

¹⁵⁶ BÍBLIA, N. T. Atos dos Apóstolos. In: BÍBLIA de Estudo Plenitude para Jovens. Tradução: Nova Tradução na Linguagem de Hoje. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2000. p. 1413.

¹⁵⁷ PEDAVOLI, Celestino. A queima de bíblias falsas. *A Província*. Recife, Ano XXIX, 24/10/1906, n. 242, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/128066_01/18759.

¹⁵⁸ Ibidem.

¹⁵⁹ CAMPELLO, Pedro. Abjuração na Penha. *Jornal de Recife*. Recife, ano XLIX, 28/10/1906, n. 246, p.3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/705110/49836>

¹⁶⁰ Ibidem.

Em 1907, o tema principal é a Maçonaria Pernambucana e a necessidade de uma real liberdade religiosa no país, onde as queimas de bíblias não fossem ignoradas pelo estado, como aconteceu com o incêndio do Templo Batista em Timbaúba¹⁶¹ no início de 1907:

O sr. Antônio de Barros e Silva, delegado de polícia de Timbaúba, recebeu do dr. Santos Moreira, chefe de polícia, um telegrama relativamente ao incêndio do templo protestante naquele município, em a noite de 29 para 30 de dezembro do ano próximo findo¹⁶².

Havia várias acusações a grupo diferentes. Alguns acusávamos coronéis José Borba e Urbano da Palma por terem afirmado “os evangelistas ofendem a Igreja catholica ali situada e era conveniente mandar incendiar a sua casa de orações”¹⁶³. Já outros acusavam os donos dos principais engenhos de Cana de Açúcar da região de *Olho d’água*, por também publicamente se manifestarem contra esse grupo. Os dias passam e prossegue apenas a promessa de justiça, mas nada é feito. O *Jornal de Recife* então publica “A impunidade gera novos crimes, alenta o criminoso, dá-lhe audácia para outras brulhaturas, máximo agora que há uma propaganda odienta contra os que não comungaram nas crenças católicas”¹⁶⁴. Os Maçons aproveitam o momento para construir críticas a ineficácia da constituição: “O momento é crítico; qualquer fraqueza nos entregará, de pés e mãos, ao clericalismo cosmopolita, sem pátria e sem família, e que está a *solopar* a família brasileira, hoje secularizada”¹⁶⁵. Graças a falta de acervo, não encontramos as edições de *A Província*, periódico porta voz da Liga, nos anos de 1907 nem 1908. A partir de 1909 já não se encontra nenhuma publicação da Liga.

Em 29 de agosto de 1910 frei Celestino de Pedavoli falece de “gripe intestinal”. O Pequeno Jornal informa sobre seu óbito: “zombou dos recursos da medicina e dos desvelos dos seus dedicados irmãos de hábito”¹⁶⁶. Foi lembrado como polemista, orador, e lutador pela causa católica. Foi enterrado no Cemitério de Santo Amaro, na

¹⁶¹ Cidade da Mata Norte de Pernambuco

¹⁶² TEMPLO incendiado. *Jornal de Recife*. Recife, ano L, 15/01/1907, n. 12, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/705110/50084>

¹⁶³ Ibidem.

¹⁶⁴ NOTAS e impressões – O crime de Timbaúba. *Jornal de Recife*. Recife, ano L, 16/01/1907, n. 13, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/705110/50087>

¹⁶⁵ VINÍCIUS. A’ maçonaria pernambucana. *Jornal de Recife*. Recife, ano L, 01/03/1907, n. 49, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/705110/50234>

¹⁶⁶ FREI Celestino de Pedavoli. *Jornal Pequeno*. Recife, ano XII, 30/08/1910, n. 194, p. 1.

catacumba nº 519. Contudo, hoje se encontra enterrado onde tanto trabalhou: na Igreja da Penha.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quais os limites da fé? Há limites para expressar a fé? Seria a tolerância a outras religiões sinal de incredulidade e infidelidade? Será a tolerância a solução para conflitos religiosos?

A história do Brasil é tecida por diferentes culturas e com a imposição da portuguesa em diversas áreas, como na língua e na fé. Desde a chegada dos lusos na América, as religiões dos nativos eram vistas como inferiores e a imposição católica se iniciaria. Ronaldo Vainfas explica:

mulheres e homens humildes, escravos, forros ou homens livres, aprisionados ou deserdados na sociedade colonial escravista. Gente, cuja religiosidade híbrida e heterodoxa, a impregnar os mínimos detalhes do dia a dia, iria estimular a ação devastadora da Inquisição portuguesa, preocupada não só com o suposto judaísmo dos cristãos novos, mas com a persistência da cultura e moralidades populares infensas aos dogmas católicos. Religiosidade que, na Colônia, seria ainda mesclada de crenças e costumes ameríndios e africanos, sincretismo resultante da própria situação colonial (1988, p. 167).

Portugal traz para a terra de Vera Cruz seu tribunal. Rossana Britto e Fábio Py Murta de Almeida afirmam que este órgão se institui logo no século XVI e perpetua, de forma prática, até o século XVIII:

As duas primeiras visitas ocorreram na região mais rica do mundo colonial lusitano: o Nordeste brasileiro. Foram investigadas as condutas relativas à fé dos colonos e aos seus costumes. A derradeira visita foi ao Grão-Pará, no século XVIII. No tempo da graça (30 dias), homens e mulheres da colônia poderiam confessar seus pecados à mesa do Santo Ofício e, assim, alcançar a absolvição da Igreja (2014, p. 1080).

As manifestações religiosas dos indígenas e africanos era vistas como feitiçarias e denunciados ao Santo Tribunal brasileiro. Luiz Mott exemplifica:

Um escravo de nome Francisco, propriedade de Manoel de Lopes de Sá, é preso sob a acusação de “ter feito muitos estragos e malefícios” com o uso de artes diabólicas, matando a cinco inocentes graças a seus feitiços. [...] Segundo denúncia de Manoel dos Santos, referendada por mais oito testemunhas, na Ribeira do Mearim vivia um morador local, Antônio Brito Tavares, que trazia no pescoço uma dessas bolsinhas, contendo diabólica oração: “Barrabás, Satanás e Diabo Coxo mais velho: entrego-vos todos os meus poderes para me valerem contra os meus inimigos, pois antes de Cristo nascer, já tinham todos os poderes!”. De fato, no imaginário popular, o diabo

fazia-se muito mais presente no cotidiano de brancos, negros e índios do que a revelada pelos historiadores ortodoxos (p. 48-49).

Embora o Santo Tribunal de Ofício tenha se encerrado com a Revolução do Porto (1821), a prática catequizadora e aculturada causou mais danos às demais religiões. Muitas aldeias indígenas perderam suas práticas religiosas e muitos africanos precisaram passar pelo processo de sincretismo a fim de perpetuar suas práticas de fé, sendo batizados como marca de domínio. O já abordado processo de laicização no Brasil estimulou a Igreja brasileira a reagir ao novo cenário. Os protestantes sofreram na sua inserção, como o caso narrado nos capítulos anteriores. Mas, para além de bíblias queimadas, muitas vidas foram perdidas sem a justiça devida. Vale conceituarmos o que seria perseguição. Edilberto Busto explica: “A perseguição religiosa é o ato ou prática sistemática de opressão ou assédio de um indivíduo ou grupo, maltratando-os com base na expressão de suas crenças religiosas.” (2022, p. 84). Um exemplo era a prática de destruir templos. Cláudio Souza (2013) exemplifica:

O trabalho presbiteriano em Nazaré¹⁶⁷ teve início com a presença do missionário presbiteriano John Rockwell Smith (1846-1918), natural do Kentucky/EUA, que chegou a Pernambuco em 15 de janeiro de 1873, depois de organizar a Igreja Presbiteriana de São Paulo. Organizou a Igreja Presbiteriana do Recife, em 11 de agosto de 1878, e diversos trabalhos missionários que abarcavam toda a faixa litorânea até Fortaleza, Ceará. A dificuldade em acompanhar o núcleo presbiteriano em Nazaré, aliada à saída de John Rockwell Smith do estado em 1890, deixou os presbiterianos de Nazaré sem assistência e apoio necessários, que teria coincido com uma perseguição movida pelos católicos, que lhes destruíram a casa que servia de templo, causando a dispersão do trabalho (p. 9-10).

O mesmo ocorreu com o templo batista na cidade de Timbaúba, como já citado. Violências contra os fiéis e missionários também eram comuns. Elizete da Silva (1999) expõe um relato da Primeira Igreja Batista da Bahia:

Em 1884, durante um culto, que se fazia em casa de um irmão recém-convertido aconteceu “súbita perseguição e violência contra o irmão Bagby e o dono da casa o irmão “Pedro do Ó.”, pedradas no irmão Pedro e sua senhora e outra no irmão Babgy, na parte superior da testa, do lado direito, que o prostrou em terra por uma síncope momentânea, abrindo uma brecha de uma polegada de comprimento,

¹⁶⁷ Cidade Nazaré da Mata localizada na Mata Norte de Pernambuco

deitando bastante sangue que estancou logo que foi medicado” (p. 64).

Com o decorrer dos anos, o protestantismo foi ganhando mais aceitação e surgiu um novo cenário: evangélicos x evangélicos. Clara Schettini (2019) narra sobre a inserção da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias nas primeiras décadas do século XX. Além de impasse com as lideranças católicas, os missionários da Igreja SUD¹⁶⁸ precisaram lidar com pastores protestantes já estabelecidos em Joinville:

um pastor adventista, Mr. Kaltenhaeuser, atacou a igreja em uma das palestras usando “todas as velhas mentiras” (South American Mission, 1928, p.86), também um pastor Luterano, Has Mueller, publicou no dia primeiro de outubro um artigo contra a igreja em um jornal evangélico de Joinville, os missionários enviaram um livro de Mórmon para o pastor para que ele pudesse se informar melhor e apesar de todos os ataques recebidos a frequências as reuniões dominicais aumentavam a cada semana (p. 711).

Vale ressaltar que, apesar desta mudança de cenário, não implica dizer que não havia mais atrito com o catolicismo. A Igreja Católica ainda é protagonista em diversos casos de intolerância. Entretanto, ao analisarmos toda a elaboração do final do século XIX em reação à laicidade, vemos apenas uma preocupação explícita com as religiões não-católicas de matriz cristã, como o protestantismo. Os embates e violências narrados nesta pesquisa não eram legalizados, apesar de não sofrerem penalização. Contudo, durante a República, surgem leis que visavam impedir e abafar as manifestações de religião de matriz africana sob a justificativa de serem prejudiciais à ordem e à saúde:

o Artigo 157º do Código Penal de 1890 condenava a prática do espiritismo, da feitiçaria, magia, curandeirismo, este último considerado prática ilegal de medicina, bem como a adivinhação, com destaque para a cartomancia, extremamente difundida entre as classes mais altas brasileiras. Na verdade, sabemos que uma fatia importante da clientela dos calundus e mais tarde dos terreiros de Candomblé, advinha dessas mesmas classes, razão pela qual o medo de contaminação e impureza era tão vincado. Essa circulação produzia uma noção de eficácia negativa das religiões afro-brasileiras: por serem eficácias, por produzirem efeitos, ao mesmo tempo que são

¹⁶⁸ Sigla para Santos dos Últimos Dias.

crendice e falsa religião, elas devem ser combatidas (Dias, 2019, p. 44).

A lei prossegue em 1942 sofre uma repaginação, mas com efeitos semelhantes:

Na evolução legislativa, a diferença é que os artigos não vão proibir ou punir todo espírita, curandeiro ou praticante de magia e sim apenas os que praticam o mal. [...] a associação clara dos cultos africanos ao mal, da figura da religião negra ao menos evoluído, ao engano e ao charlatanismo. Também se pode observar o aspecto moral e discriminatório na criminalização das práticas religiosas negras, tanto no início do século XIX como no século XX, onde há diferença na comparação entre o tratamento e condenação dos ritos africanos e do espiritismo “branco” (Fernandes, 2017, p. 120-121).

Havia uma associação da cultura negra com algo maligno e sujo: “A ‘poluição’ étnica e cultural africana era um significativo entrave para o imaginário das elites brancas, que se inaugura com as rebeliões de escravos a partir da primeira metade do séc. XIX e se perpetua até os dias coevos” (Dias, 2019, p. 42). Durante o governo do Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-45), os terreiros foram fortemente combatidos, por serem vistos como locais de disseminação de ideias comunistas. O Serviço de Higiene Mental de Recife livrava a pressão policial dos terreiros, todavia os tornavam locais de estudo, principalmente nos transe, considerados delírios:

A fim de garantir a livre prática do culto, os terreiros de Xangô do Pernambuco livremente se colocaram sob a tutela destas instituições psiquiátricas, disponibilizando-se para a abordagem preconceituosa e para a catalogação como patologia religiosa, diante da verdadeira religião: o catolicismo histórico (Dias, 2019, p. 46).

João Dias (2019) afirma que a Igreja Católica foi aliada no combate ao Candomblé nas décadas de 1950 e 1970 quando se posicionou oficialmente “contra as religiões afro-brasileiras, com um pedido de censura por parte da Arquidiocese do Rio de Janeiro” (p. 45). A justificação para a limitação das religiões afro era principalmente a questão do barulho e higiene. A ideia de uma luta por direitos, que lhes deviam ser garantidos por lei, só ganha espaço no início do século XXI com o estabelecimento de leis como a 10.639 de 2003, que tornava obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, que cinco anos mais tarde seria complementada na lei 11.645 obrigando também o ensino da cultura indígena. Também destacamos a lei 12.519, de 2011, a qual estipulou o dia 20 de novembro

como dia da Consciência Negra. Contudo, a realidade ainda é distante da lei. O site da BBC Brasil, no dia 29 de janeiro de 2023, relata um caso de intolerância religiosa:

Do lado de fora, um homem, que se declarou evangélico, acabara de estacionar um carro de som para interromper a cerimônia e tentava "exorcizar" quem chegava ao local. Indignado, o líder religioso registrou um boletim de ocorrência e fez uma denúncia à Promotoria de Justiça de Combate ao Racismo do Ministério Público da Bahia¹⁶⁹.

Denúncias desse teor são bastante comuns no nosso país. O título de laicidade não parece ser suficiente. A liberdade de culto e de crença é cercada por muros de aceitação. O já citado discurso do deputado Germano Hasslocher em defesa dos protestantes diante da queima de bíblias em 1903 ainda deve ser aplicado aos dias atuais "Nem seria possível a liberdade, si porventura o Estado, o Poder Público, não socorresse a todo momento essa mesma liberdade, quando ameaçada ou violentada"¹⁷⁰. É triste ver como uma lei com mais de 130 anos ainda não é aplicada de forma plena, vivemos em um estado com *Laicritianismo*, na visão de Marques, Schettini e Menezes:

entendendo o como prática vivenciada em um Estado Laico, mas com privilégios para confissões de fé de matriz cristã, geralmente endossados por frutos históricos, através de atos de valorização, representação e aceitação de símbolos e práticas cristãs dentro do Estado Laico (2023, p. 57).

Seria a tolerância religiosa a solução para uma sociedade melhor? Ana Maria D'Ávila Lopes (2012) explica:

Nesse contexto, a tolerância volta a ser invocada pelos multiculturalistas como o melhor meio para proteger as minorias. Contudo, constata-se que, apesar dos seus méritos, a tolerância padece de limitações para promover a virtude da civilidade entre os grupos majoritários e minoritários que compõem a sociedade política globalizada. (p. 68)

¹⁶⁹ BERNARDO, André. 'Liberdade religiosa ainda não é realidade': os duros relatos de ataques por intolerância no Brasil. *BBC Brasil*, 29 de janeiro de 2023. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64393722#:~:text=O%20n%C3%BAmero%20de%20den%C3%BAncias%20de,Grande%20do%20Sul%20\(51\).](https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64393722#:~:text=O%20n%C3%BAmero%20de%20den%C3%BAncias%20de,Grande%20do%20Sul%20(51).)

¹⁷⁰ ANAES DA CAMARA DOS DEPUTADOS, 1903, Rio de Janeiro. Anaes da Camara dos deputados sessões de 1 a 30 de setembro de 1903 [...]. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904. v. 5, p. 621. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/060917_02/18055

As redes sociais e a globalização dão voz a muitas religiões silenciadas. Lopes prossegue:

Nesse novo contexto mundial, o princípio da tolerância volta a emergir como uma alternativa para a construção de uma sociedade pacífica. Apesar de a tolerância ter sido inicialmente associada à ideia da coexistência de crenças religiosas diversas, o seu atual significado tem sido alargado de modo a abranger também a coexistência de minorias étnicas e linguísticas. (p. 73)

Como então uma sociedade conseguirá esta coexistência respeitável com as diversas religiões? Gilbraz Aragão, Raimundo Oliveira e Eliane Vasconcelos (2022) apontam a solução através da educação:

A educação para o diálogo inter-religioso é aquela capaz de agregar pessoas em torno de objetivos convergentes, compartilhar preocupações cotidianas que promovam ações em vista do bem comum, em especial a pessoa humana, onde diferentes religiões poderão estar abertas ao encontro, ampliando contextos, a exemplo de causas relacionadas a ecologia, erradicação da pobreza, luta contra injustiças, proteção dos direitos humanos e, especialmente, das minorias. Para tal, o ensino sobre religião deve ser tratado na escola como objeto de estudo que contribui com a formação geral do cidadão, comporta dialogar com diversos setores, a exemplo da justiça, escolas e religiões, por meio da intersectorialidade (p. 595)

Contudo, por mais que o ensino religioso plural seja um dos componentes curriculares do ensino básico, é importante destacar que muitos dos alunos trazem uma bagagem de suas casas e reproduzem preconceitos, principalmente com as religiões não-cristãs: “Mesmo assim, a ignorância atrelada a fatores culturais, sociais e econômicos, está na raiz da intolerância religiosa” (p. 596). Entretanto, não será uma mudança repentina, e apenas através do ensino e da cidadania alcançaremos uma sociedade de respeito, mesmo que o caminho seja longo:

O respeito à diversidade é um dos valores mais importantes no exercício da cidadania. Convém, inicialmente aceitar que os seguidores de diferentes religiões consideram suas crenças como verdadeiras e, talvez, a única verdade que admitem. Em seguida, permitir que os outros tenham crenças diferentes e poderem, livremente, sem coerção de qualquer espécie mudar de religião, denominação ou crença. Por fim, trabalhar em prol da garantia de livre práticas religiosas, nos limites da razão, cultura e sociedade (p. 597)

5. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AMARAL, Deivison Gonçalves. A corporação cristã em perspectiva transnacional: interações e transferências entre as organizações católicas para trabalhadores de Camaragibe (Brasil) e Val-des-Bois (França). *Revista Mundos do Trabalho*, v. 11, p. 1-23, 2019.

AMARAL, Walter Valdevino; RIBEIRO, Emanuela Souza. Romanização e modernidade: as Filhas de Maria e a normatização da sociedade recifense (1890-1922). *Revista Brasileira de História das Religiões*, v. 1, n. 3, 2009.

ARAGÃO, G. de S.; DE OLIVEIRA, R. V.; DE VASCONCELOS, E. M. R. EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE RELIGIOSA NO BRASIL. *Revista Fragmentos de Cultura - Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas*, Goiânia, Brasil, v. 32, n. 4, p. 594–608, 2023. DOI: 10.18224/frag.v32i4.12875. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/12875>.

ARAÚJO, Vicente Férrer. *Seita Protestantes em Pernambuco. Subsídios Históricos*. Pernambuco: Instituto Archeologico Geographico Pernambucano, 2. ed., 1906.

ARNAUT, Cézar. RUCKSTADTER, Flávio. Estrutura e organização das Constituições dos jesuítas (1539-1540). *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*. Maringá, v. 24, n. 1, p. 103-113, 2002.

ASSUNÇÃO, Paulo. A escravidão nas propriedades jesuíticas: entre a caridade cristã e a violência. *Acervo - Revista do Arquivo Nacional*, v. 15, n. jan/jun - 2002, p. 115-132, 2002. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/200785>. Acesso em: 19 jul. 2023.

AZEVEDO, Ferdinand. A INESPERADA TRAJETÓRIA DO ULTRAMONTANISMO NO BRASIL IMPÉRIO. *Perspectiva Teológica*, [S. l.], v. 20, n. 51, p. 201, 1988. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/1680>. Acesso em: 17 out. 2023.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva. 2007.

BRITTO, Rossana. ALMEIRDA, Fábio. Luteranismo e a Inquisição no Brasil Colônia (século XVI). *Rev. Pistis Prax., Teol. Pastor.*, Curitiba, v. 6, n. 3, p. 1077-1094, set./dez. 2014.

BUSTUS, Edilberto. "...E vos perseguirão" - uma análise sobre a perseguição aos cristãos à luz de Lucas 21:12-19. *Revista de Reflexão Missiológica*, Volume 2, Número 3, p.80-97, jul-dez, 2022, ISSN-2764-8885

CALDEIRA, Rodrigo. O Concílio Vaticano I (1869-1870): Os Cardeais respondem à consulta de Pio IX. *Caminhos*, Goiânia, v. 21, n. 1, p. 275-295, jan./abr. 2023

CANTARELA, Roberta. SILVA, Acir Dias da. "Fahrenheit 451: o vazio da memória num mundo sem livros". *Uniletras. Ponta Grossa*: 2010, v. 32, n. 1, p. 137-153, jan./jun

CARVALHO, José Murilo. *A monarquia brasileira*. Livro Técnico, 1993. Disponível em: <https://gibanet.com/wp-content/uploads/2017/07/A-Monarquia-Brasileira-Jos%C3%A9-Murilo-de-CARVALHO.pdf>. Acesso em: 20 de jul. 2023.

CARVALHO, Maria Goretti. *A Missão do Maranhão (1894-1922): Acontecimentos, particularidades e enredamento nos arquivos capuchinhos*. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale dos Sinos. Curitiba, 2017

CASAMASSO, Marco Aurélio Lagreca. Estado, Igreja e liberdade religiosa na “Constituição Política do Imperio do Brazil”, de 1824. *Anais do XIX Encontro nacional do CONPEDI*, p. 09-19, 2013.

CASIMIRO, Ana. Padroado. *HistedBR UNICAMP*. Disponível em: https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_padroado3.htm#_ftnref1. Acesso em 19 jul. 2023.

CHAHON, Sergio. Visões da religiosidade católica no Brasil Colonial. In: *Revista Digital Simonsen*. Rio de Janeiro, n.1, dez. 2014. Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen

COSTA, Alexandre Basto Alves. *Missão Imperial Oitocentista: Frei Caetano de Messina e os capuchinhos italianos no processo civilizador em Pernambuco*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas: 2017

COSTA, Célio Juvenal; OLIVEIRA, Anderson dos Santos de. Educação, história e religião: a companhia de Jesus dentro do contexto religioso reformista do século XVI. *Impulso*, Piracicaba, 51-64, jan.-abr. 2016.

CRABTREE, A. R. *História dos Batistas do Brasil até 1906*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1962.

DE JESUS, Leonardo Ferreira. “Folhas venenosas”: a reação católica à difusão de livros e Bíblias protestantes na Bahia na década de 1860. *Revista Eletrônica Discente História. com*, v. 1, n. 1, p. 1-13, 2013.

DE MATOS, Alderi Souza. Breve história do protestantismo no Brasil. *Vox Faifae: Revista de Teologia da Faculdade FASSEB*, v. 3, n. 1, 2011.

DE SOUZA, Ney. Catolicismo, sociedade e teologia no Brasil Império. *Atualidade Teológica*, Rio de Janeiro, v.46, p. 127-144, jan./abr. 2014

DE SOUZA, Ney. O Concílio Vaticano I (1869-1870): uma fisionomia da assembléia. *Revista de Cultura Teológica*, n. 25, p. 31-40, 1998.

DIAS, A. G. A imigração norte-americana e a implantação do protestantismo em Americana e Santa Bárbara d'Oeste, SP. *Revista Nures*, São Paulo, v. 1, n. 31, p. 21, setembro-dezembro 2015

DIAS, João. “Chuta que é Macumba”: O percurso histórico-legal da perseguição às religiões afro-brasileiras. *Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*. Ano XII, n. XXII, maio/2019, p. 39-62

DORNAS FILHO, João. *O padroado e a igreja brasileira*. São Paulo: Companhia editora Nacional, 1938.

FERNANDES, Nathalia. A raiz do pensamento colonial na intolerância religiosa contra religiões de Matriz Africana. *Revista Calundu* - vol. 1, n.1, jan-jun, 2017, p. 117-136

GEIER, Vivian Kruger. *Os templos evangélicos, suas configurações espaciais e seu valor para os usuários em Maceió, Alagoas*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Alagoas: 2012

GINSBURG, Salomão Luiz. *Um Judeu errante no Brasil*. Rio de Janeiro: Junta de Educação Religiosa: Casa Publicadora Batista, 1970.

GIRALDI, Luiz. *História da Bíblia no Brasil*. Sociedade Bíblica do Brasil, 201, p. 24. Disponível: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=dZC8AwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP4&dq=b%C3%ADblia+cat%C3%B3lica+no+brasil&ots=3B2T1HJmu1&sig=fEdDE21IJZuHVDQIs1tvpqhgMrw#v=onepage&q=b%C3%ADblia%20cat%C3%B3lica%20no%20brasil&f=false>

HEINEBERG, I. O canibal do Outro: o sagrado e a violência indígenas na visão dos missionários jesuítas do século XVI. *Revista Porto*, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 101–113, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/porto/article/view/4475>. Acesso em: 20 jul. 2023

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. VENDRAME, Maíra Ines. Subordinação, Conflito e Aliança: Uma análise histórica da Diocese no Rio Grande Do Sul (1848-1910). In: MARIN, Jérri Roberto (org.). *Circunscrições eclesiais católicas no Brasil: articulações entre igreja, estado e sociedade*. 1. ed. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2021, p. 71-110.

KIST, Luís. A formação do jesuíta brasileiro e do cristianismo tupi no século XVI. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo, RS. *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos*. São Leopoldo: Unisinos, 2007. CD-ROM.

KLAUCK, Samuel. A imprensa como instrumento de defesa da Igreja Católica e de reordenamento dos católicos no século. XIX. *MNEME – Revista de Humanidades*, 11(29), 2011 – jan / julho, p. 132-148

LÉONARD, Émile G. *O protestantismo Brasileiro: estudo de eclesiologia e [de] história social*. São Paulo: Editora Aste, 2002.

LEONARDI, Paula. Igreja católica e educação feminina: uma outra perspectiva. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 9, n. 34, p. 180–198, 2012. DOI: 10.20396/rho.v9i34.8639587. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639587>. Acesso em: 24 out. 2023.

LEONARDI, Paula. Igreja católica e educação feminina: uma outra perspectiva. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.34, p.180-198, jun. 2009. LEITE, Fábio. O laicismo e outros exageros sobre a Primeira República no Brasil. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 31(1): 32-60, 2011

LOPES, Ana Maria D. Ávila. Da coexistência à convivência com o outro: entre o multiculturalismo e a interculturalidade. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. 20, p. 67-81, 2012.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINKSY, Carla Bassanesi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *Os bispos do Brasil e a imprensa*. São Paulo: Edições Loyola/ CEPEHIB, 1983.

MANCIO, I. S. O Século XIX: Do governo de Dom Pedro II ao Catolicismo retratado na obra de Bernardo Guimarães. In: ALMEIDA, F. A. D. *CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES: UMA ANÁLISE TRANSDISCIPLINAR*. 1. ed. [S.l.]: Editora Científica, v. 1, 2020. Cap. 24, p. 317-334

MARQUES, Luiz; Schettini, Clara; MENEZES, Evily. O “Laicristianismo”: Perspectivas e benefícios da laicidade brasileira para as Igrejas Presbiteriana, Batista e Católica. In: SILVEIRA, Resiane. *Pensamentos e Influências em Religião e Teologia*. Formiga (MG): Editora Uniesmero, 2023, p. 48-60.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Bondade, substantivo feminino: esboço para uma história da benevolência e da feminilização da bondade. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 59, p. 143-170, jul./dez. 2013. Editora UFPR.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Disciplina e Piedade: o movimento feminino católico Brasileiro no começo do século XX. *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Ano IX, n. 26, Setembro/Dezembro de 2016, 185-20.

MARTINS, Antônio. Recepção em Portugal das encíclicas sobre o liberalismo: Mirai vos, Quanta Cura e Immortale Dei. *Lusitania Sacra*, n. 1, p. 41-80, 1 jan. 1989.

MARTINS, Maria; DUARTE, Teresinha. UM ESTUDO DA DEVOTIO MODERNA A partir da análise da obra Imitação de Cristo (1420-1440). *SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA*, Natal – RN, v. 62, jul, 2010. Disponível em: <http://www.sbpcnet.org.br/livro/62ra/resumos/resumos/5725.htm#:~:text=A%20devotio%20moderna%20surgiu%20entre,usando%20a%20B%C3%ADblia%20como%20recurso>. Acesso em: 13 jul. 2023

MATOS, Alderi Souza. Breve história do protestantismo no Brasil. *Vox Faifae: Revista de Teologia da Faculdade FASSEB*, v. 3, n. 1, 2011.

MEIRELLES, J. G. A chegada da Família Real e a as mudanças sociopolíticas. In: MEIRELLES, J.G. *A família real no Brasil: política e cotidiano (1808-1821)* [online]. São Bernardo do Campo: Editora UFABC, 2015.

MELO, Carlos Wellington Martins de. A nação é católica: educação e cidadania nas primeiras décadas republicanas (1890 a 1930). 2006. 307 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Rio Claro, 2006

MESQUIDA, P. Catequizadores de índios, educadores de colonos, Soldados de Cristo: formação de professores e ação pedagógica dos jesuítas no Brasil, de 1549 a 1759, à luz do Ratio Studiorum. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 48, p. 235-249, abr./jun. 2013.

MODES, Josemar. Höring, João. A CONTRARREFORMA: RESPOSTA CONTRA O PROTESTANTISMO E RENOVAÇÃO ECLESIASTICA DENTRO DO CATOLICISMO. *Revista Ensaios Teológicos* – Vol. 06 – Nº 01 – Jun/2020 – Faculdade Batista Pioneira – ISSN 2447-4878

MOTT, Luiz. A inquisição no Maranhão. São Paulo: *Revista Brasileira de História*, v.14, n.28, 1995, p. 45-77

MOURA, Carlos André Silva de. *História cruzadas: debates intelectuais no Brasil e em Portugal durante o movimento de Restauração Católica (1910-1942)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas: 2015

MOURA, Pe. Laércio Dias de. *A educação católica no Brasil*. São Paulo: Loyola, 2000.

NEVES, Flavio Rodrigues. Uma voz clama no deserto: manifestações oficiais do episcopado brasileiro perante os projetos para a constituição republicana de 1891. *Ars Historica*, n. 8, p. 8, 2014.

NEVES, Lucia Maria Bastos P.; CAMPOS, Adriana Pereira; MOTTA, Kátia Sausen da. Liberalismo, constitucionalismo e parlamento: a Revolução do Porto de 1820. *Almanack*, p. 1-9, ed00122, 2022.

OLIVEIRA, Edson Douglas. *Um judeu batista no Brasil: Relações entre protestantismo, Estado e Sociedade da Velha República com base na narrativa do missionário batista Salomão Ginsburg (1890-1909)*. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: 2017

OLIVEIRA, L. H. M. de M. O projeto romanizador no final do século XIX: a expansão das instituições escolares confessionais. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 10, n. 40, p. 145–163, 2012. DOI: 10.20396/rho.v10i40.8639811. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639811>. Acesso em: 20 out. 2023.

OLIVEIRA, N. C. D., BORGES, F. A. F., BORTOLOSSI, C. M. B., MARQUES, D. D. A., & COSTA, C. J. Marquês de Pombal e a expulsão dos jesuítas: uma leitura do Iluminismo português no século XVIII. *XI JORNADA HISTEDBR*, p. 1-18, v. 11, 2013

OLIVEIRA, Ronald Lopes de. O processo de implantação do Luteranismo no Brasil: o caso da região de Nova Friburgo (1824 a 1857). *Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO*, 2012.

PAIVA, José Pedro. A recepção e aplicação do Concílio de Trento em Portugal: novos problemas, novas perspectivas. In: GOUVEIA, António; BARBOSA, David; PAIVA, Pedro (coord.). *O concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: Olhares Novos*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 1 ed., 2014, p. 13-39.

RAMOS ANDRÉ, J. V. *Inserção e desenvolvimento do protestantismo no Brasil*. 1. ed. Recife: FASA, 2020.

RANQUETAT JR., C. Laicidade, laicismo e secularização: definindo e esclarecendo conceitos. *Revista Sociais e Humanas*, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 67–75, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/773>. Acesso em: 20 jul. 2023.

REICH, Evânia. A distinção das classes sociais segundo o conceito de capital cultural em Bourdieu, e a teoria de Lazer de Thorstein Veblen. *Saberes*. Natal: v.1, p. 81-105, 2017.

RIBEIRO, Emanuela. *Modernidade no Brasil, Igreja católica, identidade nacional: práticas e estratégias intelectuais: 1889 1930*. 2009. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009

ROMANO, Cristina de Toledo. *Santa Cecília: uma paróquia na confluência dos interesses da elite paulistana e da igreja católica entre 1895 e 1920*. Tese (Doutorado em história social) - Universidade de São Paulo: 2008

SÁ, Alexandre José Gomes de.; CABRAL, Newton Darwin de Andrade. *A ação social católica de Carlos Alberto de Menezes*. 2020. 183 f.: il. Tese (Doutorado) - Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião. Doutorado em Ciências da Religião, 2020.

SANTANA, Jair Gomes de. *Embates da fé: Católicos e protestantes no Recife, 1860-1880*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Católica de Pernambuco: 2007.

SANTOS, Jaqueline Calixto dos. *A trajetória de Carlos Alberto de Menezes entre a fábrica têxtil de Camaragibe e o Colégio Salesiano do Recife (1874-1904)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2023.

SANTOS, João Marcos Leitão. A institucionalidade do poder que se discute: A organização da Liga Antiprotestante (1888). In: *Anais do XIII Simpósio Nacional da Associação Brasileira de História das Religiões*, 29 de maio 01 de junho de 2012, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012. p. 47-61.

SANTIROCCHÉ, Ítalo Domingos. Uma questão de Revisão de conceitos: Romanização – Ultramontismo – Reforma. *Temporalidades - Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG*, vol. 2, n. 2, Agosto/Dezembro de 2010

SCHETTINI, Clara. MARQUES, Luiz. A igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias: História de sua chegada e implantação no Brasil (1913-1935). *Anais do XIII Colóquio de história da Unicap | III Colóquio de história do PPGH*, 2019, p. 705 – 717.

SILVA, Elizete. Conflitos no campo religioso baiano: protestantes e católicos no século XIX. *Sitientibus*, Feira de Santana, n.21, p.51-67, jul./dez. 1999.

SILVEIRA, Diego. Mãos à obra, que o tempo urge: considerações preliminares sobre o tema da Boa Imprensa nas Cartas Pastorais do Episcopado Brasileiro. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011

SILVESTRE, Armando. Calvino e o trato com os hereges em Genebra. *Revista Reflexão*, vol. 43, núm. 1, p. 155-167, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5765/576562065012/html/>

SOUSA JUNIOR, J. P. O papel do jornal “a imprensa Catholica” e das cartas pastorais no combate ao protestantismo, o espiritismo e a expansão do catolicismo na Paraíba (1889 –1930). *Revista Semina*, Passo Fundo, vol. 22, n. 2, p.30-46, mai-ago 2023.

SOUSA JUNIOR, J.P. Estado Laico, Igreja Romanizada na Paraíba Republicana: Relações políticas e religiosas - (1890 – 1930). 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2015.

SOUSA, José Pereira. “O processo de restauração católica no Brasil na Primeira República”. Fato e Versões Revista de História. Uberlândia: v. 7, n. 14, p. 81- 102, 2015.

SOUZA, Cláudio. “INFORTUNADOS FILHOS DE LUTHERO E CALVINO”: CONFLITOS RELIGIOSOS ENTRE PROTESTANTES E CATÓLICOS NA ZONA DA MATA DE PERNAMBUCO – 1890/1910. *Anais Do XXVIII simpósio da ANPUH*, 2013, p. 1-14.

SOUZA, Ioneide Maria. Construindo identidades: a Pia União das Filhas de Maria e o catolicismo romanizado. *Anal do XIV Encontro Regional da ANPUH-RIO Memória e Patrimônio*, Rio de Janeiro, p. 1-13, 2010, ISBN 978-85-60979-08-0.

SOUZA, Marciano. *De Procuranda Indorum Salute*: o discurso de José de Acosta sobre a evangelização dos indígenas na América Hispânica Colonial. Monografia (Licenciatura em História) – Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília. Brasília, 2013.

THEIJE, Marjo de. Religiões e transformações urbana em Recife, Brasil. *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, ano 8, n. 8, p. 63-84, outubro de 2006.

VAINFAS, Ronaldo. A Problemática das Mentalidades e a Inquisição no Brasil Colonial. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro. n. I, 1988, p. 167-171.

VASCONCELOS, Micheline Reunax de. *Os nova-seitas: a presença protestante na perspectiva de cordel – Pernambuco e Paraíba (1893-1936)*. Dissertação (Mestrado em história) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: 2005

VASCONCELOS, Micheline. Das Sociedades Bíblicas aos Colportores: A Distribuição de Textos Protestantes no Brasil (1837-1920). *Fides reformata*, v. 17, n. 2, 2012, p. 75-92.

VÉRAS, Rogério de Carvalho. *O ARQUITETO DAS ORQUÍDEAS*: trajetória e memória de George William Butler, médico e missionário protestante no Nordeste da aurora republicana (1883-1919). Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista: 2018

ZUGNO, Vanildo Luis. A “pastoral coletiva” de 1890: a Igreja Católica ante o Estado laico e a liberdade religiosa. Congresso internacional da Faculdades est, 2., 2014, São Leopoldo. *Anais do Congresso Internacional da Faculdades EST*. São Leopoldo: EST, v. 2, 2014. | p.192-207

JORNAIS:

A COMÉDIA de Pernambuco. *O Jornal Batista*. Rio de Janeiro, ano III, 10/03/1903, n. 6, p. 5.

ALVES, Nilo. Colunas Variadas. *Jornal Pequeno*. Recife, ano VII, 07/10/1905, n.226, p. 1.

ARTES e diversões. *Diário de Pernambuco*. Recife, n.264, 21/11/1903, ano LXXIX, p.2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_08/12179

C.A. Inquisição de quintal. *Jornal de Recife*. Recife, ano XLVI, 25/10/1903, n. 241, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/705110/46219>

CAMPELLO, Pedro. 3ª queima de bíblias. *Jornal de Recife*. Recife, ano XLIX, 21/10/1906, n. 240, p.3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/705110/49812>

CAMPELLO, Pedro. Abjuração na Penha. *Jornal de Recife*. Recife, ano XLIX, 28/10/1906, n. 246, p.3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/705110/49836>

CAMPOS, Mixórdia Protestante. *A Província*: órgão do partido liberal. Recife, n. 41, 21/02/1904, Ano XXVII, p.1

CELESTINO, Frei. *Combate ao protestantismo IV carta aberta*, *Jornal A Província*, p. 1, 28/09/1902, edição 230 do ano XXV. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/128066_01/12511

CELESTINO, Frei. *Combate ao protestantismo*, *Jornal A Província*, p. 1, 28/09/1902, edição 221 do ano XXV. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/128066_01/12463 Acesso em: 15 mai. 2023

CENSURÁVEL. *Jornal de Recife*. Recife, ano XLVI, 27/02/1903, n. 46, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/705110/45438>

COLLIER. Congresso Cathólico. *Diário de Pernambuco*. Recife, n.108, 15/05/1902, ano LXXVIII , p.2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_08/3485

COMBATE ao protestantismo – com vistas a Salomão Ginsburg e seus comparsas I. *A Província*. Recife, ano XXVII, 24/08/1905, n. 190, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/128066_01/16891

D'Able, Pedro. Uma queima de bíblias no século XX. *Jornal de Recife*. Recife, ano XLVI, 01/10/1903, n. 220, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/705110/46134>

EM Acção. *A Província*. Recife, n. 224, 28/08/1902, ano XXV, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/128066_01/12463

FLY. Aos Domingos – Jesuítas no Brazil. *Jornal de Recife*. Recife, ano XLVIII, 15/01/1905, n. 12, p.1. Disponível: <http://memoria.bn.br/DocReader/705110/47690>

FRANK. *Ao Frei Celestino*, *Jornal do Recife*, p. 2, 05/10/1902, edição 227 do ano XLV. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/128066_01/12511

FRANK. *Ao Frei Celestino*. *Jornal de Recife*. Recife, n. 227, 05/10/1902, ano XLV, p. 2.

FREI Celestino de Pedavoli. *Jornal Pequeno*. Recife, ano XII, 30/08/1910, n. 194, p. 1.

GEORGE BUTLER. Santa Missão em Garanhuns. *Jornal de Recife*. Recife, nº 261, 14/11/1895, Ano XXXVIII, p. 3

GINSBURG, Salomão. A questão Evangélica IV. *Jornal de Recife*. Recife, Ano XLV, 06/11/1902, n. 253, p.2. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/docreader/705110/45079>

GINSBURG, Salomão. A questão Evangélica IV. *Jornal de Recife*. Recife, Ano XLV, 06/11/1902, n. 253, p.2. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/docreader/705110/45103>

GINSBURG, Salomão. A questão Evangélica V. *Jornal de Recife*. Recife, Ano XLV, 13/11/1902, n. 259, p.2. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/docreader/705110/46283>

GINSBURG, Salomão. A Questão evangélica, ao público I. *Jornal de Recife*. Recife, ano XLVI, 07/10/1903, n. 225, p. 2. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/705110/46155>

GINSBURG, Salomão. Ao publico pernambucano. *Jornal de Recife*. Recife, ano XLVIII, 24/09/1905, n. 190, p. 2. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/705110/48417>

GINSBURG, Salomão. Bíblias queimadas. *Jornal de Recife*. Recife, ano XLVI, 03/03/1903, n. 49, p. 2. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/docreader/705110/45451>

GINSBURG, Salomão. Queima de Bíblias. *Jornal de Recife*. Recife, ano XLVI, 21/02/1903, n. 42, p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/705110/45423>

GINSBURG, Salomão. Queima de Bíblias. *Jornal de Recife*. Recife, ano XLVI, 21/02/1903, n. 43, p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/705110/45427>

GINSBURG, Salomão. Queima de Bíblias. *Jornal de Recife*. Recife, ano XLVI, 06/03/1903, n. 52, p. 4. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/docreader/705110/45465>

GINSBURG. A questão evangélica. *Jornal de Recife*. Recife, n 246, 28/20/1902, ano XLV, p. 2

GINSBURG. Ao Povo Pernambucano. *Jornal de Recife*. Recife, n 242, 23/10/1902, ano XLV, p. 2.

GUIMARÃES, Aprígio. *Questão Jesuítica*. *Jornal de Recife*. Recife, n. 76, 05/04/1869, ano XI, p.1. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/705110/4122>

Jornal Pequeno. Recife, ano IX, 01/07/1907, n. 122, p.1. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/800643/9392>

LACERDA, Pedro Maria de. D. Pedro Maria de Lacerda. *O Apostolo*. Rio de Janeiro. N. 21, Ano VIII, 23/05/1873, p. 2. Disponível:
<http://memoria.bn.br/docreader/343951/2632>

LIGA contra o protestantismo. *A Província*. Recife, ano XXVII, 24/01/1905, n. 19, p.1

MACHADO, Oswaldo. A Semana. *Jornal de Recife*. Recife, ano XLVI, 01/03/1903, n. 48, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/705110/45446>

MAIA, Gonçalves. Cartas fluminenses. *A Província*. Recife, ano XXVI, 14/10/1903, n. 231, p. 1

MARAVILHOSA Conversão. *Jornal Batista*. Rio de Janeiro, n. 29, 30/11/1903, Ano III, p. 06

MELLO, Felix. Conversão de um protestante. *A Província*. Recife, n. 183, 13/08/1902, ano XXV.

MENEZES, João. MAGALHÃES, Symphronio. Toupeira de sandálias. *Jornal de Recife*. Recife, ano XLVI, 27/10/1903, n. 242, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/705110/46223>

NECROLOGIA. *Jornal de Recife*. Recife, ano LIII, 31/08/1910, n.219, p.2.

O APOSTOLO, *O Apóstolo*, p. 2, 16/05/1869, edição 20 do ano IV. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/343951/1238>. Acesso em: 10 out. 2023

O APOSTOLO, *O Apóstolo*, p. 2, 23/05/1869, edição 21 do ano IV. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/343951/1245>. Acesso em: 10 out. 2023

PEDÁVOLI, Celestino. A amarga decepção Salomonica!. *A Província*. Recife, Ano XXVI, 20/02/1903, n. 41, p.1. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/128066_01/13083

PEDAVOLI, Celestino. A queima de bíblias falsas. *A Província*. Recife, Ano XXIX, 24/10/1906, n. 242, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/128066_01/18759.

PEDÁVOLI, Celestino. Alma Religiosa. *Diário de Pernambuco*. Recife, n.220, 27/09/1902, ano LXXVIII, p.1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_08/3951

PEDAVOLI, Celestino. Aniversário da Liga Anti-Protestante. *A Província*. Recife, ano XXVI, 20/09/1903, n. 211, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/128066_01/14011

PEDÁVOLI, Celestino. Aniversario da Liga anti-protestantismo. *A Província*. Recife, ano XVII, 29/09/1903, n. 218, p. 2. http://memoria.bn.br/DocReader/128066_01/14048

PEDÁVOLI, Celestino. Coitados... não se salvam. *A Província*. Recife, n. 237, 17/10/1902, ano XXV, p. 1

PEDAVOLI, Celestino. Com vistas a Salomão Ginsburg e seus comparsas I. *A Província*. Recife, n.190, 24/08/1905, ano XXVIII, p. 1.

PEDAVOLI, Celestino. Combate ao Protestantismo. *A Província*. Recife, ano XXVI, 01/03/1903, n. 48, p.1. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/128066_01/13119

PEDÁVOLI, Celestino. Combate ao Protestantismo. *A Província*. Recife, ano XXVI, 03/03/1903, n. 49, p.1. Disponível em:

http://memoria.bn.br/docreader/128066_01/13127

PEDÁVOLI, Celestino. Congresso Catholico. *Jornal de Recife*. Recife, ano XLV, 26/06/1902, n. 142, p. 1. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/docreader/705110/44634>

PEDÁVOLI, Celestino. Corrigenda. *A Província*. Recife, n. 230, 09/10/1902, ano XXV, p. 1.

PEDÁVOLI, Celestino. Frei Celestino a um crente evangélico. *A Província*, p. 1, 08/10/1902, edição 229 do ano XXV. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/128066_01/12507

PEDÁVOLI, Celestino. Frei Celestino e um evangelista. *A Província*. Recife, n. 222, 30/10/1902, ano XXV, p. 1. Disponível em:

http://memoria.bn.br/docreader/128066_01/12471

PEDÁVOLI, Celestino. Os Jesuytas. *A Província*. Recife, ano XXVIII, 17/01/1905, n. 14, p. 2.

PEDÁVOLI, Celestino. Salomão e Infallibilidade III. *A Província*. Recife, Ano XXV, 13/11/1902, n. 259, p.1. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/128066_01/12667

PROTESTO. *A Província*. Recife, Ano XXVI, 10/05/1903, n. 105, p. 2. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/128066_01/13428

PROTESTO. *A Província*. Recife, Ano XXVI, 10/05/1903, n. 110, p. 1. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/128066_01/13455

Protesto. *A Província*. Recife, Ano XXVI, 22/03/1903, n. 66, p. 1. Disponível em:

http://memoria.bn.br/docreader/128066_01/13215

ROCHA, J. B. Só Christo é o Salvador. *Diário de Pernambuco*. Recife, n. 238, 18/10/1902, ano LXXVIII, p.3.

SECRETARIA da justiça. *Diário de Pernambuco*. Recife, n. 245, 26/10/1902, ano LXXVIII, p. 2.

SEM AUTOR, *Em acção!*, Jornal *A Província*, p. 1, 28/09/1902, edição 221 do ano XXV. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/128066_01/12463

SEM AUTOR. Agosto. *Alamach de Pernambuco*. Recife, 1915, nº 18, Ano XVIII, p. 43. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/228443/6935>

SEM AUTOR. Igreja da Penha. *Diário de Pernambuco*. Recife, nº 127, 02/04/1882, ano LVIII, p.3

SEM AUTOR. LIGA CONTRA O PROTESTANTISMO. *A Província*. Recife, nº 217, 24/09/1902, ano XXV, p. 1.

SEM AUTOR. O protestantismo. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, n.242, 30/08/1901, ano XI, p.3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_02/10027

SEM AUTOR. Passageiros. *Jornal de Recife*. Recife, nº 45, 25/02/1876, nº 45, Ano XIX, p. 4

SEM AUTOR. Qual a verdadeira?. *A Província*. Recife, n. 233, 12/10/1902, ano XXV, p. 1

SEM AUTOR. Santa Missão em Garanhuns. *Diário de Pernambuco*. Recife, nº 289, 17/12/1895, Ano LXX, p. 3

TEMPLO incendiado. *Jornal de Recife*. Recife, ano L, 15/01/1907, n. 12, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/705110/50084>

U u ubaca da Liga Cathólica. *Diário da Tarde*. Paraná, Ano XIX, 17/05/1917, n. 5778, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800074/23691>

UM CHRISTÃO. A Frei Celestino. *Jornal de Recife*. Recife, ano XLVI, 21/02/1903, n. 43, p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/705110/45427>

UM EVANGELISTA. Um evangelista ao sr. Frei Celestino. *Jornal de Recife*. Recife, n. 220, 27/10/1902, ano XLV, p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/705110/44947>

UMA MÃE DE FAMÍLIA. Para o sr. João Barretto lêr. *A Província*. Recife, ano XXVIII, 15/02/1905, n. 41, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/128066_01/15536

VINÍCIUS. A' maçonaria pernambucana. *Jornal de Recife*. Recife, ano L, 01/03/1907, n. 49, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/705110/50234>

DOCUMENTOS:

ANAES DA CAMARA DOS DEPUTADOS, 1903, Rio de Janeiro. Anaes da Camara dos deputados sessões de 1 a 30 de setembro de 1903 [...]. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904. v. 5, p. 478. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/060917_02/17912

ANAES DA CAMARA DOS DEPUTADOS, 1903, Rio de Janeiro. Anaes da Camara dos deputados sessões de 1 a 30 de setembro de 1903 [...]. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904. v. 5, p. 621. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/060917_02/18055

ANAES DA CAMARA DOS DEPUTADOS, 1903, Rio de Janeiro. Anaes da Camara dos deputados sessões de 1 a 30 de setembro de 1903 [...]. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904. v. 5, p. 623. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/060917_02/18057

ANAES DA CAMARA DOS DEPUTADOS, 1903, Rio de Janeiro. Anaes da Camara dos deputados sessões de 1 a 30 de setembro de 1903 [...]. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904. v. 5, p. 625. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/060917_02/18059

ANAES DA CAMARA DOS DEPUTADOS, 1903, Rio de Janeiro. Anaes da Camara dos deputados sessões de 1 a 30 de setembro de 1903 [...]. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904. v. 5, p. 680. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/060917_02/18114

BÍBLIA, N. T. Atos dos Apóstolos. In: BÍBLIA de Estudo Plenitude para Jovens. Tradução: Nova Tradução na Linguagem de Hoje. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2000. p. 1413.

BRASIL. *Constituição (1824)*. Lex: Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm.

PAPA LEÃO XIII. *Providentissimus Deus*. *Vatican City*: Libreria Editrice Vaticana, 1893. Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiii/es/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_18111893_providentissimus-deus.html tradução para o português.

PAPA PIO IX. *DO FILIUS*. *Vaticano*, 1870. Disponível em: < https://www.vatican.va/archive/hist_councils/i-vatican-council/documents/vati_const_18700424_dei-filius_it.html >. Acesso em: 16 de out. 2023 (Versão traduzida para o português).

PAPA PIO IX. *Pastor Aeternus*. *Vaticano*, 1870. Disponível em: < https://www.vatican.va/archive/hist_councils/i-vatican-council/documents/vat-i_const_18700718_pastor-aeternus_it.html >. Acesso em: 16 out. 2023 (Versão traduzida para o português).

PAPA PIO IX. *Pastor Aeternus*. *Vaticano*, 1870. Disponível em: < https://www.vatican.va/archive/hist_councils/i-vatican-council/documents/vat-i_const_18700718_pastor-aeternus_it.html >. Acesso em: 16 out. 2023 (Versão traduzida para o português).

PAPA PIO IX. *Syllabus*. 1864. Disponível em: < <https://www.papalencyclicals.net/pius09/p9syll.htm> >. Acesso em: 03 out. 2023 (Versão traduzida para o português).

XIII, P. L. Encíclicas. *IMMORTALE DEI*, 1885. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_01111885_immortale-dei.html>. Acesso em: 21 ago. 2023.